

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Letras e Linguística
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

KATIUSCIA MONTORIL DOS SANTOS

**POLÍTICA LINGUÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO ESTADO
DO AMAPÁ: UM ESTUDO EM UM CONTEXTO FRONTEIRIÇO**

**Uberlândia/MG
2017**

KATIUSCIA MONTORIL DOS SANTOS

**POLÍTICA LINGUÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO ESTADO
DO AMAPÁ: UM ESTUDO EM UM CONTEXTO FRONTEIRIÇO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, para obtenção do Título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Waldenor Barros Moraes Filho.

**Uberlândia/MG
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S237p Santos, Katiuscia Montoril dos, 1974-
2017 Política linguística e ensino de línguas estrangeiras no estado do
Amapá : um estudo em um contexto fronteiriço / Katiuscia Montoril dos
Santos. - 2017.
134 f. : il.

Orientador: Waldenor Barros Moraes Filho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.55>
Inclui bibliografia.

1. Linguística - Teses. 2. Línguas - Estudo e ensino - Teses. 3.
Linguagem e línguas - Aspectos políticos - Teses. . Moraes Filho,
Waldenor Barros. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

Gerlaine Araújo Silva – CRB-6/1408

KATIUSCIA MONTORIL DOS SANTOS

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO
ESTADO DO AMAPÁ: UM ESTUDO EM UM CONTEXTO FRONTEIRIZO

Dissertação aprovada ao Programa de Pós-Graduação Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 29 de Setembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Waldenor Barros Moraes Filho



Prof. Drª. Alice Cunha de Freitas



Prof. Drª Valéria Lopes de Aguiar Bacalá

Aos meus eternos e amados filhos, Renan Kianandin e Ryan, “*plus que ma propre vie*”.
Aos meus pais Cuaracy e Juraci.
Aos meus irmãos Alex, Karina e Carla Cristina.
E aos meus sobrinhos amados Marcus Vinicius, Alexia, Júli Carolina, Sophie Caroline, Alex Vinicius, Marcelo e Pedro.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao arquiteto do universo, porque sem Ele não encontraria forças e sabedoria para enfrentar todos os obstáculos vividos em minha caminhada.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Waldenor Barros Moraes Filho, por sua paciência e por seus ensinamentos.

À minha família, a “Família Buscapé”, por me apoiar incondicionalmente, em todas as minhas escolhas, sempre.

Aos meus pais, Cuaracy e Juraci, por acreditarem e investirem sempre em meus estudos, em meus sonhos.

Aos meus amados filhos, por serem tolerantes com minha ausência. Quando eu perguntava se estava tudo bem, mesmo não estando, diziam que estava bem, para que eu não desistisse de meu sonho.

Aos meus sobrinhos, que são como filhos, que mesmo sentindo minha falta, estavam sempre dizendo “Estamos com saudades”; “Nós te amamos”; “Quantas horas faltam para você voltar?”.

Ao meu cunhado, Mário, que nunca mediou esforços para me ajudar a alcançar meus objetivos.

Às minhas amigas do NIOE, Gilcélia Sanses e Eleonária Silva, por serem tão dedicadas e companheiras nos momentos em que mais precisei.

Aos colegas do programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, em especial, Jeanne, Bárbara Helena, Bruno, Cláudia Murta, Tiago, Marco Aurélio, Rodrigo e Valéria Bacalá, pelo carinho, pela dedicação e, acima de tudo, pela paciência em me ajudar com alguns procedimentos administrativos e corriqueiros inerentes ao curso.

Aos professores doutores do Curso de Mestrado, Alice Cunha de Freitas, Fernanda Mussalin, Fernanda Ribas e Maria Inês Felice, pelo incentivo, pelos ensinamentos, pelas cobranças devidas e indevidas, pela dedicação ao fazer acadêmico científico.

Aos meus amigos de minha amada terra natal do estado do Amapá, em especial, a Sônia Sacramento, que torceram para que tudo desse certo, e nos momentos em que pensei em fraquejar estavam lá com palavras de incentivo e força.

Aos participantes desta pesquisa, pelo espírito de colaboração, pela disponibilidade e pelo comprometimento.

Às minhas amigas mineiras do pensionato em que morei, pelas nossas brincadeiras, pelas nossas conversas, pela amizade construída ao longo deste trajeto.

Às colegas da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Luana Alves e Maria Virgínia, pelos atendimentos, pela cordialidade e pelas orientações.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para o alcance de mais esta etapa concluída em minha vida acadêmica.

Muito obrigada! Merci beaucoup! Muchas gracias! Thank you!

*O homem nasceu para aprender,
aprender tanto quanto a vida lhe permita.*

(Guimarães Rosa)

RESUMO

Esta Dissertação teve como objetivo verificar de que forma a Política Linguística é vivenciada nas escolas do Estado do Amapá. Nela, percebemos o ensino de línguas estrangeiras como um desdobramento da Política Linguística, pois se configuram práticas linguísticas que necessitam de investimentos mais adequados às atuais condições sócio históricas, culturais e econômicas em que vivemos frente às necessidades de ensino e aprendizagem de línguas. Ademais, refletimos sobre as práticas políticas relacionadas às questões políticas linguísticas, em que se omite o fato de que no Brasil existe a influência de línguas de imigração, línguas indígenas e o convívio entre mais de uma língua, neste caso, nas áreas de fronteiras. Este estudo investigou a Política Linguística para o ensino de Línguas Estrangeiras no Estado do Amapá. A pesquisa proposta foi de natureza qualitativa-quantitativo, na perspectiva do paradigma interpretativista. Participaram deste trabalho, os professores de Língua Estrangeira, os coordenadores pedagógicos e os gestores escolares da Rede Estadual de Ensino. Como instrumentos de pesquisa foram analisados as entrevistas realizadas com a equipe gestora (Gestor e coordenador escolar) e dos professores. Além disso, fizemos uma leitura nos documentos oficiais que tratam sobre ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil, para que pudéssemos comparar com a Política Linguística vigente no estado do Amapá. As reflexões finais sugerem que a Política Linguística para o ensino de Línguas Estrangeiras no Estado do Amapá, mesmo que preambulares sinalizam para uma consolidação política efetiva, concreta e eficaz, pois este estado vem proporcionando a seus alunos a oferta de três idiomas em suas escolas. Os resultados advindos do estudo sobre as Políticas Linguísticas evidenciam a falta de valorização tanto dos docentes quanto do ensino de línguas estrangeiras. Notamos, ainda, neste estudo, que é imprescindível a formação continuada, para os professores. O investimento educacional, para que as escolas possam proporcionar a seus alunos um ensino que esteja condizente às atuais necessidades de ensino e aprendizagem de línguas no mundo globalizado em que vivemos. Percebemos que, ocorre a privação da participação dos atores envolvidos neste processo político linguístico, que por vezes, não contemplam o cenário e o cotidiano amapaense, mas que buscam estarem em consonância com a legislação vigente. Sendo assim, devemos adotar medidas, de modo que, a Política Linguística conduza a ações concretas e efetivas para o ensino de língua, pois de nada adianta prover uma língua estrangeira se esta não aparece na vida cotidiana dos falantes dessa língua.

Palavras chave: Política. Política Linguística. Ensino de Línguas Estrangeiras.

RÉSUMÉ

Cette thèse avait pour but de vérifier la façon dont la politique linguistique est expérimenté dans écoles de l'état d'Amapá. Dans ce document, on a réalisé l'enseignement des langues étrangères comme une émanation de la politique linguistique, parce que les pratiques linguistiques qui exigent des investissements plus adéquats sont nécessaires dans les conditions socio-historiques, culturelles et économiques actuelles dans lesquelles nous vivons face aux besoins de l'enseignement et de l'apprentissage des langues. De plus, nous réfléchissons sur les pratiques politiques liées aux questions politiques linguistiques, dans lesquelles le fait qu'au Brésil existe l'influence des langues d'immigration, des langues autochtones et l'interaction entre plus d'une langue, dans ce cas, dans les zones frontalières. Ce travail a enquêté la politique linguistique pour l'enseignement des langues étrangères dans l'état de l'Amapá. La recherche proposée était qualitative-quantitative, du point de vue du paradigme interprétatif. En participant à ce travail figuraient les enseignants des langues étrangères, les coordonnateurs pédagogiques et les responsables scolaires du Réseau d'enseignement de l'Eta. En tant qu'instruments de recherche, les entretiens avec l'équipe de direction (responsable et coordinateur scolaire) et les enseignants ont été analysés. En outre, nous lisons les documents officiels traitant de l'enseignement des langues étrangères au Brésil afin que nous puissions nous comparer à la politique linguistique en vigueur dans l'état d'Amapá. Les réflexions finales suggèrent que la politique linguistique pour l'enseignement des langues étrangères dans l'état d'Amapá, même si le préambule signale une consolidation politique efficace, concrète et efficace, puisque cet état offre à ses étudiants l'offre de trois langues dans leurs écoles. Les résultats de l'étude sur les politiques linguistiques montrent le manque d'appréciation tant des enseignants que de l'enseignement des langues étrangères. Nous notons également dans cette étude que la formation continue est essentielle pour les enseignants. L'investissement éducatif, afin que les écoles puissent offrir à leurs élèves un enseignement conforme aux besoins actuels d'enseignement et d'apprentissage des langues dans le monde globalisé dans lequel nous vivons. Nous nous rendons compte qu'il y a une privation de la participation des acteurs impliqués dans ce processus politique linguistique, qui ne reflètent parfois pas le scénario amapaense et la vie quotidienne, mais qui cherchent à être en harmonie avec la législation actuelle. Par conséquent, nous devons adopter des mesures, de sorte que la politique linguistique aboutisse à des actions concrètes et efficaces pour l'enseignement des langues, car il est inutile de fournir une langue étrangère si elle n'apparaît pas dans la vie quotidienne des locuteurs de cette langue.

Mots clés: Politiques. Politiques linguistiques. L'enseignement des langues étrangères.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Escolhas e decisões.....	99
Quadro 02: Fatores que influenciam ou podem influenciar na política Linguística.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Organização dos horários de aula de LE escola E1	65
Tabela 02: Organização dos horários de aula de LE escola E2	66
Tabela 03: Organização dos horários de aula de LE escola E3	67
Tabela 04: Formação dos professores das escolas pesquisadas	70
Tabela 05: Formação da equipe gestora das escolas pesquisadas.	73
Tabela 06: Política Linguística para o ensino de línguas estrangeiras	104
Tabela 07: Formação continuada	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Códigos dos Participantes da Pesquisa.....	76
Gráfico 02: Participação na escolha da LE.....	82
Gráfico 03: Motivo da escolha do idioma.....	85
Gráfico 04: A importância da Política Linguística para o ensino de LE.....	88
Gráfico 05: Medidas que podem ser implementadas para o ensino de LE.....	90
Gráfico 06: Política Linguística que interferem ou podem interferir no ensino de LE.....	92
Gráfico 07: Fatores que influenciam no ensino de LE.....	94
Gráfico 08: Participação em cursos de capacitação.....	96

LISTA DE CONVENÇÕES

CONVENÇÕES DISPOSTAS NA TRANSCRIÇÃO

- C** Coordenador Pedagógico Escolar
- D** Diretor Escolar
- E** Escola Pesquisada
- P** Professor

CONVENÇÕES EMPREGADAS NA DISSERTAÇÃO

- | | |
|---------|-----------------------------------------------------------|
| Itálico | Fala dos Participantes |
| Negrito | Objeto de Ênfase da Pesquisadora na presente Investigação |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALAB	Associação de linguística Aplicada do Brasil
AP	Amapá
APROFAP	Associação dos Professores de Francês do Amapá
CEE-AP	Conselho Estadual de Educação do Estado do Amapá
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
ENEM	Exame Nacional para Ensino Médio
FR	França
GEA	Governo do Estado do Amapá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	Linguística Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LE	Língua Estrangeira
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NATEP	Núcleo de Assessoramento Técnico-pedagógico
NIOE	Núcleo de Inspeção e Orientação Escolar
PCN	Parâmetro Curriculares Nacionais
PL	Política Linguística
PNE	Plano Nacional de Educação
SEED	Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amapá
SOMEI	Sistema Organizacional Modular de Ensino Indígena
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UOCUS	Unidade de Orientação Curricular e Supervisão Escolar
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1: AR CABOUÇO TEÓRICO	28
1.1 Política linguística: uma cartografia em evidência.....	28
1.2 O ensino de LE no âmbito da Política Linguística vigente no Brasil.....	43
1.2.1 Ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil.....	43
1.2.2 Contexto fronteiriço amapaense.....	54
1.2.3 Ensino de Línguas Estrangeiras no estado do Amapá: um breve olhar no cenário histórico das línguas ofertadas no estado do Amapá.....	58
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA.....	61
2.1 Natureza da Pesquisa	61
2.2 Universo da Pesquisa	63
2.3 Perfil dos Participantes da Pesquisa.....	68
2.3.1 <i>Perfil da Pesquisadora</i>	68
2.3.2 <i>Perfil dos Professores</i>	69
2.3.3 <i>Perfil da Equipe Gestora</i>	72
2.3.4 <i>Do Corpus</i>	74
2.4 Instrumentos para a Coleta dos Dados	74
2.5 Procedimentos para a Coleta dos Dados	77
2.6 Procedimentos para a Análise dos Dados	78
CAPÍTULO 3: O ENSINO DE LE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO AMAPÁ	80
3.1 O papel dos atores na Política Linguística e no ensino de Línguas Estrangeiras no estado do Amapá.....	81
3.1.1 <i>Do Corpo Docente.....</i>	82
3.1.2 <i>Do Coordenador.....</i>	98
3.1.3 <i>Do Gestor.....</i>	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICES A: ROTEIRO DE ENTREVISTA EQUIPE GESTORA	122
APÊNDICES B: ROTEIRO DE ENTREVISTA EQUIPE PROFESSOR	123

APÊNDICES C: RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS PROFESSORES	124
APÊNDICES D: RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS COORDENADOR ESCOLAR	130
APÊNDICES E: RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS GESTOR ESCOLAR.....	132
ANEXO 1: PROPOSTA DA PESQUISA.....	134

INTRODUÇÃO

O Estado do Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa e com o Suriname. Essa região se caracteriza como plurilíngue devido ao número de línguas que coexistem na região com *status* variados, e ao elevado número de falantes com idiomas diversos, tais como: Português, Francês, Línguas Indígenas, Inglês, Patoá¹ e Crioulo Francês.

A fim de reforçar a pesquisa sobre Política Linguística e ensino de Línguas Estrangeiras no estado do Amapá: um estudo em um contexto fronteiriço traz os estudos de Day (2015, p. 561), em seu trabalho intitulado: “O ensino de línguas estrangeiras no Brasil: questões de ordem político-linguísticas”. Nesse estudo, a autora afirma que “Política Linguística tem um conceito amplo e abrangente. Ela está relacionada a toda decisão tomada por agentes sociais no sentido de orientar o uso de uma ou mais línguas em concorrência em uma dada situação”. Além disso, trazemos os pressupostos de Calvet (2007, p. 11), em seu trabalho: “As políticas linguísticas”, em que Política Linguística se trata de “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade”, entre outros.

Ressaltamos que pesquisa sobre Política Linguística não é nova. Entretanto na área de Política Linguística e ensino de Línguas Estrangeiras em um contexto fronteiriço como é o caso do estado do Amapá, não encontramos nenhuma. Em nossas pesquisas sobre o tema encontramos trabalhos voltados para Política Linguística e ensino de línguas no Brasil, nos textos de Day (2005, 2012, 2013, 2015), Silva (2013) sobre Políticas Linguísticas, Altenhofen (2004, 2007, etc) com as temáticas de Políticas Linguísticas e: línguas de imigrantes, línguas indígenas, línguas minoritárias. Contudo, não encontramos nenhuma pesquisa ou trabalho referente à Política Linguística e ensino de LE referentes ao estado do Amapá especificamente.

Desse modo, houve a preocupação com as questões que envolvem a Política Linguística no estado do Amapá, a saber, como ocorria à escolha pelas línguas ensinadas nas escolas do estado, que critérios eram utilizados para essa

¹ Esta palavra é de origem indígena, mas neste caso, nascido da junção entre a língua indígena e a língua francesa, utilizada tanto por indígenas quanto por portugueses na fronteira do município de Oiapoque e a Guiana Francesa; sofre variação na escrita conforme a região; ora escreve e se fala “Patoá”, ora escreve e se fala “Patuá”.

escolha, quem determinava que língua ensinar e por quê, assim como, de que forma o ensino de línguas, no caso, o Espanhol, o Inglês e o Francês e as Línguas indígenas, estava sendo desempenhado nas escolas da rede pública do estado do Amapá.

Salientamos que as questões sobre as Línguas Indígenas, apesar de que esta língua é trabalhada somente nas aldeias indígenas, localizadas no Município de Oiapoque, extremo norte do estado do Amapá. Estas línguas possuem diretrizes próprias, com matrizes curriculares, calendário escolar e conteúdo programático específico para esta clientela. Os professores são da própria etnia e as aulas são ministradas na língua materna, ou seja, nas aldeias indígenas as aulas são bilíngues, contudo, os indígenas falam mais de um idioma indígena na mesma aldeia. Contudo, esta realidade linguística não será nosso foco de pesquisa.

Nesse cenário linguístico de falantes de idiomas diferentes, é que esta pesquisadora interessou-se pelo tema, pois, em seu Estado (Amapá), antes da globalização, o contexto era bem diversificado no ensino de Línguas Estrangeiras (doravante LE). Após as mudanças ocorridas, tais como a globalização, a diminuição das fronteiras geográficas virtualmente, entre outras, e aquelas ocorridas na legislação brasileira, advindas da LDB nº 9.394/96 quanto ao ensino de língua, em que o ensino de línguas deveria ter pelo menos uma língua estrangeira moderna obrigatória e uma segunda, em caráter optativo.

Diante das mudanças ocorridas por meio da globalização, da diminuição das fronteiras geográficas e da própria legislação brasileira, que o ensino de línguas em nosso estado necessita de uma política linguística que atenda às necessidades de nossa região. De modo que possa oportunizar aos alunos um ensino com ações voltadas a interesses tanto fronteiriços quanto nacional e internacional, pois, temos acordos educacionais, econômicos, entre outros, com a Guiana Francesa/FR, mas estes alunos necessitam ainda, de estarem integrados a novas realidades educacionais e comerciais do mundo globalizado.

Em face dessa realidade em que o estado do Amapá vivencia, esperamos desenvolver uma pesquisa que propicie às pessoas envolvidas neste estudo, neste caso, os docentes e a equipe gestora das escolas pesquisadas, uma visão geral do contexto político-lingüístico da região do estado do Amapá. Além disso, ao permitir as pessoas à inserção em novos contextos e realidades e o acesso à Política Linguística que busque ações articuladas, concretas e positivas no ensino de LE,

como criação de centros de línguas, para auxiliar no ensino ofertado nas escolas, pois durante as aulas, algumas vezes, os alunos deixam de aprender com mais ênfase. Desse modo, os alunos poderiam aprofundar seus conhecimentos na língua estudada.

Outra demanda e/ou ação seria a diminuição do número de alunos nas aulas de línguas, haja vista as salas de aulas terem entre 30 e 45 alunos por turma, assim como ainda, criarem nas escolas laboratórios de línguas. De modo que teriam um atendimento mais específico no idioma em que estejam estudando.

Ainda sobre o ensino de línguas, salientamos que em seus primórdios, no início da civilização humana, quando o homem busca estabelecer laços de relações e de comunicação com o outro, criando várias formas de interação. Assim como, já existia a comunicação com outros povos, falantes de diferentes línguas. Ao longo dos séculos, o homem evoluiu a comunicação em diversas direções. As razões para haver essa comunicação seriam, por exemplo, para fins comerciais e para intermédio de conquistas entre os povos, o que tornava, assim, imprescindível um povo aprender a língua do outro². Dessa forma, na grande maioria das vezes, as civilizações conquistadas tiveram que aprender a língua de seus colonizadores³. Seja qual for o motivo dessas civilizações, elas tiveram que se adaptar, tanto por meio da língua de seus conquistadores quanto pela língua de seus conquistados.

Sobre o ensino de línguas no Brasil, Correa (2009) menciona que,

No Brasil, há aproximadamente, 220 povos indígenas, que falam cerca de 200 línguas, há múltiplas comunidades linguísticas que falam cerca de 20 línguas de imigração, presentes no país desde o século XIX, como o Alemão e o Italiano, ou desde o século XX, como o Japonês (CORREA, 2009, p. 79).

Além do que a autora menciona acima, sobre apesar da existência de tantas línguas indígenas, de imigrantes, há ainda as línguas das comunidades afro-brasileiras nos quilombos, que sofreram intervenção política linguística, tais como os atos do Marquês de Pombal, que reduziu a educação brasileira a aulas isoladas (aulas régias). Salientamos que estas intervenções de natureza Política Linguística

² Ver: Evolução na Comunicação, de Giovanninni.

³ Ver: Ensino de Língua Estrangeira: métodos e seus princípios, de Silvana Pedreiro.

ocorrem desde o governo pombalino⁴, com a imposição da Língua Portuguesa como língua oficial do Brasil no século XVII, proibindo assim outras manifestações linguísticas. Estas imposições e a falta de consolidação de ações políticas quanto à usabilidade das línguas existentes no Brasil contribuíram para um retrocesso no ensino de línguas ofertado nas escolas brasileiras.

Nos dias atuais, no Brasil, o ensino de línguas vem tomando outros contornos, sua importância está cada vez mais presente frente à necessidade de aprender uma(s) língua(s) estrangeira(s). Em decorrência dessa necessidade, aprender uma LE, foi criado, ao longo dos anos, vários métodos para ensiná-la (s) na tentativa de estarmos em sintonia com as exigências locais, regionais e globais.

Desse modo, ensinar uma LE é, segundo Almeida Filho (1993, p. 17), “o mesmo que atuar sob a influência, consciente ou não, de um conjunto de disposições, pressupostos teóricos, crenças e princípios sobre linguagem humana, ensinar e aprender línguas (...”).

Complementando o que Almeida Filho (1993) mencionou sobre ensino de LE, Figueiredo e Glenadel (2006, p. 20), enfatizam que aprender uma LE “é conhecer o Outro para melhor compreendê-lo e respeitá-lo em sua irredutibilidade, não para se transformar no Outro (...), é a oportunidade de abrir-se para a multiplicidade de culturas, desde que não se perca de vista o lugar de onde se partiu”.

Os autores citados acima enfatizam que, o ensino de LE é um valioso mecanismo de acesso ao mundo globalizado. Seu aprendizado significa evidenciar práticas culturais e sociais que levem ao progresso intelectual e profissional dos cidadãos, como ainda o de ampliar novos horizontes, favorecerem novas oportunidades, novos conhecimentos, possibilitar novas práticas comunicacionais e interativas entre as pessoas de diferentes lugares e falantes de várias línguas, sem desqualificar a sua cultura original.

Segundo Correa (2014, p. 09-10), “com o advento da globalização e a crescente mobilidade das pessoas, produtos e capital, a natureza multilíngue e multicultural das sociedades nacionais tem se tornado tanto mais predominantes quanto mais visíveis”. A autora sinaliza ainda que, “a globalização, em conjunto com a mídia global e as tecnologias de comunicação global, tem exacerbado a multiplicidade de códigos, os meios e as formas de dar sentido à vida cotidiana”.

⁴ Em 1758, o Marquês, proibiu o ensino e o uso do tupi e instituiu o português como única língua do Brasil com a finalidade de enfraquecer o poder da Igreja Católica sobre a colônia.

Torna-se, então, pertinente lembrar que tanto a globalização quanto o ensino de LE são alguns dos fatores que estão, paralelamente, ligados a questões políticas, pois estas sofreram e vêm sofrendo intervenções ao longo dos anos, ora por imposições comerciais, ora por escolhas e decisões pessoais e globais, conforme quem detém o poder de decidir e de escolher, de organizar e de planejar o ensino de LE a ser ofertado nas escolas, nos estados.

Esse cenário é muito bem delineado por Calvet (2007, p. 71), ao assinalar que a política linguística vê-se “entre os objetivos do poder e as soluções intuitivas que são frequentemente postas em prática pelo povo, bem como ao controle democrático, a fim de não deixar os ‘decisores’ fazerem o que bem entendam”.

Nessa linha de argumentação, a relevância da Política Linguística está cada vez mais evidente quando tratamos de ensino de LE no mundo globalizado. Em que esta política por vezes trata-se de vários aspectos envolvidos que possibilitarão o ensino de línguas mais efetivo, tais como a inserção de padrões globalizados, no caso, o ensino da língua estrangeira que mais se fala no mundo, o inglês e multimidiáticos, com interações linguísticas e acesso a informações diversificadas, internet banda larga, contatos com outras pessoas, de outros lugares.

No contexto brasileiro, o ensino de LE, deteve-se, por muitas vezes, a uma minoria da sociedade, aqueles que podiam financeiramente pagar por um ensino, em tese, mais aprofundado nos centros de idiomas. Enquanto que a maioria da sociedade sempre dependeu de questões políticas para o ensino de LE, pois estudavam ou ainda estudam apenas na escola.

Quanto a isso, os autores Pagel (2002, p. 23) e Rajagopalan (2003, p. 65) afirmam, respectivamente: “o domínio de línguas estrangeiras sempre foi privilégio da elite e da classe dominante”, e “a língua estrangeira sempre representou prestígio”. Prestígio esse, levando a pessoa conseguir um emprego melhor, ter status social elevado, oportunidade maior que outro que não soubesse uma ou mais língua estrangeira.

Concordando com o que os autores citados acima enfatizam, percebemos que o domínio de uma LE é visto como um estratagema para a conquista de uma posição tanto intelectual quanto socioeconômica. Ademais, todo indivíduo que deseja aprender uma LE, amplia seus horizontes culturais, lança-se a um melhor nível de vida, ou seja, está à procura de novas e melhores oportunidades para a melhoria de vida. Visto que, os indivíduos têm interesse em prosperar em suas

vidas, seja para obter aprendizado pessoal, seja para almejar conhecimento profissional, pois desejam um lugar de posição social no trabalho e na vida pessoal.

Nesse aspecto, percebemos que, com o desenvolvimento das relações sociais e com as intervenções do poder estatal, essas relações vão desvelando no cotidiano de forma mais clara a responsabilidade da Política Linguística, seus interesses e seus métodos intervencionistas.

Nesse estudo, entendemos Política Linguística e Planejamento Linguístico, como uma prática política, vinculada às intervenções sobre as ações práticas concretas que demandam tomadas de decisões políticas. Portanto, Política Linguística e Planejamento Linguístico são inseparáveis, pois um é às decisões do poder e o outro à passagem para ação dessas decisões, ou seja, um toma as decisões e o outro planeja e as exulta.

A partir do exposto, traçamos o **objetivo geral** desta pesquisa, que é analisar de que forma a Política Linguística é vivenciada nas escolas do estado do Amapá.

Os **objetivos específicos** são:

- a) Analisar se o ensino de LE nas escolas públicas do estado do Amapá pesquisadas está em consonância com a Política Linguística vigente no Brasil;
- b) Identificar o que motivou a escolha pelas línguas ofertadas nas escolas públicas pesquisadas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio no estado do Amapá;
- c) Verificar quais os critérios de escolha que foram adotados para o ensino de LE nas Escolas Públicas do estado do Amapá, bem como os aspectos que influenciam no processo de escolha em relação a qual(s) Língua(s) Estrangeira(s) deve(m) ser ensinada(s).

Com base nos objetivos deste estudo elaboramos as seguintes questões de pesquisa:

- a) Que Política Linguística se constitui no estado do Amapá para o ensino de LE?
- b) Como essa política vem sendo desenvolvida perante seu contexto fronteiriço?

Como pesquisadora e residente em uma região fronteiriça que proporciona um rico campo de pesquisa para a área de ensino de línguas me motivaram a buscar conhecer de que forma a Política Linguística do Amapá vem sendo

construída no ensino de línguas. Outra motivação é por ser professora da rede pública do Amapá e atuar, também, como técnica pedagógica na Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amapá (SEED/AP) e conviver com falantes de diversas línguas oriundas de várias partes do estado, que faz fronteira com a Guiana Francesa e município de Oiapoque.

Em síntese, destacamos que esta pesquisa é relevante e justifica-se, pois: a) o acesso às LE oportuniza a inserção no mundo social globalizado; b) o Multiculturalismo e o Ensino de Línguas podem ser vistos como processo de construção e resgate de valores culturais e identitários; c) o que leva à motivação pessoal e profissional, pretendendo trazer para o campo de estudos e de pesquisas em Linguística Aplicada reflexões sobre Política Linguística e o ensino de LE no estado do Amapá, pois esse ensino desfruta de prestígio e *status* tanto social, econômico quanto cultural na área de ensino e aprendizagem de LE; d) o que oportuniza uma reflexão sobre as escolhas e tomadas de decisão por uma ou outra língua a serem ensinadas nas escolas, no estado, no Brasil;

A partir das afirmações acimas, o autor Schneider (2006) reitera afirmado que “atribuir valores a uma língua inicia-se no reconhecimento de suas qualidades e principalmente na sua valia enquanto instrumento de aprendizado cultural e social” (SCHNEIDER, 2006, p.121).

Esta dissertação teve como norte dois eixos centrais: o primeiro sob a ótica da Política Linguística, com base em Rajagopalan (2013, p. 21), como “a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um Estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores”.

O segundo eixo está ancorado na visão do ensino de LE, de acordo com os pressupostos de Correa (2014), apresentados em seu trabalho: “Política linguística e o ensino de línguas”, sob a perspectiva de que “é preciso compreender as estruturas sociais, culturais, históricas e políticas que sustentam a(s) língua(s)” (CORREA, 2014, p. 33), entre outros.

Para a discussão sobre Política Linguística tomamos por base os aportes teóricos de Correa (2014); Nicolaides (2013); Calvet (2007), entre outros. Para questão de Geopolítica tomamos por base os pressupostos de Lacoste (2005) e, para o diálogo sobre Ensino de Línguas Estrangeiras, consideramos os

pressupostos de Correa (2014); Rajagopalan (2014), e outros. Uma vez que estes autores serviram de alicerce teórico para esta pesquisa.

Levando em consideração os objetivos de estudo e as questões propostas nesta dissertação, optamos pela pesquisa de cunho qualitativo, de caráter interpretativista, por “permitir um novo olhar sobre os fenômenos sociais” (BRITO e LEONARDOS, 2001, p. 9).

Durante a pesquisa, buscamos analisar de que forma a Política Linguística é vivenciada nas escolas do Estado. Convém mencionar que as entrevistas foram realizadas com gestores escolares, coordenadores escolares e professores da Rede de Ensino Estadual.

Quanto à organização, a dissertação foi estruturada da seguinte forma: além desta seção Introdutória, em que identificamos as principais ideias deste estudo. E ainda, os objetivos e perguntas de pesquisa, a metodologia adotada, e o *corpus*, com o intuito de situar o leitor no eixo norteador desta pesquisa, apresentamos mais três capítulos, considerados pontos chaves para entendermos a dinâmica que envolve o ensino de LE na perspectiva da Política Linguística, em relação à escolha de uma segunda língua estrangeira.

No Capítulo 1, abordamos as pressuposições teóricas sobre Política Linguística: uma cartografia em evidência. Neste capítulo, buscou-se ainda apresentar questões relacionadas à Geopolítica, como também alguns conceitos, definições e preceitos inerentes a essas questões. Além disso, neste capítulo, buscamos explanar aspectos relacionados ao ensino de LE no âmbito da Política Linguística vigente no Brasil e no estado do Amapá.

No Capítulo 2, apresentamos os princípios metodológicos que nortearam a pesquisa, a saber: a pesquisa qualitativa, e os instrumentos para a construção dos dados - as entrevistas semiestruturadas. Neste capítulo, ainda foi traçado o perfil dos participantes e o universo de pesquisa, além dos aspectos inerentes à pesquisa, à luz do paradigma qualitativo.

No Capítulo 3, apresentamos, com base nos pressupostos teóricos e nos dados obtidos durante a pesquisa, a análise e discussão dos dados construídos ao longo da pesquisa.

Por último, apresentamos as Considerações Finais que contemplam as respostas para as questões de pesquisa. Além disso, ponderamos sobre o ensino de

LE, com base nos pressupostos da Política Linguística vigente, e constatamos as limitações da pesquisa e as sugestões para futuras pesquisas nesta área de estudo.

Dessa forma, esperamos contribuir com o desenvolvimento de ações políticas que visualizem o ensino de LE nas escolas pesquisadas⁵ como um dos elementos que integram o crescimento pessoal e profissional de todos os participantes neste processo, de modo que possa contribuir com a qualidade do ensino oferecido pelas escolas e pelo Estado, como também com os aspectos econômicos, culturais e sociais, vivenciados pela comunidade amapaense.

A seguir, apresentamos os embasamentos teóricos inerentes à Política Linguística e o ensino de LE no âmbito nacional.

⁵ Com a apresentação do resultado final da pesquisa por meio de seminários, palestras, congressos, nas escolas pesquisadas e junto ao órgão competente, SEED/AP.

1. AR CABOUÇO TEÓRICO

Neste capítulo, traçaremos um breve olhar sobre o cenário Político Linguístico e o ensino de LE no Brasil e no estado do Amapá, descrevendo as diferentes perspectivas dos autores estudados: Calvet (2002; 2007), Rajagopalan (2013, 2013b, 2013c, 2014) Spolsky (2009) entre outros, e os aspectos históricos inerentes ao tema em estudo.

1.1 Política Linguística: uma cartografia em evidência

Os estudos “da” e “sobre” a linguagem têm sido uma fonte inesgotável para o Ensino da Língua. Entre as questões discutidas está o ensino de LE, mais especificamente como os sistemas de educação têm lidado com essa demanda. É imperativo destacar não só a necessidade de compreender as estruturas sociais, geopolíticas, históricas e culturais que envolvem o uso de uma determinada língua por uma determinada sociedade, mas também compreender como ocorre a sua legitimação e institucionalização. Essas questões refletem a urgência de uma Política Linguística que legitime as comunidades linguísticas quanto ao uso da língua, sem que se perca de vista os aspectos tanto nacionais, regionais quanto locais, os quais devem sustentar esse uso.

Partindo desse pressuposto, é importante destacar o aporte teórico produzido acerca da criação, dos conceitos, do objeto e da finalidade da Política Linguística, com base nos estudos de Correa (2014), Nicolaides *et al* (2013), Rajagopalan (2013), Calvet (2007), e Orlandi (2007).

A língua se constitui nesse contexto um mecanismo de caráter linguístico, político, histórico e cultural. Daí o interesse em entender o significado e a dimensão de Política Linguística.

Do ponto de vista histórico, situa-se o surgimento da Política Linguística paralela ao que se instituiu como Planejamento Linguístico⁶. O surgimento desse termo, segundo Calvet (2007), teve como denominação inicial o sintagma *language planning*, que veio para o Português com o nome de Planejamento Linguístico. O

⁶ Segundo Calvet (2007, p. 11), planejamento linguístico concerne à implementação das decisões do Estado relativas às línguas e à sociedade.

aparecimento desse termo ocorreu em 1959, por meio do trabalho de Einar Haugen, sobre os problemas de ordem linguística presentes na Noruega. O autor procurou mostrar a então intervenção normativa do Estado, com destaque para os aspectos ortográficos, para que assim fosse possível constituir uma identidade de caráter nacional, tendo em vista que, por séculos, essa esteve sob a dominação dinamarquesa (CALVET, 2007, p. 12).

De acordo com Calvet (2007, p. 15), a noção de Política Linguística apareceu em outros cenários como em Inglês (Fishman, *Sociolinguistics*, 1970), em Espanhol (Rafael Ninyoles, *Estrutura Social y Política Lingüística*, Valência, 1975), em Alemão (Helmunt Glück, “*Sprachtheorie und Sprach(en)politik*”, OBST, 18, 1981) e, por fim, em Francês. Assim, fica evidenciado que as definições apresentadas dão conta de que a relação entre a Política Linguística e o Planejamento Linguístico é inseparáveis.

Sobre esse contexto é pertinente o que diz Calvet (2007) sobre esse processo inseparável entre Política Linguística e Planejamento Linguístico. Vejamos:

O texto fundador de Haugen sobre a Noruega bastaria para comprovar que a relação entre língua(s) e vida social são ao mesmo tempo problemas de identidades, de cultura, de economia, de desenvolvimento, problemas dos quais nenhum país escapa. E percebemos que há também uma política linguística da francofonia, da anglofonia etc. Desse ponto de vista, a emergência de novas nações terá simplesmente servido como um revelador (CALVET, 2007, p. 26).

Fica subtendida, a partir desse posicionamento, que a Política Linguística surge a *priori* como configuração de uma necessidade sistêmica e institucionalizada de uma nacionalização da língua, muito embora fossem convedores que existe no cerne dessas línguas questões de identidade, de cultura, e histórica, que não podem deixar de ser consideradas, bem como a existência de práticas linguísticas diferenciadas.

É imperativo dizer que, a relação entre Planejamento Linguístico e Política Linguística se deu a partir da interação entre língua e sociedade, para organizar as línguas e os problemas linguísticos surgidos a partir da estruturação linguística das línguas em estudo. Contudo, a sua relevância, enquanto mecanismo de interação,

identidade, aspectos sociais, geopolíticos e culturais, ficou, ainda, fora dessa discussão. Condição essa que fica evidenciada no que preconiza Calvet (2007):

O problema é saber em que medida a organização linguística de uma sociedade (as línguas em contato, seus domínios de uso etc.) responde às necessidades de comunicação dessa sociedade, mas essa abordagem era dificilmente imaginável no início dos anos 1960, diante da ausência de formalização da sociolinguística nascente (CALVET, 2007, p. 26).

Diante da interação entre língua e sociedade, vale elucidar que a Política Linguística surge para atender a uma demanda de organizar as línguas a partir das suas estruturas, origens e influências, o que implica aferir ser essa organização, uma dinâmica que perpassa pela cartografia das línguas quanto a sua estrutura e organização. Condição essa que perdurou por muito tempo até que novas ciências da linguagem surgissem, como foi o caso da Sociolinguística.

Calvet (2007) ressalta que se trata de uma proposta burocrática que envolve apenas codificar essa língua, não apenas como algo inerente a linguagem, mas como algo funcional e usual do falante, ou seja, decisões políticas e, posteriormente, promover a sua escolha. Essa condição evidencia não haver no bojo desse processo nenhuma referência aos sujeitos que fazem uso dessa língua. Fato esse que demonstra que a Política Linguística e o Planejamento Linguístico possuem um papel no âmbito dessa perspectiva de normatizar a língua a ser utilizada nos diferentes níveis, nesse caso, do aparelho do Estado.

Dando sequênci a essa cronologia, cabe destacar ainda a contribuição da Sociolinguística “Nativa” para o desenvolvimento de Política Linguística. Diante de uma proposta que não se pautava em uma perspectiva burocrática, surge um modelo baseado na análise eletromecânica, que tem como base as situações linguísticas a partir do binômio: língua/sociedade. Ou seja, trata-se de um modelo descriptivo, explicativo, ou seja, um sistema que funciona no modo de autorregulação. Sua maior militância quanto à normalização linguística foi na Catalunha, tendo em vista que, muito embora seja considerada produto de uma autorregulação, essa autorregulação também é resultado de uma ação social para justificar uma proposta de caráter linguístico. Por exemplo, as línguas indígenas existentes no estado do Amapá, essas línguas existem, mas não têm utilidade social e por isso, estão fadadas a desaparecer. É nesse cenário que podemos apontar o surgimento da

Política Linguística. Claro que, conforme os estudos foram avançando, essa política assumiu novas formas e entendimentos sobre as estruturas e organizações das línguas, bem como a função que elas exercem na sociedade. Por exemplo, se dois grupos reivindicam, digamos que por razões identitárias, o direito a suas línguas, essas línguas têm então, *ipso facto*⁷, um papel e um lugar na sociedade.

Partindo desse pressuposto, vale ressaltar que o estudo sobre a Política Linguística deve ser feito levando-se em consideração os mais variados aspectos, tais como: contexto, questões geográficas, uso e função da língua, a importância desta para usuários e governantes, valor local, regional e global, tendo em vista a interpretação errônea ou inadequada da temática. Sobre essa abordagem Rajagopalan (2013) afirma que

Para começar, acredito que há ainda muita confusão ou, no mínimo indefinição, sobre o que exatamente significa o próprio termo *política linguística*. Muitas vezes, tenho a impressão de que quando as pessoas se referem à política linguística, elas querem dizer algo como ‘militância linguística’ em prol de línguas na beira de extinção, línguas ou suas variedades que são objetos de descriminação ou descaso etc., temas estes que sempre estiveram presentes entre alguns pioneiros da disciplina linguística, principalmente entre aqueles que desbravaram em condições mais adversas para estudar, catalogar e classificar as línguas indígenas em diferentes continentes. Sem sombra de dúvida, a militância faz parte daquilo que chamamos de política linguística; mas é importante frisar que ela faz apenas uma parte, ainda que vital. O campo de política linguística encobre muito mais que a militância linguística. E com certeza, não se restringe, ao ativismo político em prol desta ou daquela causa envolvendo a questão linguística (RAJAGOPALAN, 2013, p. 19).

Essa assertiva tem a ver não só com o fato de que, de início, o próprio sentido de Política Linguística apresentou certa dicotomia entre os termos militância política e Política Linguística, língua e sociedade, mas também com o fato de a Política Linguística ter sido resultado, mais precisamente, de um processo organizacional e estrutural, e não a respeito das formas e do uso das línguas na perspectiva dos sujeitos que as utilizam. Sendo essa visão diferenciada com o surgimento da Sociolinguística, que ainda de forma abstrata fez a relação entre língua e sociedade. Daí se dizer que o termo linguístico agregado ao termo política corresponde a entender as formas e o uso no campo social, histórico, cultural, bem como as relações que se estabeleceram entre essas, sendo, portanto, as línguas o

⁷ Fato.

território por meio do qual a sociedade se diz, se faz interagir com seus pares e com outras culturas.

Assim, entende-se aqui, por Política Linguística nas palavras de Rajagopalan (2013, p.19), que “não se trata de uma militância em prol de catalogar línguas ou classificá-las, mas entender como essas se constituem, funcionam, bem como o lugar que ocupam no desenvolvimento das sociedades”.

Sobre a Política Linguística e sua definição ou conceito, Nicolaides et al (2013) procuram adequar e alinhar o melhor caminho para o estudo do tema:

A primeira coisa que se precisa compreender e reconhecer é que ela é um ramo da política e o palco ideal para o seu estudo é a ciência política [RAJAGOPALAN, 2004]. A despeito do seu nome e em contramão do que muitas pessoas tendem a acreditar, a política linguística pouco ou nada tem a ver com a Linguística, uma ciência que se constituiu, mais ou menos nos meados do século XIX e atingiu plena ebólition na segunda década do século XX, com a publicação do livro *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand Saussure (1916). A confusão em torno da natureza exata do que vem a ser política linguística se deve ao emprego da palavra *linguística* no termo ‘política linguística’. A palavra *linguística* no caso é um adjetivo que significa “relativa à(s) língua(s)”. Ela não tem nada a ver com a disciplina que se convencionou chamar pelo mesmo nome (NICOLAIDES et al, 2013, p. 20).

Conforme Nicolaides (2013), a Política Linguística não se resume apenas a uma série de regras executáveis, mas constitui-se em práticas sem muito rigor ou infalibilidade de regras deterministas. Assim, ao se estudar a Política Linguística e seus aspectos político-lingüísticos devemos observar, de forma criteriosa, esses aspectos, pois eles podem ser facilmente interpretados de forma diversa daquela pretendida, tais como, intervenções na forma da língua e intervenções nas funções da língua. Não se trata de dar lugar a um estudo linguístico, mas de compreender como uma língua funciona, bem como as finalidades que norteiam seu uso.

Com vista nessa prerrogativa, vale destacar, no cerne desta discussão, que em termos de Brasil, a língua, tem sido também objeto de estudo, à medida que segundo Orlandi (2007, p. 64): “o pensamento linguístico brasileiro formula os aspectos envolvidos na relação de línguas no Brasil, que se faz normalmente a partir do português tomando como língua nacional oficial”.

Destaca-se que, no Brasil, a política de línguas comporta a *priori* uma prática centrada no poder do Estado e não da enunciação como muito bem colocou Orlandi

(2007). Segundo a autora, nessa prática busca-se instaurar uma identidade nacional. Orlandi (2007) aponta ainda que não se pode perder de vista que

O espaço de enunciação brasileira é como de resto qualquer outro, multilíngue. Multilíngue, tanto no sentido de que no Brasil praticam-se línguas como o português (que é praticado como língua nacional-oficial) as línguas indígenas, as línguas de imigração, as línguas de fronteira, quanto no sentido de que o português se divide em várias “línguas” em vários e diversos falares das regiões as mais diversas (ORLANDI, 2007, p. 64).

Evidencia-se nessa assertiva que o sentido de Política Linguística resulta em um movimento de conhecer e sistematizar as línguas em uso a partir dos falantes, muito embora se tenha legitimado uma língua nacional. Contudo, é pertinente destacar que historicamente existem parâmetros definidos para o Ensino de Línguas.

Destarte, torna-se importante destacar que:

O termo Política Linguística em Português encobre tanto as decisões tomadas no nível mais geral e macro, como também as atividades que contribuem para implementá-las. O termo planejamento linguístico é utilizado para designar a política linguística na sua segunda acepção. Mas, não há um termo popularmente aceito em Português que se refira exclusivamente à Política Linguística em sua primeira acepção. Essas duas fases são designadas numa língua como o auxílio de palavras distintas, a saber, *language policy* e *language planning* (RAJAGOPALAN, 2013, p. 29).

Em relação a isso, entende-se que, historicamente, surgiram estudos que enfatizavam certa acepção de Política Linguística e que, depois, essa definição foi revista e ampliada de forma a incluir também o conceito de Planejamento Linguístico. Nesse primeiro momento, a Política Linguística restringe-se a entender uma demanda do sistema (macro) à medida que se instaura uma dinâmica de uso concentrado em aspectos normativos, o que implica em dizer que está fundada em uma perspectiva estruturalista da língua, ou seja, diz respeito a guardar os interesses do Estado no que se refere à hegemonização de uma dada língua.

Outro ponto importante a se destacar em relação à Política Linguística concerne à seguinte questão:

A política linguística é, antes de ser qualquer outra coisa, um campo de atividade. Em muitos casos ela é bem pensada e planejada, e às vezes também bem executada; mas há casos também em que ela “brotá” no seio da sociedade como que de forma “espontânea” e desenvolve de maneira um tanto “caótica” ou no mínimo desordenada. Nos últimos tempos, a política linguística vem sendo objeto de estudo e pesquisa (RAJAGOPALAN, 2013, p. 33).

Subtende-se, nesse contexto, que o entendimento acerca de Política Linguística costuma designar a regulamentação de um mecanismo de legitimação de princípios sistêmicos, que conforme pontuou Nicolaides (2013) vem de cima para baixo, já que se refere ao que determina o macro (governo), ou seja, comprehende atender a uma norma do Estado.

Vale elucidar que se trata de um aporte cujo propósito é delinear estratégias e direcionamento a respeito das línguas no que se refere à gestão de seu uso. Nesse caso, a Política Linguística diz respeito a um lugar, por meio do qual se promove a gestão, e ao desenvolvimento de práticas que determinam as escolhas e o planejamento de ações voltadas para mediar o uso das línguas por uma determinada comunidade, principalmente, em relação ao direito de se manter a governança no que tange ao uso e a organização das línguas em uso. Neste contexto, todos os cidadãos têm o mesmo direito de expressar suas opiniões e serem consultados na tomada de decisões.

Uma forma de promover a gestão e o planejamento de uma determinada língua nos seus mais diversos usos e formas, no que se refere ao desenvolvimento de ações e atividades, que possam estabelecer o uso efetivo de uma língua, é considerar os falantes dessa língua, sua estrutura, seus aspectos históricos, sociais, culturais e políticos.

Cabe ressaltar que o entendimento sobre Política Linguística é bem mais do que uma questão linguística, pois, como muito bem pontuou Nicolaides (2013), trata-se de

Uma arte e não de uma ciência, uma vez que a língua não pode ser pensada, como se fosse um mero paradigma, presa a uma lógica linguística de natureza exata, pelo contrário é um mecanismo que se diversifica se modifica no âmbito da sociedade e se coloca como resultado de uma dinâmica social, histórica, cultural e política, condição essa que mobiliza para um processo de governança em relação às línguas, principalmente, quanto ao que é de interesse público de um estado ou de uma nação (NICOLAIDES, 2013, p. 20).

A autora afirma que no que concerne a Política Linguística, haja vista ser bem mais que um mero paradigma, decorre de escolhas feitas durante as tomadas de decisões perante agentes em sã consciência, isto é, do estado ou de uma nação. Imbuídos de certos interesses nas mais altas instâncias do poder.

Convém destacar, em termos de Brasil, como a Política Linguística se evidencia, considerando que as questões relacionadas às línguas, bem como a forma como elas têm se institucionalizado no campo em que circulam, e as escolhas que o seu uso demanda. Sendo assim, pertinente dizer que

Política linguística tem um conceito amplo e abrangente, ela está relacionada a toda decisão tomada por agentes sociais no sentido de orientar o uso de uma ou mais línguas em concorrência em uma dada situação. De modo geral, entende-se por política linguística “o conjunto de escolhas conscientes que são realizadas por um grupo de indivíduos no âmbito das relações entre língua e vida social” (CALVET, 2002, p. 145).

Para situar a discussão em relação à Política Linguística no Brasil é importante citar que

No Brasil, são exemplos de política e de planejamento linguísticos a imposição do português como língua oficial do país e a consequente proibição do uso de línguas indígenas pelo Marquês de Pombal durante o Período Imperial, assim como a proibição do uso de línguas estrangeiras por comunidades de imigrantes durante a Era Vargas. Como se sabe, o Presidente Getúlio Vargas, na esteira das campanhas de nacionalização anteriores ao seu governo, a primeira data de 1911 implementou uma série de medidas - o planejamento linguístico, visando expurgar do território nacional aquelas línguas que ameaçariam a unidade do Estado - a política linguística (SILVA, 2014, p. 2).

Frente a essa afirmação, entende-se que no Brasil, de início, a Política Linguística atende a uma demanda de manter a soberania do governo vigente à medida que através dela se instaura a nacionalização de uma dada língua em detrimento do desejo da Corte. Nesse caso, revela uma forma de estabelecer padrões de conduta, sendo a língua uma forma de controle da força dominante. Subtende-se que o recorte aponta para o fato de que no Período Imperial se normatizou a língua do colonizador para assim se efetivar o monopólio instalado,

bem como impedir que outras culturas linguísticas se instalassem com destaque para as línguas estrangeiras. Fica subtendido, assim, que a imposição da Língua Portuguesa configura, nesse caso, uma estratégia para se mobilizar os interesses do novo modelo de governo, sendo a Política Linguística o viés para manter esse controle.

Seguindo essa cronologia, é pertinente destacar que no decorrer do tempo a Língua Portuguesa deixou de ser a única língua a ser estudada, pois segundo Leffa (1999 *apud* SOUZA, 2014),

No período colonial, havia já, no Brasil, a preocupação com o ensino de línguas estrangeiras. Foram criadas as primeiras escolas, que passaram a ensinar não só o português como também línguas clássicas (grego e latim) e, mais tarde, línguas modernas (francês, inglês, alemão e italiano), (LEFFA, 1999 *apud* SOUZA, 2014, p. 47).

Essa nova política se deu em decorrência da necessidade de se expandir as relações comerciais, e de trazer para esse território as línguas tidas como clássicas, assim como as em evidência no mundo moderno. Isso pressupõe uma tendência de uma Política Linguística que centraliza sua prática na planificação de algumas línguas, ou seja, possibilita o conhecimento por meio da exposição a novas culturas. As LE são vistas como uma forma de construção de um currículo para atender o sistema vigente.

A hegemonia da Língua Portuguesa passou a ser compartilhado com o ensino de outras línguas, as clássicas e as modernas, o que passou a dar visibilidade a uma nova forma de organização das línguas. Sendo assim, a escola tornou-se responsável por difundir a nova cultura linguística, cujas possibilidades de uso perpassam pela necessidade de um planejamento linguístico, que passam a ser legitimadas como aliadas para o desenvolvimento sócio econômico, sem perder de vista a Língua Nacional, nesse caso, a Língua Portuguesa.

No período colonial, o Brasil desenvolveu uma Política Linguística, mesmo que não sistemática, à medida que essa escolha pela Língua Portuguesa e demais línguas se deu de forma governamental e arbitrária, pois a população não teve direito de opinar sobre o assunto.

Spolsky (2009, p. 01 *apud* SOUSA; SOARES, 2014) define a Política Linguística da seguinte forma:

Política Linguística é feita de escolhas, sejam escolhas relacionadas à qual língua utilizar considerando um contexto multilíngue, seja escolhas relacionadas à qual variedade ou variante utilizar considerando um contexto não multilíngue, podemos afirmar que a política linguística sempre esteve presente na história da humanidade (SPOLSKY, 2009, p. 01 *apud* SOUSA; SOARES, 2014, p.103).

Essa proposição remete à ideia de que quando se trata de realizar Política Linguística, há de se pensar nos sujeitos envolvidos nela, bem como no uso e nas formas, que eles fazem da língua. É imperativo dizer que não há como considerar esses sujeitos fora de seu contexto social cultural, histórico e político, pois como pontua Spolsky (2004, 2009, 2012 *apud* SOUZA; SOARES, 2014, p.104) ao destacar que uma Política Linguística se realiza a partir de três componentes: as práticas, as crenças e a gestão da língua:

Primeiro componente: as práticas são as escolhas da língua que os membros de uma dada comunidade de fala realizam em seu dia a dia, tais como: a escolha de uma variedade específica para realizar uma determinada função comunicativa, a escolha de uma variante linguística para se adequar ao interlocutor, a escolha de que variedade usar para mostrar ou esconder uma identidade, dentre outras. O segundo componente está relacionado às crenças sobre a língua, também denominado de ideologia. As crenças representam os valores atribuídos às línguas, às variedades e às variantes linguísticas e ainda representam as crenças dos membros de uma comunidade sobre a importância desses valores. Já o terceiro componente denomina-se de “gestão” e é definido como todos os esforços realizados por alguém, ou por um grupo, ou por um governo, enfim, por quem se julgue na autoridade de modificar as práticas ou as crenças dos participantes de um dado domínio social (família, escola, igreja...), SPOLSKY (2004, 2009, 2012 *apud* SOUZA; SOARES, 2014, p.104).

Vale elucidar que, nesse contexto, Política Linguística pressupõe escolhas a respeito do uso da língua, considerando a sua diversidade linguística, bem como a sua demanda de comunicação, tendo em vista que as sociedades se organizam a partir das suas relações de interação, que se fazem a partir da língua. Assim, é pertinente considerar as Práticas Linguísticas, as crenças que as norteiam e o seu processo de gestão. Isso implica dizer que esse é o resultado de uma série de

ações, que movimentam o uso social de uma dada língua, sem deixar de ressaltar também o fato da Política Linguística também determinar as relações de poder.

Subtende-se, dessa forma, que a Política Linguística refere-se a uma proposta de tornar as línguas mais eficazes no âmbito de uma dada sociedade, principalmente em relação às Práticas Linguísticas e à gestão desse processo, mais especificamente no que diz respeito à organização e às escolhas linguísticas que cada sociedade considera mais pertinente para o seu desenvolvimento, social, histórico, econômico, cultural, linguístico e político. Assim feito, o sujeito estará exercendo o direito de sua cidadania, utilizando a língua sem perder sua identidade como falante de uma dada língua e do direito de fazer uso de outras línguas.

Ainda no que diz respeito ao que vem a ser a Política Linguística cabe destacar a teoria apresentada por Day (2012):

Uma política linguística intervém em dois domínios: 1) no *status* das línguas em presença, que diz respeito ao reconhecimento das línguas como línguas nacionais, oficiais, cooficiais, etc.; ao uso das línguas em diferentes domínios ou ao reconhecimento de direitos linguísticos; e 2) no *corpus* das línguas que abrangem as intervenções na norma, as reformas ortográficas, modernização de vocabulário, entre outros (DAY, 2012, p. 02).

A partir desse contexto, fica entendido que Política Linguística é um tema bastante amplo e emblemático. Sob essa lógica, há de se considerar que é por intermédio dessa que se legitimam as condições de uso e de funcionamento de uma dada língua em uma determinada comunidade linguística. Condição essa que permite aferir que uma Política Linguística que se efetive está na condição de como cada comunidade linguística determina as suas escolhas linguísticas, bem como o percurso e qual língua usar para promover o seu desenvolvimento nas mais diversas instâncias e nos mais diversos campos do conhecimento. E, ainda, como o *status* que cada língua tem nos seus ambientes de uso, e a sua regulamentação, como língua oficial, dos direitos dos sujeitos que dela fazem uso.

Fica subtendida no cerne dessa questão que a Política Linguística é um mecanismo que eleva as línguas a um *status* de instrumento fundamental que mobiliza as pessoas em todos os campos do conhecimento, assim como possibilita a interação com outras comunidades linguísticas quando se tem ainda o uso de uma segunda língua, com destaque para as línguas estrangeiras.

Sobre a Política Linguística assinalamos que a sua compreensão requer o auxílio de várias áreas dos estudos da linguagem. A Política Linguística não se refere apenas a uma forma de planejamento linguístico, mas de escolhas e de práticas que envolvem o seu uso, bem como as formas como essas se organizam, principalmente quando se leva em conta as práticas, crenças e gestão que norteiam o seu uso. Não há como organizar ou pensar sobre essa sem levar em consideração os aspectos sociais, culturais, históricos, discursivos e políticos que a constitui como mecanismo de interação social e de governança.

No caso do Ensino de Línguas, a Política Linguística torna-se de suma importância para estabelecer como fazer a gestão do processo, uma vez que existe uma língua tida como oficial e que é preciso assegurar a sua natureza institucionalizada. Contudo, é preciso pensar que o Ensino de Línguas tem seguido paradigmas adversos, muitas vezes na contramão da Política Linguística vigente.

Para elucidar o papel das Políticas Linguísticas é relevante destacar que

Daí que o estabelecimento de Políticas Linguísticas não são nunca processos neutros, apolíticos ou isento de conflitos: há que se considerar sempre as relações de tensão que se traduzem no dilema entre, por um lado, a necessidade de promover a língua de falantes de maior prestígio, de forma a assegurar o direito às vantagens sociais e econômicas que isso pode acarretar e, por outro, assegurar a alteridade dos falantes de línguas desprestigiadas. Como insiste Hamel (2003), as decisões sobre Política Linguística se inserem em relações de poder e de força simbólicas e só através dela podem ser interpretadas (MAHER, 2013, p.121).

Fica subtendido, a partir desse recorte, que Política Linguística consiste em não só organizar as Línguas quanto as suas formas de uso, mas também situar as relações estabelecidas por essas no que tange a governança de como e qual língua se vai adotar. Desse modo, estabelece uma forma de se manter a identidade das mesmas, quais as variantes utilizadas, e de dar visibilidade às Línguas que não são evidenciadas por serem estigmatizadas como de baixo prestígio. Criou-se a cultura da hegemonia, isto é, a cultura de que existe uma soberania linguística. Essa visão é resultado de um processo equivocado em relação à governança e à gestão das práticas linguísticas:

A arte de conduzir a governança ou administração de assuntos públicos de um estado, a política linguística é a arte de conduzir as

reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores (RAJAGOPALAN, 2013b, p. 21).

Em outras palavras, a Política Linguística é um processo que envolve a gestão em relação às escolhas linguísticas, e que também remete ao pressuposto de que se trata de promover ações que possibilitem, nessa perspectiva, atender a demanda de uma determinada comunidade linguística em relação ao uso de línguas específicas. Sendo assim, legitimadas no âmbito de uma dada cultura linguística, como resultado de uma dinâmica que demarca a sua base social, cultural e política (no que se refere à gestão).

Nesse sentido, é pertinente destacar que para desenvolver a discussão a respeito de Política Linguística, é preciso que o poder público e a sociedade tomem uma decisão com relação à legitimação do Ensino de Línguas, levando em consideração as particularidades dessas, e o uso social que cada comunidade faz dela, isto é, da língua. Essa condição torna necessário um processo de gestão que leve em conta as diversidades linguísticas e as competências do falante em relação à língua em uso.

A esse respeito, reafirmamos que a relação quanto ao uso de línguas demarca uma base social, cultural e política. A Política Linguística, como afirma o autor Johnson (2013), pode ser “um corpo de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas cujo propósito é alcançar a mudança linguística almejada nas sociedades, grupos ou sistemas”⁸. Ela é “uma construção social acima de tudo”⁹. Política Linguística também pode ser “um processo sociocultural complexo e modos de interação humana, negociação e produção mediadas por relações de poder”¹⁰. Ou ainda, de acordo com Tollefson (1991), ela pode ser “um mecanismo utilizado por grupos dominantes para hegemonia no uso da língua e também tem a função de

⁸ Citação na versão original: “A language policy is a body of ideas, laws, regulations, rules and practices intended to achieve the planned language change in the societies, group or system” (KAPLAN; BALDAULF, 1997 *apud* JOHNSON, 2013, p. 4). Tradução nossa.

⁹ Citação na versão original: “Language policy is primarily a social construct” (SCHIFFMAN, 1996 *apud* JOHNSON, 2013, p. 4). Tradução nossa.

¹⁰ Citação na versão original: “I have characterized language policy as a complex process [and as] modes of human interaction, negotiation and production mediated by relations of power” (McCARTY, 2011 *apud* JOHNSON, 2013, p. 6). Tradução nossa.

posicionar a língua dentro de uma estrutura social para que ela determine quem tem acesso ao poder político e às fontes econômicas"¹¹.

Não se pode deixar de elucidar ainda no âmbito dessa discussão as questões Geopolíticas como um dos fatores essenciais para o desenvolvimento de uma Política Linguística.

Nesse sentido, ilustramos nossa discussão sobre a relação entre a Política Linguística e Geopolítica tendo como base o pensamento de Lacoste (2005):

A geopolítica é um termo derivado da geografia e da política que significa a rivalidade (ou a convivência) de poderes e influências sobre territórios. Desse modo, se a geopolítica pode ser definida como a análise das relações de poder sobre um determinado território, fica claro que as línguas também refletem essas relações de força (LACOSTE, 2005, p. 7).

Em outras palavras, existe uma ligação direta entre esses dois mecanismos, em que se pode perceber a influência da gestão de um sobre o outro. Muitos territórios são demarcados a partir das escolhas linguísticas, assim como algumas escolhas linguísticas são demarcadas a partir dos territórios que influenciam socialmente, culturalmente e economicamente um dado país, como acontece com o Brasil em relação aos países do MERCOSUL, que por meio dessa relação tornou o Espanhol a segunda língua a ser ensinada em detrimento do Inglês, tida como uma língua utilizada em muitos países como segunda língua.

Essa condição de que a escolha de uma segunda língua está atrelada a questão Geopolítica fica clara no que preconiza Day (2012):

Finalmente, a assinatura do tratado do MERCOSUL configura-se como o mais recente marco político-econômico que direciona a história do ensino de línguas no país. Este tratado, desde seu início, estabelece o ensino do espanhol e do português nos países membros como um dos objetivos estratégicos do bloco, de modo que se favoreçam as relações, sobretudo as comerciais, entre os povos (DAY, 2012, p. 8).

Foi sob esse contexto que se desenvolveu a Política Linguística vigente no Brasil, com os avanços no processo de integração regional, no qual se insere,

¹¹Citação na versão original: "[...] Language policy is one mechanism for locating language within social structures that language determines Who dominant groups establish hegemony in language use" (TOLLEFSON, 1991 *apud* JOHNSON, 2013, p. 6). Tradução nossa.

sobretudo, às necessidades de cooperação político-econômica e cultural, tendo como referência a fronteira com os países do MERCOSUL, e as relações comerciais. Isso implica dizer que esse é um fator determinante para escolher qual a LE a ser ensinada nas escolas. Por um lado, as escolas são obrigadas a aderirem no Ensino Médio à Língua Espanhola, por outro, podem ensinar outra língua moderna no Ensino Fundamental II. Contudo, não se pode deixar de dizer que essa política pode estar ameaçada pela Reforma do Ensino Médio, que traz como obrigatório o ensino do Inglês em todo o território nacional. Essa reforma se caracteriza como uma política centralizadora que não leva em consideração os diferentes contextos linguísticos brasileiros.

Isso nos remete à questão vivenciada pelo povo amapaense, uma vez que o estado do Amapá tem acordos fronteiriços que envolvem questões educacionais tanto por parte da França quanto por parte do Brasil, especificamente, cuja base está assentada em diversos acordos de cooperação institucionalizada, transfronteiriça entre Amapá e Guiana Francesa. Dentre eles, a cooperação linguística; a criação de escolas de Línguas em cada uma das cidades principais; mobilidade de pesquisadores e estudantes; e os Projetos de Intercâmbio Educacional, Profissional, Científico e Tecnológico: com projetos de cooperação que incentivam o esporte, a biodiversidade, a leitura, os cursos de Línguas e Culturas estrangeiras, programas pedagógicos para formação de professores, congressos, investimento em tecnologia para ampliar o desenvolvimento, entre outros¹².

Nesse sentido, nos interessa saber de forma mais sistêmica essa relação entre Política de Linguística e Ensino de Línguas, tendo em vista que em muitas regiões do país ainda existem alguns conflitos em relação ao ensino de línguas, com destaque para o estado do Amapá.

No Amapá, as escolas ensinam o Francês, o Inglês e o Espanhol; isso demonstra que esse estado vem galgando rumo à Política Linguística vigente no país (Brasil). Esse cenário implica em conhecer o que a Literatura diz a respeito dessa relação: Política Linguística e Ensino de Línguas, sendo esse fenômeno ponto de discussão na seção a seguir.

¹² SILVA, Gutemberg de V.; RÜCKERT, Aldomar A. A fronteira Brasil-França. *Confins* [Online], 7 | 2009, posto online no dia 31 Outubro 2009, consultado o 28 Fevereiro 2017. URL : <http://confins.revues.org/6040> ; DOI : 10.4000/confins.60

1.2 O ensino de Línguas Estrangeiras no âmbito da Política Linguística vigente no Brasil e no Estado do Amapá

Nesta subseção, dividimos este capítulo em duas partes. Na primeira parte dessa subseção faremos um breve histórico do ensino de LE no âmbito da Política Linguística vigente no Brasil, pois tanto a Política Linguística quanto o ensino de LE, estão intrínseca numa na outra. Desse modo, desassociar Política Linguística do ensino de LE é omitir sua frequente presença e influência direta, ao longo dos anos, na educação de todos os brasileiros. Ainda nesta subseção, abordaremos suscintamente, aspectos relacionados aos documentos oficiais para o ensino de LE, como a LDB nº 9.394/96, a Lei nº 11.161/05 e a Reforma do Ensino Médio para o ensino de Línguas Estrangeiras Modernas.

Na segunda parte dessa subseção apresentamos um sucinto histórico do cenário amapaense, visando contextualizar este contexto por meio da historicidade local e de sua relação fronteiriça e linguística, a fim de que, o leitor possa conhecer um pouco do contexto linguístico, fronteiriço e local, haja vista, ser este um estado pouco conhecido pelo restante do país. Faremos ainda, um breve olhar no cenário histórico do ensino de Línguas Estrangeiras nas escolas do estado do Amapá.

1.2.1 Ensino de LE no Brasil

O ensino de LE existe há cerca de cinco mil anos. A princípio, o ensino das línguas era realizado na própria sociedade; os conhecimentos de determinada língua eram passados de geração para geração. Com o advento das colonizações e/ou invasões de povos falantes de outras línguas, o ensino das Línguas passou para o ensino de uma LE. Nesse aspecto, o ensino de LE tem sido um tema bastante discutido no âmbito acadêmico-científico. A discussão gira em torno também do campo da linguagem, considerando-se, principalmente, os parâmetros que vem sendo criados para regulamentar esse ensino, tendo em vista que não se pode deixar de levar em conta as práticas linguísticas, bem como a realização das práticas de ensino e, ainda, a aprendizagem e ensino de línguas (CORREA, 2014).

Tomando como base essa premissa, vale ressaltar que, segundo Correa (2014), a Política Linguística, nesse processo, tem a necessidade de ser discutida continuamente, principalmente, em relação à noção de língua, que na prática cotidiana tem sido imperativo o uso da língua no seu aspecto normativo. Ou seja, não se pode pensar em uma prática educativa sem considerar o contexto em que essa se realiza. Esse tem sido um ponto bastante discutido por Correa (2009, 2010, 2011, 2014).

Ainda em relação ao Ensino de Línguas e à Política Linguística é pertinente destacar também que, segundo Correa (2014), a relação que se estabeleceu no que concerne à Política Linguística e, nesse caso, a Política de Escrita, é estreita. Para ampliar e entender essa relação, é necessário compreender as configurações que advém da língua (em) na contemporaneidade.

Para explicar essa condição Correa (2014) se vale do que diz Rajagopalan (2014, p. 135) sobre os estudos realizados no âmbito dos estudos da Linguística e da Política, onde afirma que a Política Linguística:

Frisa o caráter descritivo de suas investigações, enquanto que a segunda por sua vez (Política de Escrita) diz respeito ao caráter prescritivo e interventor. Nesse caso, a primeira detém-se aos aspectos orais da língua, enquanto que a segunda se detém à escrita; sendo que a forma oral da língua nessa perspectiva caba por ser vista como uma consequência (RAJAGOPALAN, 2014, p. 135).

A relação entre os estudos da Linguística e a Política Linguística nos leva a entender porque o Ensino de Línguas tem se dado de forma diferenciada e, muitas vezes, ineficiente quanto à aprendizagem dos alunos, uma vez que quando não se privilegia a oralidade, se privilegia a escrita. O que implica dizer que é preciso ressaltar que não há como desenvolver competência e habilidade no campo da linguagem separando a língua com relação às suas formas e usos. Também tem sido parte conflituosa desse processo o fato de que a Política Linguística tem sido encaminhada e pensada como apenas um processo de normatização de uma língua.

Essa condição fica evidenciada por meio do pensamento de Pagotto (2007) ao ressaltar que

A implementação de Políticas linguísticas parece obedecer a dois tipos de ações de forças por parte do estado com vistas a reafirmar sua própria existência e ações que visam a atender demandas específicas de grupos ou setores da sociedade normalmente voltada para o pluralismo. No primeiro caso podemos incluir casos como os Decretos do Marquês de Pombal ou a disposição do governo Vargas proibindo o uso da língua estrangeira em veículos de difusão e nas instituições escolares. No segundo caso podemos incluir leis como o do Paraguai, elevando o Guarani a língua nacional ou as disposições estaduais recentes disponibilizando recursos do Estado para o ensino de Língua indígena no Brasil (PAGOTTO, 2007, p. 35).

Esse é o cenário sob o qual a Política Linguística foi historicamente alinhada no território brasileiro. Percebe-se que em nenhuma das implementações que foram criadas pela Política Linguística tomou como base as necessidades linguísticas do país no que diz respeito, principalmente, à sua população, no que concerne o seu estado de direito democrático, ou seja, de escolhas, à negação de culturas, aos aspectos geopolíticos e linguísticos, aos aspectos essenciais para se criar uma Política Linguística que esteja em sintonia com as demandas da sociedade e não de governos, muito menos de grupos fechados como descreveu Pagotto em seu texto: O Linguista e o Burocrata, Universalização dos Direitos e os Processos Normativos - Pauta: Políticas “do bem” e Política “do mal” no livro Política Linguística no Brasil, organizado por Orlandi (2007).

Essa é uma discussão relevante à medida que nos coloca à frente do fato de ser a Política Linguística um recurso utilizado nessa perspectiva como instrumento de poder, uma vez que as Políticas Linguísticas foram criadas como forma de controle por parte do Estado ou para a manutenção de uma determinada cultura linguística, ambas muito embora colocadas de forma diferenciada, demarcam os interesses do Estado, pondera Pagotto (2007). Sobre a Política Linguística no Brasil é interessante o que diz Fiorin (2009):

Definitivamente, a política está intrínseca à língua, e a discussão das políticas linguísticas no Brasil indicou que: a) a língua não é apenas um instrumento de inclusão, mas também de exclusão social, principalmente para aqueles que não dominam “a língua” reconhecida na sociedade; b) a intervenção na língua pode ser utilizada como um meio para se atingir determinados fins, ou seja, a política linguística pode se constituir como um instrumento para o alcance de objetivos políticos, econômicos, ou de outras ordens (e.g.: a política pombalina); c) a necessidade de policiar, controlar uma língua caracteriza também nossa cultura linguística, definindo valores, preconceitos, restrições em relações às línguas e suas

variedades. Enfim, “a língua é atravessada pela política, pelo poder, pelos poderes” (FIORIN, 2009, p. 64).

Entende-se, assim, que a legitimação de uma língua decorre conforme a forma como ela se institui enquanto Política Linguística. Claro que isso não pode ir à contramão do uso social e linguístico da língua, tendo em vista que essa não pode nem deve ignorar o que é necessário. Portanto, esta deve garantir a autonomia de uma comunidade linguística, para decidir o que é importante na cultura linguística, para que a língua não se torne um mero instrumento linguístico cujo tratamento desta não oscile entre práticas de inclusão e de exclusão. Além de que muitas vezes essas questões em relação a sua normatização se dão de forma autoritária, de modo que desconsidera sua função social, cultural, histórica e política.

Entre as questões a serem pontuadas na discussão sobre Política Linguística está o Ensino de Línguas, tendo em vista que, segundo Calvet (2002), o Ensino de Línguas tem como um de seus propósitos a tomada de decisão realizada pelos agentes sociais quanto às orientações concernentes, nesse caso, o uso de uma ou mais línguas, para, assim, definir quando houver concorrência, em um determinado território linguístico.

Tomando como base essa premissa, comprehende-se que quando se trata do campo relacionado ao Ensino da Língua é pertinente destacar haver, ainda, algumas questões que impedem que esse avance e leve em conta os mais diversos contextos em que essa vem sendo constituída. Essa é uma condição que perpassa por uma série de condições atribuídas a esse processo que envolve aspectos geopolíticos, sociais, culturais econômicos e políticos.

Em relação a esse cenário é relevante elucidar o que diz Rajagopalan (2013) sobre a relação Política Linguística e Ensino de LE:

Muitas coisas mudaram desde os meados do século XX, tempo em que o ensino de línguas estrangeiras era objeto de estudo da Linguística Aplicada (Doravante LA), que por sua vez tinha papel de coadjuvante quando comparada a Linguística Geral, ou seja, o ensino de línguas era objeto de estudo de uma área de conhecimento cujo status inicial era o de subárea da Linguística Geral ou Teórica. Nesse sentido, o ensino de língua estrangeira também sofreu prejuízos por estar em grande parte subjugado a Linguística Geral - o que acontecia em sala de aula era pesquisado e resolvido por quem não estava nela e, por conseguinte o professor

tornava-se menos relevante nesse contexto (RAJAGOPALAN, 2013, p. 51-52).

Em relação a esse processo é relevante destacar que o ensino de LE a *priori* fora colocado não como uma questão de escolha de seus usuários, mas como determinação de um sistema que detém o poder de criar normas de uso da língua e institucionalizá-la. Daí ser de fundamental importância entender que essa postura é danosa para o desenvolvimento de uma Política Linguística, entendendo-se que a inserção de uma segunda língua em uma região favorece outras formas de desenvolvimento, que não o linguístico.

Desta maneira, essa Política Linguística não pode ser imposta para atender a uma demanda, que, muitas vezes, é mais política do que propriamente linguística. Condição essa que vem aos poucos mudando em decorrência dos estudos que vem sendo produzidos nessa área. Para o ensino de LE existem muitas questões em jogo, entre as quais estão os interesses políticos e econômicos que interligam determinados países, cuja língua passa a ser adotada por outro.

Nesse sentido, é relevante destacar as tentativas de, muitas vezes, tentar se instalar um estado de soberania. Em relação ao ensino de LE no Brasil vale ressaltar que, de início, a proposta foi tornar a Língua Portuguesa soberana; não se aceitou qualquer outra língua falada nos arredores, que não fosse à língua do colonizador. Ideia essa preconizada por Campos, e citada por Silva (2014). Vejamos:

As Políticas Linguísticas como as implementadas pelo Marquês de Pombal e pelo Presidente Getúlio Vargas são orientada pela ideia tradicional (que ganha força a partir do século XIX) segundo a qual a cada Estado Nacional corresponderia um território e uma língua. Pode-se afirmar, nesse sentido, que esse tipo de política linguística é herdeira de uma longa tradição que vê o monolingüismo como ideal e como forma de construção ou manutenção da unidade do estado (SILVA, 2014, p. 13).

Essa assertiva nos coloca à frente de um cenário no qual a Política Linguística assume um papel de normatização, no sentido de regras de uso, de uma dada língua, nesse caso, a Língua Portuguesa, tendo como principal agente o Estado. No cerne dessa discussão, é relevante ressaltar que a partir dessa normatização se estabelece o uso de uma língua em uma dada comunidade. Assim sendo, por muito tempo a Política Linguística teve como objetivo manter a

hegemonia de uma determinada língua ou de determinados interesses, entre os quais os do Estado.

De certa forma, essa hegemonia, ainda hoje perdura. Por um longo período, os indígenas foram obrigados a usar como língua falada a Língua Portuguesa, depois foi à vez dos imigrantes.

Ocorre dizer, ainda, que, no caso do Brasil, a Política Linguística implantada no início se fez de forma a sobreposição de uma língua sobre outras (s) em situações de multilinguísmo, tendo em vista, que em nossa sociedade tem-se a ideia, segundo Sousa e Soares (2014), de que a Língua Portuguesa é falada do “Oiapoque ao Chuí”, isto é, em todo território brasileiro. Condição essa que revela haver um esquecimento no que tange à pluralidade cultural em algumas regiões do país, com destaque para algumas regiões como (Centro–Oeste e Norte) que ainda existe o uso de línguas autóctones e alóctones que ainda são faladas por algumas comunidades.

Para situar, então, o ensino de LE vale retornar ao contexto sob a qual esse ensino se realizou no Brasil, tendo como destaque a Política Linguística declarada no Brasil, como o Diretório dos Índios. Sendo esse promulgado pelo até então, Marquês de Pombal, em 1757, que através desse documento jurídico tornou obrigatório o uso da Língua Portuguesa em todo Território Nacional, não levando em conta, diga-se de passagem, as outras línguas faladas que não era, nesse caso, o Português (SOUZA; SOARES, 2014). Pode-se dizer que nesse período só existia uma língua institucionalizada: o Português, não havendo, assim o uso de uma segunda língua tida como oficial.

Diante do exposto, é relevante destacar em relação ao ensino de LE no Brasil, que esse foi implantado a partir de uma necessidade geopolítica e, porque não, política, social e histórica. Ideia essa que podemos evidenciar na descrição feita por Freire (2004) que nos mostra as intervenções, mais precisamente, da Política Linguística, que sempre estiveram presentes na história da humanidade. Em vista disso, as chamadas conquistas políticas e as de caráter territoriais impuseram a língua dos conquistadores aos povos dominados.

Sendo assim, no Brasil Colônia, a língua era tida como uma questão política e, por que não dizer de ordem econômica, mais precisamente no período em que a Coroa Portuguesa autorizou que fosse feita a primeira intervenção linguística no sentido de permitir o uso da Língua Geral. Essa língua foi chamada de Língua Geral,

porque era utilizada na promoção da evangelização dos povos autóctones e na exploração econômica. A Língua Geral foi utilizada por dois séculos e meio pelos índios, mestiços, negros e portugueses, principalmente em suas práticas econômicas e sociais, e foi consolidada como língua supra étnica, permanecendo assim até meados do século XVIII, quando se tornou obrigatório o uso da Língua Portuguesa a partir da proibição da Língua Indígena.

Seguindo essa cronologia, é importante elucidar que, posterior a esse processo, outras políticas foram utilizadas, o que abriu espaço para a implantação de uma segunda língua, entre elas, o Inglês, o Francês e, mais recentemente, o Espanhol. Essas línguas foram adotadas com o objetivo de atender uma determinada demanda, seja de ordem social, econômica ou geopolítica, tendo em vista, que a escolha por uma delas não se deu de forma neutra, mas para atender determinados interesses.

No âmbito dessa discussão cabe situar ainda que o ensino oficial de Línguas Estrangeiras Modernas, de acordo com Chagas (1957), ocorreu em 1824, período em que se criou o Colégio Pedro II. É importante assinalar que além do Latim e do Grego, também eram ensinados o Francês e o Alemão, que se tornaram obrigatórios. Cabe ressaltar ainda que a partir de 1915, mais precisamente no período republicano, o Grego, foi abolido das escolas, mais precisamente, em 1930. Pode-se dizer que contribuiu para esse processo a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública. Desse modo, o ensino de Francês e de Inglês passou a integrar o currículo da primeira à quarta série, ministrado durante 17 horas semanais. Ressalta-se ainda que a reforma Capanema dividiu o ensino, mais precisamente o de jovens, em primário, ginásio e colegial. Fato esse que garantiu, assim, o prestígio das LE por mais algumas décadas (SILVA, 2015).

Nesse período, Silva (2015) destaca,

Que comparada ao ensino das outras línguas, o ensino de Francês era tido como o mais prestigiado, sendo que essa condição mudou com a então chegada do cinema falado na década de 1920, o que fez aumentar o interesse pela Língua Inglesa, o que acabou por se concretizar na década (SILVA, 2015, p. 05).

Em 1940, no período Pós Segunda Guerra Mundial, a dependência econômica e cultural do Brasil, no que diz respeito aos Estados Unidos, intensificou. Os laços entre esses dois países foram estreitados, o que elevou o desejo e a

necessidade das pessoas de aprender Inglês, claro que para atender a uma demanda muito mais econômica do que propriamente linguística.

No Brasil, a Língua Inglesa também gozou de grande prestígio e ganhou cada vez mais espaço. Em 1961, o ensino de LE foi suspenso a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que retirou a sua obrigatoriedade, deixando à escola a responsabilidade de promover a sua inclusão no currículo escolar.

Sobre essa questão Paiva (2003, p. 56) diz que “essa não obrigatoriedade promoveu a expansão dos cursos livres de idiomas”. Esse fato desobrigou, de certa forma, o ensino de Língua Estrangeira do currículo escolar, oportunizando as escolas particulares de idiomas e fazendo com que as escolas assumissem a responsabilidade pela oferta do idioma a ser oferecido na escola.

Em termos de Políticas Linguísticas, Souza (2014, p. 47) diz que,

Podemos situar o ensino de Língua Estrangeira a partir de dois momentos: primeiramente, antes e depois da constituição de 1988, tendo em vista ser esse período de redemocratização do país a partir dos anos de 1980, visto que esse processo modificou a visão do Brasil no que tange a relação com os então países vizinhos da América do Sul, o que levou a criação do bloco do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Assim, a partir de 1991, Zavala (2010, p. 03-05) descreve que “a criação do MERCOSUL resultou na realização de um tratado, denominado de tratado de Assunção que estabeleceu como guia oficial o Português e o Espanhol”. No engajamento desse propósito, Souza (2014) destaca a citação feita no documento elaborado durante o encontro promovido pela Associação Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), denominado Carta de Florianópolis, nome esse atribuído em decorrência desse encontro ter sido realizado nessa cidade. Assim, segundo esse documento: “Todo brasileiro tem direito a plena cidadania, no mundo globalizado, o poliglota de hoje, inclui a aprendizagem de uma língua estrangeira (...)" (NICOLAIDES, 2013, p. 318).

Essa prerrogativa torna o ensino de LE uma necessidade básica na educação escolar, como forma de oferecer condições para que se integrassem as perspectivas do mundo globalizado, o que revela ser ainda a Política Linguística como um território, onde as escolhas são determinadas pelo mercado e pela sua base econômica. Muito embora na carta de Florianópolis tenha elucidado ser esse um direito para o exercício da cidadania, ainda assim, ficou claro que a mola mestra

não foi à escolha desses cidadãos quanto a que língua queria estudar, mas a vontade do estado em torná-la normativa (SOUZA, 2014).

Essa condição é muito bem pontuada por Day (2012) ao elucidar que,

A crescente importância atribuída ao ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras é proporcional ao crescimento que se vivencia, nos dias atuais, nas relações interpessoais entre os povos. Quanto maiores as possibilidades que temos de estabelecer relações comerciais, culturais e contatos pessoais com indivíduos de outras partes do mundo, maior é a importância de dominarmos outro idioma além da língua materna. Porém, diferente do que muitos podem supor a definição de quais línguas estrangeiras um estado ou um povo opta por ensinar ou aprender, no ensino regular, não é fruto do acaso sem escolhas pouco refletidas. Muito mais do que opiniões pessoais que prevalece, mesmo individualmente, em primeira escala é o poder econômico que essa língua representa e em segundo plano a proximidade geográfica e cultural entre os falantes, dois elementos que estão na linha de frente na definição da política de ensino de língua estrangeira no Brasil (DAY, 2012, p.1).

Outra situação que envolve a globalização e o ensino de LE é o fato de que cada língua é ou foi tratada de forma comercial, ou seja, de maneira involuntária por meio dos fatos históricos ocorridos durante a globalização, industrialização, avanços tecnológicos, *internet*, entre outros. Segundo Bourdieu (1982, p. 862), o ensino de LE baseia-se na troca comunicativa, ou seja, “toda língua tem seu valor, sua cotação e existe uma cotação econômica, como moedas”.

Fica subtendido que o ensino de LE torna-se um desafio à medida que ainda existe uma dicotomia entre as exigências do que se propõe ensinar e a necessidade das populações. Logo, acaba por legitimar na sua maioria um propósito político, que, muitas vezes, é para sobrepor uma determinada cultura. O que torna determinante para as definições de políticas públicas, bem como de Política Linguística, que demandam as necessidades sociais, culturais, históricas e linguísticas. Condição essa que denota ser o ensino de LE um dos vieses que ainda deixam muitos pontos em aberto no que se refere à escolha de que língua ensinar, pois esse movimento está condicionado ao *status* que determinadas línguas possuem no cenário nacional e internacional.

No que se refere à escolha de que língua ensinar nas escolas, acreditamos que o idioma a ser ensinado necessita ser pensado a médio e longo prazo, faça parte de seu contexto, mas sem deixar de lado as necessidades profissionais e

comerciais. Que este idioma possa fazer parte de seu dia a dia, ter sentido a quem está aprendendo.

Outro recorte importante a se fazer com relação ao ensino de LE no Brasil diz respeito à LDB, criada através da Lei nº 9.394/96. A LDB tornou obrigatória a inclusão de, pelo menos, uma LE no currículo da rede oficial, mais precisamente a partir do terceiro ciclo do Ensino Fundamental, com a prerrogativa de que se inclua pelo menos uma LE dita moderna, ficando a cargo da escola junto à comunidade escolar promover essa escolha. Essa normativa passou a regulamentar até então como e qual língua vai se adotar (SILVA, 2014). Segundo Silva (2014),

Na sequência, dessa discussão seguindo a descrição do panorama que envolveu o ensino de Língua Estrangeira no Brasil cabe citar ainda, a Lei que instituiu o Espanhol como a segunda língua ensinada. Cabendo as escolas optarem entre o Inglês e o Francês, claro que essa escolha deve atender a demanda vigente em cada sociedade, bem como os objetivos que vão nortear a sua prática. Para tanto, cabe ressaltar que a partir desse dispositivo normativo o Inglês deixa de ser a segunda língua ensinada no Brasil. O que de certa forma, tem provocado alguns debates a respeito dessa condição, tais como, ser considerada uma das línguas mais falada do mundo, muitos estudiosos tem levantado a bandeira de que essa tem uma demanda de uso e prática que fazem dessa, uma grande aliada quanto ao uso e a função que essa tem em determinadas situações linguísticas (SILVA, 2014, p. 01-06).

A Lei nº 11.161/05, ao qual nos referimos anteriormente, torna nessa perspectiva o Espanhol a LE obrigatória no currículo das escolas brasileiras:

Também chamada de “Lei do espanhol”, a Lei nº 11.161, de 05 de agosto de 2005, institui a oferta obrigatória do ensino do espanhol pela escola e de matrícula facultativa para o aluno dentro da carga horária normal de aula no Ensino Médio e, ainda, facilita a sua inclusão no Ensino Fundamental. Nesse contexto, tal lei se relaciona com os dizeres prévios da LDB para a Educação Nacional (Lei 9394/96), inciso III do Art. 36, ao dizer que será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar (BRASIL, 2005)¹³.

Nessa citação, fica evidenciado que essa lei veio a *priori* atender uma demanda que diz respeito a uma aliança entre os países do MERCOSUL, que leva em consideração aspectos Geopolíticos e Econômicos. Condição essa que levou a

¹³ Informação obtida pelo site: www.planalto.gov.br/ccivil/03/Ato2004-2006/2005/Lei/11161.

uma Política Linguística muito mais de integração do que propriamente de questões de uso e de função. Nesse sentido, o Espanhol não é tido como uma língua que é parte da realidade da comunidade linguística do Brasil, tendo em vista que muito embora exista a proximidade fronteiriça com alguns Estados, efetivamente, não é usual a prática linguística dessa língua em todo território nacional.

Isso implica dizer que é preciso repensar o processo pelo qual o ensino de LE vem sendo legitimado, para que se possa entender a dinâmica sob qual a Política Linguística vem sendo constituída e ordenada no contexto das Políticas Públicas. Salientamos que a Política Linguística no Brasil não está explicitada, mas isso não significa que o Brasil não tenha essa política. O fato dessa política não estar explícita não significa que não exista uma política implícita que favoreça o uso desta ou daquela língua¹⁴.

Ressaltamos que, tanto o ensino de Inglês quanto o de Espanhol, na contemporaneidade, vem chamando a atenção para o ensino de LE em todo o território brasileiro. Nos PCN-LE (1998), a orientação é para que evitemos uma padronização na escolha de uma língua ou de outra. Notamos, assim, que o Inglês veio com a globalização devido ao crescimento industrial dos países anglófonos. O crescimento do Espanhol se deve ao poder sociocultural, da proximidade dos países hispânicos da América Latina, e ao grande investimento da Espanha, por meio de materiais didáticos e cursos de LE, no caso, o Espanhol da Espanha.

Atender a uma demanda econômica levou o Espanhol à condição de ser a LE mais eficiente para estreitar a relação comercial com os países do MERCOSUL, deixando o Inglês e o Francês a cargo das escolas de idiomas. Esse cenário mudou com a Reforma do Ensino Médio em 2016, que retoma o ensino da Língua Inglesa como obrigatório a partir do 6º ano do Ensino Fundamental II, o que se estende também ao Ensino Médio.

A partir dessa reforma, o Inglês retoma a sua condição de segunda língua a ser ensinada nas escolas brasileiras. Muito embora o Espanhol seja o idioma considerado mais próximo da realidade brasileira, é o Inglês que se mostra, às vezes, mais atraente, pelas relações comerciais e tecnológicas.

¹⁴ Adotamos os termos “Explícitos e Implícitos” segundo Schiffman (1996). Em que explícita é o que diz respeito à legislação oficial sobre questões linguísticas e implícitas àquelas regras linguísticas que não são oficiais ou mesmo formalizadas, mas que, cotidianamente, manifestam-se em práticas e sanções sociais.

Assim, não se pode deixar de aferir que, de acordo com o documento da Reforma do Ensino Médio, a escola pode até ofertar uma LE optativa como, por exemplo, o Espanhol. Revela-se, assim, que mais uma vez a Política Linguística legitima o direito do Estado, o que faz com que a comunidade seja impedida de exercer seu direito de escolha.

Em relação ao ensino da Língua Inglesa, pode-se dizer que a sua inserção nas escolas, enquanto disciplina, deve-se à globalização da economia mundial. Essa condição, segundo Silva (2014), gerou a crença de que a aprendizagem da Língua Inglesa possibilita o acesso aos melhores empregos e, por consequência, a possibilidade de se promover a mobilidade social.

1.2.2 Contexto fronteiriço amapaense

A origem do nome do estado do Amapá é controversa. Na língua tupi, o nome "Amapá" significaria "*o lugar da chuva*" (*ama*, chuva e *paba*, lugar, estância, morada). Segundo a tradição, porém, o nome teria vindo do *nheengatu* - Língua Geral da Amazônia, uma espécie de dialeto tupi jesuítico - significando "terra que acaba" ou "*ilha*". Segundo outros, a palavra "*Amapá*" é de origem nuaruaque ou aruaque, pertencente a mais extensa das famílias linguísticas da América do Sul¹⁵.

O estado do Amapá faz parte da Região Amazônica, visto que apresenta características fisiográficas de flora e fauna, além dos aspectos social e econômico semelhantes com o da região como um todo. O processo de configuração territorial do Estado foi muito denso, visto que até 1940 fazia parte do estado do Pará. Sua área política foi desmembrada dos municípios paraenses, de Amapá, Macapá, Mazagão e Almerim. O estado do Amapá possui dezesseis municípios: Oiapoque, Amapá, Macapá – capital do Estado, Mazagão, Calçoene, Tartarugalzinho, Serra do Navio, Pracuúba, Porto Grande, Ferreira Gomes, Itaubal, Cutias, Santana – único município a possuir área portuária, Pedra Branca do Amaparí, Vitória do Jarí e Laranjal do Jarí. Seus pontos extremos são: o Cabo do Norte, ao norte; a ilha de Bailique, a foz do Rio Jarí, ao sul; a nascente principal do Jarí, a oeste.

¹⁵ Dados do Núcleo de Assessoramento Técnico Pedagógico – NATEP/2015.

Havia preocupação do Governo em salvaguardar o território Brasileiro contra os interesses dos Franceses da Guiana Francesa pelo fato da Guiana fazer fronteira com o município de Oiapoque, no extremo norte do país. Por isso, o Cabo Norte, denominação atribuída a partir da sua localização, era visto como um fator de grandes preocupações do Estado brasileiro, no que diz respeito à soberania nacional, a partir das ameaças vindas de holandeses, de ingleses e de franceses.

No entanto, pode-se atribuir um destaque no interesse francês, pelo fato da ameaça de invasão do território nacional, a partir da fronteira que essa porção brasileira faz com a Colônia Francesa (Guiana Francesa). Essa localização estratégica é um fator que facilita a livre circulação de pessoas, entretanto, os franceses detinham um interesse primordial na ocupação do território do Cabo do Norte, já que descobriu uma jazida de ouro no norte do rio Araguari, ocasionando a exploração desse recurso por parte dos franceses, por isso intensificou-se o fluxo desse tipo de contrabando em direção à Guiana Francesa. Veja a seguir o que foi dito a esse respeito pelos autores Reis (1949) e Porto (2003), respectivamente:

As intenções gaulesas sobre o território amapaense continuaram a exigir atenção constante dos poderes políticos e militares brasileiros, principalmente porque as explorações auríferas ao norte do rio Araguari contribuíram para atrair garimpeiros franceses (REIS, 1949, p. 89-120). A produção do ouro de Calçoene era exportada por Caiena e contabilizada como se fosse um produto da Guiana Francesa, originando conflitos diplomáticos entre Brasil e França (PORTO, 2003, p.107).

Partindo desse pressuposto, vale elucidar ainda que houve uma grande preocupação dos portugueses em salvaguardar o território, através, principalmente, do processo de catequização da população local e dos índios, para que assim esses últimos, servissem como uma espécie de parceiros dos portugueses. Nesse momento, a participação desses agentes locais no processo de conquista do território era indispensável.

Além do mais, o processo de fortificação (construção da Fortaleza de São José de Macapá) também está relacionado com a preocupação em preservar a configuração física atual do território nacional. Esse processo teve uma longa duração, visto a dificuldade financeira e a própria característica física do solo, localizado na foz do rio Amazonas com influência direta do Oceano Atlântico. Isso

dificultou a construção da obra, pois o solo naturalmente não é compacto para suportar o forte.

Em 1943, foi criado o Território Federal do Amapá e, posteriormente, a formação do estado do Amapá. Neste contexto, quando ainda era denominado de Território Federal do Amapá, houve a descoberta da reserva de manganês na Serra do Navio, na década de 1940. O Território do Amapá insere-se no contexto geopolítico internacional da divisão internacional do trabalho como fornecedor de matéria-prima, com incentivos fiscais e políticas federais que tinham como objetivo a implantação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento dessa atividade econômica, a promoção da ocupação populacional, além da perspectiva de este novo agente promover benefícios e mudanças positivas para a Amazônia.

É fato que a empresa exploradora do manganês, durante seu tempo de instalação, trouxe mudanças para o Território Federal do Amapá. No entanto, as mudanças ocorridas ficaram no âmbito da empresa. Desse modo, não efetivando de fato as políticas que beneficiariam a sociedade local naquele momento.

Salientamos que a região do atual estado do Amapá foi, anteriormente à chegada dos primeiros exploradores europeus na região no século XVI, originalmente povoada por grupos indígenas dos troncos linguísticos Aruaques e Caribe, entre os quais se destacam: Guaiampis, Palicures e Tucujus (GALLOIS; GRUPIONI, 2003).

Macapá, capital do estado do Amapá, é o principal centro econômico, cultural e político deste Estado. Situa-se no Sudeste do Estado e é a única capital estadual brasileira que não possui interligação por rodovia com outras capitais. Além disso, é a única cidade cortada pela linha do Equador e que se localiza às margens do rio Amazonas. Macapá pertence à mesorregião do sul do Amapá, à microrregião homônima, e está localizada no extremo norte do país. Salienta-se que a capital recebe muitos turistas franceses devido à fronteira entre Guiana Francesa e o Município de Oiapoque, no extremo norte do Estado. Contudo, espera-se que com a abertura da ponte Binacional esse número de turistas expanda-se, pois outras nacionalidades poderão adentrar ao Estado, como os ingleses de Suriname e Guiana Inglesa.

Seu nome é de origem tupi, como uma variação de "*macapaba*", que quer dizer lugar de muitas bacabas, palmeira nativa da região. Segundo o tupinólogo Eduardo de Almeida Navarro, o topônimo "*Macapá*" possui origem no

termo da língua geral setentrional *macapaba*, que significa "*lugar de macabas*" (*maca* + *aba*, lugar). De acordo com o Dicionário Aurélio, "*macaba*" é uma árvore frutífera sertaneja. Antes de ter o nome de "*Macapá*", o primeiro nome concedido oficialmente, em 1544, por Carlos V da Espanha, às terras da cidade foi *Adelantado de Nueva Andaluzia*, como homenagem a Francisco de Orellana, navegador espanhol que esteve na região¹⁶.

Macapá é um importante centro educacional do estado do Amapá, tanto para o Ensino Fundamental e Médio como para o Ensino Superior, e concentra a maioria das escolas e faculdades públicas e particulares. Existem, em Macapá, 23 instituições de Ensino Superior, que ofertam mais de 74 cursos¹⁷.

Segundo o Gallois e Grupioni (2003, p. 48), no estado do Amapá existe uma diversidade linguística indígena magnífica, pois nas terras amapaenses encontramos línguas e culturas crioulas com uma vasta diversificação entre estes povos.

Na região encontramos povos falantes de três grandes famílias linguísticas, a saber, Aruaque, Caribe e Tupi, além de grupos falantes de línguas crioulas, das quais se distinguem em: patuá ou crioulo francês, francês, kheoul ou patuá, o kaliña. Os mais velhos também conhecem, razoavelmente, o patuá holandês, e existem indígenas que continuam falando, entre si, em seu próprio idioma. Eis uma realidade multilingüística¹⁸.

As escolas do estado do Amapá oferecem os idiomas Francês, Inglês, Espanhol, Língua Indígena, e Português para os indígenas. Sendo que estes são ministrados nas escolas conforme suas especificidades, ou seja, da sua localização regional, em qual município a escola está localizada, quais seus interesses econômicos e turísticos. O estado do Amapá possui ao todo 476 escolas, sendo que 80 escolas pertencem a Rede Municipal de Ensino e 396 escolas pertencem a Rede de Ensino Estadual.

Amapá é um estado com poucas escolas se considerarmos sua população. Essa condição é explicada pelo fato desse Estado estar em desenvolvimento.

¹⁶ Dados do Núcleo de Assessoramento Técnico Pedagógico – NATEP/2015.

¹⁷ IBGE 2015.

¹⁸ Dados NATEP 2015.

1.2.3 Ensino de Línguas Estrangeiras nas escolas do estado do Amapá: um breve olhar no cenário histórico das línguas ofertadas no estado

No estado do Amapá, o ensino de LE ofertado à sociedade amapaense perpassa pelos ensinos Fundamental II e Médio (Regular, Modular, Inovador, Empreendedor, EJA e Integral). Os níveis de ensino referem-se ao ensino de oito (08) anos e ao ensino de nove (09) anos. Estes níveis de ensino estão distribuídos em 396 escolas sob a jurisdição do Estado.

As escolas estaduais possuem, no Ensino Fundamental II, 376 docentes que ministram aulas de Francês, Línguas Indígenas, Inglês e outras. Existem 271 docentes de Línguas Estrangeiras no Ensino Médio (Espanhol, Francês, Línguas Indígenas, Inglês e outras). Na EJA, o Ensino Fundamental II possui 121 docentes que ministram aulas de Espanhol, Francês, Línguas Indígenas, Inglês e outras, entretanto, não possui docentes de Língua Espanhola no Ensino Fundamental. Na EJA Médio, o Estado possui em seu quadro 87 docentes (Espanhol, Francês, Inglês e outras), contudo, nesse segmento não há Línguas Indígenas.

Convém mencionar que o ensino de LE ofertado no Estado, ao longo dos anos, vem delineando, ou tentando delinear, uma Política Linguística que satisfaça as reais necessidades da comunidade amapaense. Contudo, as matrizes curriculares do estado para o Ensino de Línguas Estrangeiras, desde 1974 até os dias atuais, nos apontam para uma realidade conturbada e alarmante. Salientamos que todas as informações a seguir foram retiradas das matrizes que fazem parte do acervo profissional¹⁹ desta pesquisadora.

Desde 1974, o ensino de línguas estrangeiras era parte integrante da categoria Comunicação e Expressão. Entretanto, não havia uma especificidade quanto à distribuição de carga horária destinada a Língua Estrangeira, somente a pontuação avaliativa de 100 pontos para o 1º Grau (atualmente Ensino Fundamental).

Após sete (07) anos, em 1981, o ensino de LE passou para a parte diversificada da própria proposta curricular estadual. Entretanto, ainda era específica para o Ensino Fundamental (5^a a 8^a Séries).

¹⁹ Resoluções, Pareceres, Leis, Diretrizes, Matrizes e Propostas Curriculares do Estado, Projetos Pedagógicos, entre outros.

Em 1982, com a Lei nº 7.044/82, o Estado passou a ofertar o Ensino Médio em áreas de conhecimento, a saber, Ciências (Biológica, Exatas e Humanas), mas apenas em algumas escolas. Ressaltamos que, neste ano, eram ministradas as aulas de LE apenas nos ensinos citados anteriormente.

Em 1991, conforme a matriz curricular, o ensino de LE da matriz foi retirado, entretanto ficou salvaguardado que ficaria a critério da escola ofertar a LE que melhor lhe convir. Já no ano seguinte, o ensino de LE retorna a matriz do estado apenas para o ensino de 1º grau, especificamente, para as 7ª e 8ª Séries.

No ano de 1993, somente o Ensino Médio ofertava LE, com apenas uma (01) aula do 1º ao 3º anos e para alguns cursos técnicos escolhidos pela SEED. Contudo, os cursos de magistério, tanto da capital quanto da zona rural do estado ofertavam aulas de Língua Inglesa somente para os 1º anos do Ensino Médio.

Em 1994, o ensino de LE retorna ao Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries, apenas para a Língua Inglesa. De 1998 a 2003, algumas escolas de 5ª a 8ª séries ofertavam LE somente para as 7ª e 8ª séries. Outras escolas ofertavam como LE os idiomas Francês e Inglês somente de 5ª e 6ª séries. No ano de 2000, o ensino de LE era ministrado tanto para o Ensino Fundamental II quanto para o Ensino Médio.

A partir de 2002 até 2009, o ensino de LE estabilizou-se, e tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio possuíam a mesma carga horária semanal para ambos os níveis de ensino.

Em 2010, o Estado insere em seu sistema educacional o ensino Médio Inovador. Com isso, reformula o ensino de LE, e define duas (02) aulas de Língua Espanhola para os 3º anos. As escolas que não foram contempladas com esse segmento ofertavam para os 1º ao 3º anos o ensino de LE²⁰. No ano seguinte, o ensino de Língua Espanhola passa a ser obrigatório também para o Ensino Médio Regular de 1º ao 3º Anos, juntamente, com outra língua à escolha da comunidade escolar.

Quanto ao ensino da EJA e do Ensino Modular, o Estado possui matriz específica devido a sua clientela. No Ensino Modular, as aulas de LE são ofertadas com carga horária de dez (10) aulas semanais para cada série. Convém mencionar

²⁰ Nas matrizes do Estado do Amapá, o ensino de LE ora apresenta-se como ensino de LE, ora como língua inglesa, ou outra língua que era ministrada na época.

que no estado do Amapá há o Ensino Modular SOMEI²¹, específico para o ensino nas aldeias indígenas.

Para a EJA, o ensino de LE desde a sua implementação não sofreu muitas mudanças. De 2000 a 2001, apenas as 2^a etapas do Ensino Fundamental contemplava o ensino de idiomas.

De 2000 a 2002, tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio EJA ofertavam o ensino de LE em todas as etapas dos referidos níveis. Desde então, essa modalidade vem sendo oferecida dessa forma até os dias de hoje.

Diante desse cenário, acreditamos que apesar do Estado ter passado por várias mudanças educacionais quanto ao ensino de Línguas Estrangeiras, ele vem oferecendo com muita dificuldade os idiomas de modo a conciliar as exigências locais, regiões e global.

Salientamos que em algumas matrizes curriculares do Estado, citadas anteriormente, não especificam quais eram os idiomas oferecidos nas escolas, somente informam as línguas como Língua Estrangeira.

Assim sendo, vimos neste capítulo, à complexidade de conceituar e definir Política Linguística, pois dependendo do contexto podemos vinculá-la tanto a tomada de decisões a partir de escolhas, escolhas estas motivadas com interesses globais quanto de quem detém o poder de escolha, neste caso, o estado. Vimos que o ensino de línguas está regido pela legislação vigente no Brasil e, consequentemente, o estado do Amapá.

A seguir iniciaremos com a descrição metodológica utilizada nesta pesquisa.

²¹ Sistema Organizacional Modular de Ensino Indígena.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevemos os aspectos metodológicos utilizados para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Inicialmente, apresentamos a natureza da pesquisa, o universo de pesquisa, o perfil dos participantes, os instrumentos para a coleta de dados, os procedimentos para a coleta de dados e os procedimentos para a análise de dados.

2.1 Natureza da Pesquisa

Para o prosseguimento desta pesquisa, realizamos tanto uma pesquisa documental quanto uma pesquisa de campo de base qualitativo-quantitativa, na investida de responder nossas perguntas de pesquisa e, então, construir um conhecimento a respeito de nosso objeto de estudo: Política Linguística e o ensino de LE no estado do Amapá. Convém mencionar que concebemos que toda pesquisa deve estar respaldada nos códigos de conduta que estimam a lisura e a construção do conhecimento com respeito e responsabilidade tanto para com os participantes da pesquisa quanto para com a sociedade.

Desse modo, a metodologia adotada, nesta pesquisa, fundamenta-se na abordagem qualitativa, de base interpretativista que, de acordo com Minayo (2007, p. 21), “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Como esclarece Godoy (1995, p. 62), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”.

Para Denzin e Lincoln (2006, p. 17), é possível entender a pesquisa qualitativa como “uma atividade situada que localiza o observador no mundo”. Esses autores acrescentam que a pesquisa qualitativa “consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”. Em geral, essas práticas materiais e interpretativas são as conversas, as notas de campo, as entrevistas, as fotografias, as gravações e os lembretes, a qual optou pelas entrevistas e pelas gravações. Neste nível a pesquisa qualitativa envolve por vezes

uma abordagem interpretativa, para o mundo, “o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos de significados que as pessoas a eles conferem” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

De acordo com Moita Lopes (1994, p. 329-383), na visão interpretativista “é o fator qualitativo, ou particular, que interessa. Pesquisas dessa natureza objetivam investigar os processos que subjazem à produção e à compreensão linguística”.

Para Celani (2005), no paradigma qualitativo, tanto o pesquisador quanto o participante da pesquisa são corresponsáveis pela produção dos sentidos. Para a autora, na pesquisa qualitativa, “não existe, portanto, linguagem ‘científica’ (como no positivismo) para descrever a vida social do lado de fora, para olhar e interpretar os dados” (CELANI, 2005, p. 109), já que o ser humano é produto das relações sociais que se dão fundamentalmente por meio da linguagem.

Ao tratarem da metodologia qualitativa, Denzi e Lincoln (2006) salientam que esta se caracteriza por embaraço de opções. Os autores afirmam que estamos em um momento de descoberta e redescoberta no qual o fazer da pesquisa qualitativa não pode mais ser visto a partir de uma perspectiva positiva neutra ou objetiva. É possível pensar, nesse sentido, a pesquisa qualitativa, em suas descobertas e redescobertas, como um território movente.

A questão é que, segundo Hughes (1983, p. 22), “todo instrumento ou procedimento de pesquisa encontra-se inextricavelmente permeado de compromissos para com versões particulares do mundo e modos de conhecimento do mundo adotados pelo pesquisador que os utiliza”. Em outras palavras, o pesquisador não faz ciência desassociada de fatores sociais, de crenças e formas socialmente construídas de conceber o mundo.

Para Erickson (1982; 1986), a pesquisa qualitativa e interpretativa enfatiza a descrição e análise de eventos de rotina e se realiza por meio da observação participante, entrevista, acompanhadas por gravações em áudio e em vídeo. Os participantes têm voz ativa no processo de investigação.

De acordo com Moita Lopes (1994), devemos considerar o envolvimento de questões relativas a poder, ideologia, história e subjetividade. O pesquisador que assim trabalha assume que as descrições e explanações envolvem um ponto de vista seletivo e uma interpretação. Ao ser sensível à natureza social do próprio conhecimento, considera-se que “o pesquisador também é um membro de uma

sociedade e de uma cultura, o que afeta diretamente o modo como ele vê o mundo” (HUGHES, 1983, p. 119).

Todas essas peculiaridades referentes à pesquisa qualitativa são possíveis de serem percebidas em um estudo qualitativo que contemple o ambiente escolar. A pesquisa qualitativa amplia as possibilidades de melhor entender a situação desse ambiente, provendo meios mais eficazes para o pesquisador trabalhar e poder elaborar seus relatórios, o que o leva às conclusões ou (in) conclusões da pesquisa.

2.2 Universo da Pesquisa

Para tanto, selecionamos três escolas da Rede Pública Estadual de Ensino. Para a seleção das escolas, foi estabelecido dois critérios, a saber: 1º) as escolas públicas de ensino deveriam estar localizadas em Macapá; 2º) os professores deveriam estar ministrando aulas de LE nos idiomas: Espanhol, Inglês e Francês, no período de 2015-2016.

A pesquisa documental foi realizada no período compreendido entre março e dezembro de 2015, a partir de documentos referentes às ações de Política Linguística e ao ensino de LE implantado nos âmbitos nacional e estadual.

A pesquisa de campo foi realizada entre os períodos de novembro de 2015 a fevereiro de 2016, pois as escolas estavam em fase de conclusão do calendário escolar devido ao período de greve. Essa pesquisa ocorreu, inicialmente, em caráter piloto²². Logo após o estudo piloto, a coleta de dados foi realizada, primeiramente, com a equipe gestora e, em seguida, com os professores, a partir de setembro de 2016.

Esta pesquisa privilegiou a exploração de duas fontes: documentos oficiais, e fontes orais. A pesquisa com base documental consistiu em uma abordagem mais direta do assunto em questão, pois os dados já estavam disponíveis, cabendo, portanto, à pesquisadora “fazer sua triagem julgando sua qualidade em função das necessidades da pesquisa” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 167).

Após reunirmos os dados documentais, descrevemos e analisamos criticamente os conteúdos pertinentes à abordagem teórica e metodológica da

²² O estudo piloto foi realizado para que pudéssemos verificar se os instrumentos da coleta de dados estariam adequados para o alcance de nossos objetivos.

pesquisa. Os registros escritos analisados nesta dissertação transformaram-se em um levantamento, a fim de que pudéssemos conhecer como as leis se constituem e fundamentam o ensino de LE no Brasil, buscando saber, como essas leis são utilizadas e resignificadas. De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998, p. 169), é necessário que o pesquisador “indique a natureza dos documentos com que pretende trabalhar (se são leis, discursos oficiais, trabalhos escolares...) e com que finalidade será utilizada”.

Para as fontes orais, escolhemos realizar entrevistas semiestruturadas com o objetivo de obtermos respostas às questões levantadas, além de, permitir aos entrevistados, por meio da liberdade e espontaneidade, formular respostas pessoais sem perder os rumos da investigação. Além de roteiros de entrevista, foi utilizada, ainda, a gravação em áudio para as análises posteriores à pesquisa e, para, posteriormente, transcrevê-las.

Para Laville e Dionne (1999, p. 189), a entrevista “semiestruturada, assim como uma conversa, permite ao pesquisador compreender o significado atribuído pelos sujeitos investigados com relação a eventos, situações e/ou processos que fazem parte de seu cotidiano”.

Essa flexibilidade nos permite conhecer melhor os dados coletados, a fim de que, desse modo, seja favorecida “a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 189).

A pesquisa constituiu-se em levantamento dos dados em 03 (três) escolas públicas do estado do Amapá, de Ensinos Fundamental e Médio (Regular, Inovador, Empreendedor, Tempo Integral e EJA), funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno, com a participação da equipe gestora escolar (gestores e coordenadores pedagógicos) e dos professores das escolas pertencentes ao Município de Macapá, estado do Amapá, totalizando o universo de 21 participantes em 03 escolas, atuantes no período compreendido entre 2015-2016.

Existem escolas no estado do Amapá, que ofertam concomitantemente os três idiomas (Francês, Inglês e Espanhol), outras dois (Espanhol e Inglês) e algumas apenas um idioma (Francês). Esses idiomas são ofertados do Ensino Fundamental ao Ensino Médio; ora somente para o Ensino Fundamental e ora apenas para o Ensino Médio, havendo uma quebra do ensino de línguas ofertado nas escolas.

Ressalta-se que para o Ensino Médio as escolas optaram pelo idioma Espanhol para atender à demanda do ENEM.

Os horários destinados às aulas de LE nessas escolas são variados, por exemplo, a **escola E1**²³ funciona nos três turnos, tendo o Francês como a LE adotada. A escola E1 possui somente dois professores de idioma Francês, com a previsão de ofertarem outra LE para o ano de 2018, o Espanhol. Essa escola funciona no 1º turno com o Ensino Fundamental I (2º ao 5º anos iniciais). Os turnos vespertino e noturno são, respectivamente, para os Ensinos Fundamental II e Médio (EJA). Essa escola não possui o 6º horário²⁴, e o turno da noite funciona somente até às 22h. Os horários destinados às aulas de LE são alternados.

A seguir descreveremos na Tabela 1 a organização das turmas e horários de LE para os ensinos Fundamental II e Médio (EJA) na escola E1.

Tabela 1: Organização dos horários de aula de LE escola E1

Turno	Nº de Turmas	Turma	Nº de aulas	Nível de Ensino	Idioma
2º	03	6º anos	02	Fundamental II	Francês
	01	6ª série			
		7ª			
	02	séries			
	02	8ª séries			
3º	02	1º anos	02	Médio EJA	Francês
	02	2º anos			
	02	3º anos			

Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

²³ Esta escola ainda funciona com as nomenclaturas série (Ensino de 08 anos) e ano (Ensino de 09 anos).

²⁴ O sexto horário foi criado pela SEED/AP, para atender ao ensino de línguas estrangeiras. Informação obtida por meio das entrevistas com os gestores.

A **escola E2²⁵** funciona unicamente com o Ensino Médio nos três turnos, sendo ministrados os idiomas: Espanhol e Inglês. Em seu quadro funcional possui cinco professores de Língua Inglesa e dois professores de Língua Espanhola. No 1º turno, há apenas uma turma que tem aula no 6º horário de Língua Inglesa. O 2º turno tem (1) uma turma com o 6º horário para o ensino de Língua Estrangeira. No 3º turno, esse turno possui duas turmas com aulas no 6º horário, sendo uma para a Língua Espanhola e outra para a Língua Inglesa. Para melhor ilustrar esta situação, segue tabela com os horários de aula de LE na escola E2.

Tabela 2: Organização dos horários de aula de LE escola E2

Turno	Nº de Turmas	Turma	Nº de aulas	Nível de Ensino	Idioma
1º	07	1º anos	02	Médio	Inglês
2º	07	2º anos	02	Médio	Inglês
3º	06	3º anos	02	Médio	Espanhol e Inglês

Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

A **escola E3** funciona nos três turnos, ofertando os idiomas: Espanhol, Francês e Inglês. Em seu quadro funcional tem um professor de Língua Francesa, dois professores de Língua Inglesa e um professor de Língua Espanhola. O 1º turno atende somente o Ensino Fundamental II. No 2º turno, funcionam os Ensinos Fundamental II e Médio Regular, e no 3º turno, o Ensino Médio EJA. A seguir, na Tabela 3, a distribuição dos horários da escola E3 para o ensino de LE.

²⁵ O sexto horário foi criado pela SEED/AP, para atender ao ensino de línguas estrangeiras. Informação obtida por meio das entrevistas com os gestores.

Tabela 3: Distribuição dos horários de aula de LE escola E3

Turno	Nº de Turmas	Turma	Nº de aulas	Nível de Ensino	Idioma
1º	02	6ª séries	02	Fundamental II	Francês
	02	7ª séries			
	04	6º anos			
	04	7º anos			
2º	02	6ª séries	02	Fundamental II	Francês
	04	6º anos		Fundamental II	
	02	7ª séries		Fundamental II	
	02	7º anos		Fundamental II	
	04	8ª séries		Fundamental II	
	03	1º anos		Médio Regular	Inglês
	03	2º anos		Médio Regular	Espanhol
3º	02	1ª etapas	02	Médio EJA	Espanhol
	02	2ª etapas		Médio EJA	Espanhol
	01	1º ano		Médio Regular	Inglês
	01	2º ano		Médio Regular	Inglês
	01	3º ano		Médio Regular	Espanhol

Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

Nas escolas do estado do Amapá, a parte administrativa fica sob a responsabilidade do gestor e do seu adjunto. O gestor deve comparecer na escola em todos os horários em que ela estiver funcionando. A coordenação pedagógica fica sob a responsabilidade de um coordenador, um por turno, havendo, por vezes, dias alternados para o cumprimento da carga horária estabelecida.

Algumas dessas escolas possuem salas de laboratório de informática, o que permite o uso das tecnologias como recurso auxiliar nas aulas de LE, entretanto, essa não é uma realidade de todas as escolas. As escolas E2 e E3 recebem livros didáticos de Língua Espanhola e, às vezes, de Língua Inglesa. Na escola E1, os

professores de Língua Francesa utilizam os materiais pessoais para ministrarem as aulas, por não receberem livros destinados à língua supracitada.

Convém mencionar que, mesmo as escolas participando da escolha do livro didático, às vezes, algumas escolas deixam de receber os livros destinados a elas para o ensino de LE.

2.3 Perfil dos Participantes da Pesquisa

Nesta subseção, descrevemos os perfis dos participantes desta pesquisa, como o perfil da pesquisadora, o perfil da equipe gestora (gestores e coordenadores escolares), onde realizamos nossa pesquisa. São, portanto, ao todo, 21 sujeitos envolvidos na pesquisa: 03 gestores ou diretores escolares, 06 coordenadores pedagógicos escolares e 12 professores.

2.3.1 Perfil da pesquisadora

A trajetória percorrida pela pesquisadora, até o presente momento, teve início em sua adolescência, a partir de seus interesses profissionais. Considerando o seu desejo de independência financeira, fez, ao mesmo tempo, o Ensino Médio Regular e Ensino Magistério. Ao final do magistério em 1992, empregou-se como professora de Contrato Administrativo²⁶. No ano de 1994, prestou concurso público para professora efetiva no quadro do Estado do Governo do Estado do Amapá (GEA), sendo aprovada. A partir daí, iniciou uma nova trajetória, profissional e pessoal.

Alguns anos depois, fez sua primeira graduação em Normal Superior, pela Faculdade Atual. Devido à força da lei, após essa etapa, cursou outras duas especializações: Pedagogia Escolar e Docência do Ensino Superior, pela Faculdade Internacional de Curitiba. Em seguida, fez graduação em Letras/Francês, pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

As fronteiras educacionais são hoje cada vez menos rígidas e, graças aos aspectos interdisciplinares que norteiam a área de educação, fez o curso de Francês

²⁶ Serviço temporário de contratação para professores.

pelo único Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa no Estado. Além disso, fez um estágio no exterior na área de Língua Francesa, em à *Côte d'Azul*, em Nice/FR. Iniciou um curso de Espanhol no centro mencionado anteriormente, entretanto, não o finalizou devido à jornada extensa de trabalho.

Atua como professora na Rede Estadual de Ensino do Estado do Amapá há 23 anos. Durante esse tempo, participou de congressos, seminários, comunicações, jornadas científicas, nas áreas da Educação e Língua Francesa. Atualmente, está cursando Mestrado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na área da Linguística Aplicada (LA), com ênfase no processo de Ensino e Aprendizagem de Línguas, que proporciona subsídios para a formação acadêmica.

Ao fazer uma sucinta retrospectiva sobre a vida acadêmica como aprendiz de LE, especialmente durante a realização desta pesquisa de Mestrado, esta pesquisadora teve oportunidade de refletir sobre a própria postura como aprendiz nas aulas de Língua Inglesa e Espanhola. Nessas aulas, eu mais ouvia do que falava. Frequentei aulas particulares e em institutos de idiomas.

2.3.2 Perfil dos professores

Os participantes desta pesquisa são professores do Quadro Efetivo do Estado do Amapá e professores de Contrato Administrativo; alguns em início de carreira e outros atuando há muitos anos na Educação, mas licenciados em Letras/ Português/ Língua Estrangeira. Convém informar que, no decorrer desta pesquisa, encontramos professores que possuem somente cursos livres e/ou moraram fora do Brasil por um longo tempo. A grande maioria dos professores são graduados e especialistas; docentes que sempre se envolvem em participações de eventos de suas áreas específicas.

Esses profissionais têm habilitação e proficiência em Língua Espanhola (02 professores), Língua Francesa (04 professores) e Língua Inglesa (06 professores) e, experiência profissional na área investigada. São associados aos sindicatos de suas respectivas áreas e estão sempre se atualizando por meio de participação em congressos, seminários, debates, com financiamento próprio e, às vezes, com financiamento do governo.

Os professores têm como regime de trabalho 40 (quarenta) horas semanais, podendo ser adotado o regime de 20 (vinte) horas semanais. A seguir, descrevemos os dados referentes à formação dos professores.

Tabela 4: Formação dos professores das escolas pesquisadas

Escola/ Função	Gênero	Formação	Tempo de serviço de magistéri o	Tempo de serviço na escola	Disciplina que leciona
E1/P1	FEM.	- Letras/POR/ FRA - Especialização : Educação Especial Inclusiva	De 01 a 05 anos	De 01 a 05 anos	Francês
E1/P2	FEM.	- Letras/POR/ FRA - Especialização : Metodologia em Língua Portuguesa e em Língua; EJA Estrangeira	De 06 a 10 anos	De 01 a 05 anos	Francês
E2/P1	FEM.	- Letras/POR/ ESP - Especialização : Docência em Ensino Superior - Curso de Extensão em Língua Espanhola pela Universidade Federal do Ceará	De 06 a 10 anos	De 01 a 05 anos	Espanhol
E2/P2	FEM.	- Letras/ESP - Especialização : Metodologia em língua	De 01 a 05 anos	De 01 a 05 anos	Espanhol

		Espanhola - Curso de Extensão em Língua Espanhola pela Embaixada Espanhola			
E2/P3	MAS.	- Letras/POR - Bacharel em Direito - Curso de proficiência em Língua Inglesa - Cursos Livres nos Estados Unidos e pela CAPES	(+) de 30 anos	De 11 a 15 anos	Inglês
E2/P4	FEM.	- Pedagogia - Especialização : Informática da Educação - Curso Livre em Inglês em escolas de idiomas	De 06 a 10 anos	De 06 a 10 anos	Inglês
E2/P5	FEM.	- Letras - Bacharel em Direito - Especialização em Língua Portuguesa e em Língua Estrangeira	De 06 a 10 anos	De 06 a 10 anos	Inglês
E2/P6	FEM.	- Letras - Especialização em Língua Inglesa	De 16 a 20 anos	De 06 a 10 anos	Inglês
E3/P1	FEM.	Letras/FRA	De 01 a 05 anos	De 01 a 05 anos	Francês
E3/P2	FEM.	Letras/ING	De 01 a 05 anos	De 01 a 05 anos	Inglês
E3/P3	MAS.	Letras/ING	De 01 a 05 anos	De 01 a 05 anos	Inglês

E3/P4	FEM.	Letras/FRA	De 01 a 05 anos	De 01 a 05 anos	ESP
-------	------	------------	-----------------	-----------------	-----

Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

2.3.3 *Perfil da equipe gestora*

A equipe gestora é formada pelos diretores e/ou gestores e pelos coordenadores escolares. Alguns diretores são nomeados pelo governo do estado do Amapá, outros eleitos para o cargo comissionado. Somente a partir de 2013/2014²⁷ que as escolas vêm, gradativamente, elegendo os gestores escolares, apesar da lei da gestão democrática ser de 2010. Esses profissionais, normalmente, são funcionários efetivos, tanto por parte do governo Estadual e Federal quanto por parte do governo Municipal. Existem alguns que são apenas cargo comissionado, sem vínculo efetivo com o governo. São graduados em Letras/Português, Magistério Superior e História.

Os coordenadores são pedagogos, alguns são concursados, outros são indicados pelos gestores escolares, sendo que os pedagogos são profissionais com habilitação em Pedagogia e Letras/Português, que ministram aulas para as séries Iniciais. Esses profissionais buscam cumprir com suas funções e responsabilidades, conforme rege sua profissão, se engajam em todos os segmentos escolares, chegando, às vezes, a darem aulas seja pelo fato de não haver professores na escola ou por enfermidade de algum deles.

Os pedagogos possuem diploma de nível superior de graduação com Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em supervisão, orientação, inspeção e/ou administração escolar. O regime de trabalho desses profissionais (diretores, coordenadores e pedagogos) é de 40 (quarenta) horas semanais.

A seguir, descrevemos a formação destes profissionais da Educação que fazem parte da equipe gestora das escolas pesquisadas.

²⁷ Informação da NIOE/ SEED, 2015.

Tabela 5: Formação da equipe gestora das escolas pesquisadas.

Escola/ Função	Gênero	Formação	Tempo de serviço de magistério	Tempo de serviço na escola	Disciplina que leciona
E1/D1	FEM.	Letras/POR/ FRA	De 01 a 05 anos	De 11 a 15 anos	Gestora escolar
E1/C1	FEM.	- Pedagogia - Especializaçã o: Psicopedago gia clínica e institucional	(+) 20 anos	De 01 a 05 anos	Coordenad ora escolar
E1/C2	FEM.	- Pedagogia - Especializaçã o: Psicopedago gia	De 06 a 10 anos	De 01 a 05 anos	Coordenad ora escolar
E2/D1	MAS.	- Magistério Superior – formação de professores - Bacharel em História - Especializaçã o em Psicopedago gia	(+) de 20 anos	De 01 a 05 anos	Gestor escolar
E2/C1	FEM.	Pedagogia	De 01 a 06 anos	De 01 a 06 anos	Coordenaç ão escolar
E2/C2	FEM.	- Pedagogia - Curso de formação continuada em letramento pelo PNAIC	(+) de 20 anos	De 01 a 06 anos	Coordenaç ão escolar
E3/D1	FEM.	Letras/POR/ FRA	De 06 a 10 anos	De 01 a 05 anos	Gestora escolar
E3/C1	FEM.	- Pedagogia - Especializaçã	(+) de 20 anos	De 06 a 10 anos	Coordenad ora escolar

		o (não declarada)			
--	--	-------------------	--	--	--

Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

2.3.4 *Do Corpus*

O *corpus* de nossa pesquisa é constituído por documentos oficiais, instituídos pelas esferas Federal e Estadual, que tratam direta ou indiretamente de Políticas Linguísticas e de ensino de LE como: a LDB nº 9.394/96, trata da inclusão no currículo do Ensino Fundamental, a partir do sexto ano, uma língua estrangeira moderna, a Lei nº 11.161/05, que trata da inclusão do ensino de língua espanhola no Ensino Médio, as Resoluções do Conselho Estadual de Educação do Estado do Amapá nº 077/99-CEE/AP e 049/16-CEE/AP, referentes ao ensino de Línguas Estrangeiras no estado do Amapá, os PCN-LE (1998) e as OCEM-LE (1999) que tratam, respectivamente, do ensino de Língua Estrangeira no Brasil. Ressalta-se que estes documentos oficiais, não foram tratados minuciosamente, somente serviram de base teórica nesse estudo. Como ainda, as respostas de 21 (vinte e uma) entrevistas semiestruturadas com os participantes da pesquisa.

2.4 Instrumentos para a Coleta de Dados

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi à entrevista semiestruturada. Realizada como finalização da coleta de dados, apresentou uma visão panorâmica dos participantes com relação à Política Linguística e ao ensino de LE nas escolas pesquisadas no estado do Amapá.

Todas as entrevistas semiestruturadas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas. Salientamos que o *corpus* foi organizado de forma que pudéssemos analisá-lo de acordo com as perguntas de pesquisa e com os objetivos a serem discutidos. A transcrição dos dados das entrevistas fez-se de acordo com o que realmente foi produzido pelos entrevistados.

Utilizamos como apoio às entrevistas um roteiro para os professores com dez (10) perguntas, para a equipe gestora dez (10) questões, ou seja, partimos de um roteiro (Apêndice A e B) com assuntos considerados importantes, pois nosso objetivo é investigar a Política Linguística para o ensino de LE no estado do Amapá.

Em relação às perguntas nos roteiros de entrevista, convém mencionar que, fizemos uma seleção entre as dez (10) perguntas existentes no roteiro dos professores, devido considerarmos mais pertinentes para a discussão que poderia levar as respostas para nossas perguntas de pesquisa. Ressaltamos que antes da entrevista foi explicitado aos participantes a diferença entre o termo Política Linguística, política partidária e politicagem.

Perguntas selecionadas para os docentes:

- a) De que maneira você participou da escolha pela LE ofertada em sua escola?
- b) O que motivou a escolha do idioma ministrado na sua escola?
- c) Para você, que fatores influenciam no ensino de LE no estado do AP?
- d) Você participa de cursos de capacitação, formação continuada para o ensino de LE?

Perguntas acrescentadas aos docentes:

- a) Qual a importância da PL para o ensino de LE no estado do AP?
- b) Que medidas podem ser implementadas para o ensino de LE?
- c) A atual PL interfere ou pode interferir no ensino de LE no estado do AP?

Quanto às perguntas feitas à equipe gestora, salientamos que, como o roteiro era o mesmo para as duas categorias (gestor escolar e coordenador escolar) e também continha dez (10) perguntas, optamos por selecionar as perguntas conforme suas funções e para que não se tornassem repetitivas.

Perguntas selecionadas a equipe gestora (gestor escolar):

- a) Comente sobre a PL para o ensino de LE no estado do Amapá.
- b) A escola proporciona aos professores de LE cursos, formação continuada, capacitação, entre outros? Justifique.

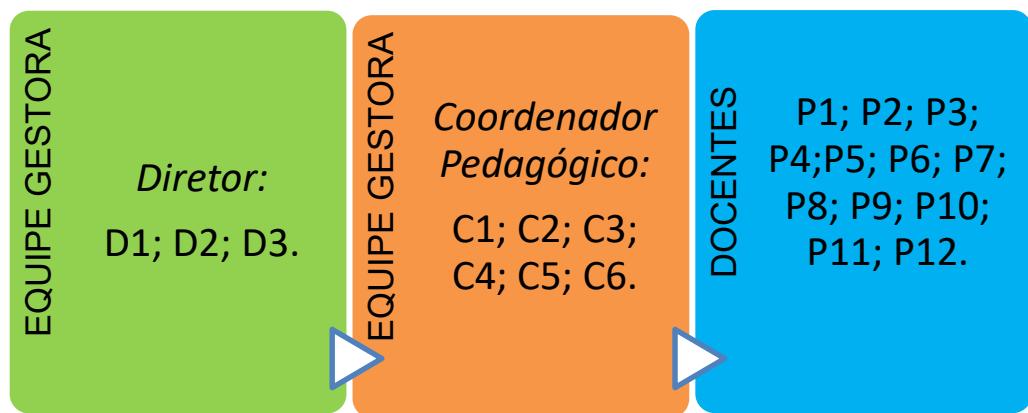
Aos coordenadores escolares, selecionamos duas perguntas que complementariam as respostas dos gestores, haja vista, serem todos, de certa forma, os gestores da escola.

Perguntas selecionadas para a equipe gestora (coordenador escolar):

- a) Que idiomas sua escola oferta aos alunos? De que forma foi realizada esta escolha? Quem participou desta escolha? De que modo isso ocorreu?
- b) Que fatores influenciam ou podem influenciar na PL para o ensino de LE no estado do Amapá?

Acrescentamos que, no roteiro para a equipe gestora, fez-se necessário inserir código para distingui-los, devido esta ser subdividida em duas categorias que se complementam. Cabe ressaltar que para os professores foram destinados os códigos. Tais roteiros objetivaram coletar informações de ordem técnica-pedagógicas, Políticas Linguísticas, e administrativas e educacionais desenvolvidas em suas escolas, havendo ainda a obtenção de dados pessoais, acadêmicos e profissionais. Segue abaixo, os códigos utilizados pelos participantes da pesquisa:

GRÁFICO 01: Códigos dos participantes da pesquisa.



Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

Além disso, as entrevistas nos permitiram interpretações, privilegiando desse modo um contato mais próximo com o participante da pesquisa, o que, para Birman (1994, p. 27), “é uma experiência centrada na fala, na escuta e regulada pelo impacto da transferência”. Os participantes foram informados que seria utilizado o aplicativo do celular “gravador de voz”, para registrar a gravação, e transcrevê-la posteriormente. Durante a gravação deixamos o celular sobre a mesa ou em um suporte fixo. Para realizarmos esse procedimento, primeiramente, apresentamos aos participantes os objetivos da entrevista; em seguida, fizemos a leitura das perguntas

com o intuito de esclarecer qualquer dúvida sobre o tema e sobre as perguntas que seriam feitas antes do início da gravação.

Na análise, para a transcrição da gravação seguimos as etapas: 1^{a)} realização de várias leituras para comparar as entrevistas; 2^{a)} transcrição dos áudios na íntegra.

2.5 Procedimentos para a Coleta dos Dados

Para a coleta dos dados, primeiramente, fizemos um contato prévio informal com os gestores escolares das escolas pesquisadas no 1º semestre de 2015, via *Facebook* e enviamos a apresentação formal da proposta do projeto via instituição, que esta pesquisadora estuda²⁸, aos participantes da pesquisa. Em seguida, recolhemos os *e-mails* dos professores, gestores e coordenadores que concordaram em participar do estudo. Tendo obtido o consentimento dos gestores para fazer a entrevista, pedimos que lessem e, posteriormente, assinassem o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Antes de iniciar as entrevistas, realizadas com base em um roteiro, apresentamos os objetivos da pesquisa. As perguntas buscaram indagar os participantes sobre que Política Linguística se constitui efetivamente no estado do Amapá para o ensino de LE? Como essa política vem sendo desenvolvida perante seu contexto fronteiriço? Ao término foram feitas as transcrições das entrevistas para apresentar a triangulação, a descrição e a interpretação dos dados coletados.

No roteiro, constaram perguntas que foram seguidas na ordem apresentada aos participantes da entrevista. Esta foi presencial, ocorrendo na sala dos professores, no auditório e/ou biblioteca, com horário determinado pelos entrevistados e conforme suas disponibilidades de tempo.

²⁸ Ver anexo da proposta.

2.6 Procedimentos para a Análise dos Dados

Na análise, fizemos uso da triangulação e comparação dos dados coletados, ou seja, das respostas obtidas por meio das entrevistas, do que a pesquisadora identificou durante as entrevistas, e dos estudos documentais que tratam sobre a temática em estudo.

Para Decrop (2004), realizar a triangulação em uma pesquisa significa olhar para o mesmo fenômeno, ou questão de pesquisa, a partir de mais de uma fonte de dados. Informações advindas de diferentes ângulos podem ser usadas para corroborar, elaborar ou iluminar o problema de pesquisa (DECROP, 2004, p.126-127).

Para fazer a triangulação dos dados coletados nas entrevistas, criamos tabelas para visualizarmos melhor as respostas obtidas. As respostas foram separadas por cores, visto que algumas escolas têm identificação própria. Em seguida, fizemos a triangulação e a análise e discussão das informações contidas nos dados coletados.

A partir da leitura dos documentos oficiais sobre LE e das respostas das entrevistas transcritas, as informações coletadas foram organizadas e compiladas. Após a compilação dos dados, selecionamos os excertos do *corpus* que julgamos mais significativos para nossa análise no que diz respeito aos dizeres dos documentos, aos posicionamentos dos professores, da equipe gestora, com relação à questão de Política Linguística e do Ensino de Línguas Estrangeiras no Estado do Amapá.

Além disso, fizemos a leitura dos excertos dos documentos: LDB nº 9.394/96, a Lei nº 11.161/05, Resolução do Conselho Estadual de Educação do Estado do Amapá, PCN-LE, OCEM-LE que tratam sobre o ensino de LE, dos dizeres de todos os participantes desta pesquisa pelo viés da Política Linguística e do ensino de LE. Mobilizamos também conceitos de Políticas Linguísticas, ensino de LE, relações de poder, entre outros. Assim, para a coleta de dados, estabelecemos como foco principal a Política Linguística existente no estado do Amapá para o ensino de LE, discutimos a questão da política e refletimos a respeito das implicações da atual Política Linguística para o ensino de LE neste Estado. Convém esclarecer que os documentos oficiais foram lidos na íntegra.

Após esta etapa, selecionamos os excertos que tratam do ensino de LE. Em seguida, comparamos esses excertos com as respostas obtidas nas entrevistas para analisarmos se condizem ou não com a legislação vigente.

Em relação aos dizeres dos participantes da pesquisa, lemos todas as respostas obtidas e decidimos sobre quais delas efetivamente estavam de acordo com os objetivos da pesquisa. Após isso, selecionamos as respostas diferentes e as semelhantes, ao que era pertinente ao tema, de acordo com a frequência em que apareciam e/ou se repetiam, com respostas semelhantes e/ou com o mesmo teor nas entrevistas. Em seguida, relemos todas as respostas e fizemos o registro conforme encontramos as partes comuns existentes entre elas. Selecioneamos as respostas que acreditávamos serem adequadas ou pertinentes à pesquisa. Convém ressaltar que no início o roteiro da entrevista continham dez (10) perguntas, entretanto, para atender as perguntas de pesquisa, escolhemos apenas as perguntas em que as respostas fossem atender as necessidades da pesquisa. Assim, selecionamos sete (07) perguntas para os professores que correspondiam a questões relacionadas à Política Linguística, e para a equipe gestora (coordenador e diretor), 02 perguntas para cada categoria, com o intuito de compararmos os dados obtidos com os professores.

A seguir, apresentamos não só a análise e a discussão das informações obtidas durante este estudo, e o breve diálogo entre os autores que fazem parte do arcabouço teórico desta pesquisa, que discutem sobre o tema investigado, mas também as constatações da pesquisa realizada nas escolas do Estado do Amapá sobre Política Linguística e ensino de LE.

3 O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO AMAPÁ

O objetivo deste capítulo é apresentar, discutir e analisar os dados coletados nas escolas investigadas nesta pesquisa, conforme os procedimentos metodológicos apresentados no capítulo anterior.

Primeiramente, foi realizada a coleta dos dados nas escolas, a partir das perguntas selecionadas do roteiro das entrevistas aplicadas à equipe gestora e aos professores. Ao longo da análise, apresentamos os resultados desta investigação. Nesta pesquisa, buscamos respostas para as seguintes perguntas de pesquisa: a) Que Política Linguística se constitui efetivamente no estado do Amapá para o ensino de Línguas Estrangeiras? b) Como esta política vem sendo desenvolvida perante seu contexto fronteiriço?

Para investigar a realidade e a prática dos participantes deste processo, foram feitas coletas de registros, por meio de leitura dos documentos oficiais da educação básica (a LDB nº 9.394/96, a Lei nº 11.161/05, as Resoluções do Conselho Estadual de Educação do Estado do Amapá nº 077/99-CEE/AP e 049/16-CEE/AP, os PCN-LE e as OCEM-LE), e por meio da gravação de entrevistas em áudio dos participantes.

Nesta seção, evidenciamos e discutimos algumas entrevistas feitas, de maneira a delinear pistas que possam sugerir recorrências, convergências e/ou divergências a partir de diversos vieses, evidenciados nos dizeres dos participantes de pesquisa. Ainda nesta seção, buscamos atender aos nossos objetivos específicos de estudos, apresentamos e discorremos sobre os dados referentes às recorrências, convergências e/ou divergências encontradas nas informações obtidas nestas entrevistas, embasados pelas literaturas sobre o tema em estudo, assim como por meio dos documentos oficiais e, ainda com excertos das mesmas.

A partir das perguntas de pesquisa anteriormente mencionadas, descrevemos e analisamos esse universo, buscando fazer com que os dados e o que a eles está implícito embasassem as respostas e auxiliassem na construção do texto e das explicações e justificativas. Analisamos os excertos fazendo uso de pontos norteadores para a Política Linguística e ensino de LE, isto é, embasamo-nos nos preceitos de Cooper (1989, p. 41), para saber “quem adota o quê, quando, onde, por que, como, para que efeitos?”, levando em consideração como passos

para o desenvolvimento do processo de construção de um cidadão consciente de sua história e de sua identidade social e linguística.

Nesta pesquisa, procuramos fundamentos para estimular e promover a compreensão das escolhas e das tomadas de decisão, por meio da participação e do envolvimento da equipe gestora e dos docentes, por esta ou aquela língua a ser ensinada e aprendida, de modo que pudéssemos problematizar nosso contexto local. Além disso, buscamos identificar o que realmente é necessário e usual em nossas escolas. Neste caso, que língua realmente é importante ensinar e aprender? De que forma a língua oferecida nas escolas é funcional e usual para aqueles que a aprendem? Como atender às demandas da globalização sem perder de vista o contexto ao qual estamos inseridos?

3.1 O papel dos atores na Política Linguística e no ensino de Línguas Estrangeiras no estado do Amapá

Nesta parte da dissertação, evidenciamos a análise e a discussão de alguns recortes das entrevistas que foram registrados e transcritos, de modo a atendermos os objetivos de estudo: a) analisar se o ensino de LE nas escolas públicas do estado do Amapá está em consonância com a Política Linguística vigente no Brasil; b) Identificar o que motivou a escolha pelas línguas ofertadas nas escolas públicas pesquisadas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio no estado do Amapá; c) verificar quais os critérios de escolha adotados para o ensino de LE nas Escolas Públicas do Estado do Amapá, bem como os aspectos que influenciam no processo de escolha em relação a qual (s) LE deve(m) ser ensinada(s). Além disso, recorremos às Literaturas vigentes sobre o tema em estudo com a finalidade de padronizar as respostas e depois identificar a frequência de cada uma, para confirmar ou refutar as perguntas de pesquisa, de modo que possamos perceber convergências e/ou divergências entre os dados obtidos.

Além disso, enfocamos questões relativas às pressuposições dessa investigação para que possamos questionar as ações tomadas e vivenciadas pelos envolvidos nesse processo, com o propósito de identificar e nomear quais as contribuições deste estudo para as escolas pesquisadas e para o estado do Amapá de modo geral. Logo após essa etapa, ponderamos, no capítulo das considerações

finais, a maneira pela qual essa investigação poderá ser aproveitada para uma Política Linguística voltada para a melhoria do ensino de LE no estado do Amapá.

3.1.1 Do Corpo Docente

Mediante roteiro de entrevista, buscamos, primeiramente, verificar se os participantes da pesquisa tiveram envolvimento na escolha da LE ofertada em sua escola.

Gráfico 02: Participação na escolha da LE



Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

Em relação ao fato de terem ou não participado da escolha da LE, 60% disseram que, ao chegar à escola, essa escolha já tinha sido feita pelos seus antecessores, ou seja, pelos professores que trabalhavam bem antes na escola. Por esse motivo não participaram da escolha pela língua estrangeira ofertada em sua escola. Por sua vez, 30% disseram não ter participado, e 10% disseram que essa escolha fora feita pela Secretaria de Educação do Estado do Amapá.

Frente às respostas obtidas com as entrevistas, os resultados apontaram que não houve efetivamente participação na escolha da LE vigente pelos participantes da pesquisa:

E1/P1: “Não participei da escolha”

E2/P2: “Não tive nenhuma participação”

E3/P3: “Não tive nenhuma participação de que línguas seriam ofertadas”

Essa condição aponta que a escolha da LE se dá, de forma democrática, pois as escolas pesquisadas possuem proposta pedagógica própria, aprovada pelo CEE/AP. É interessante lembrar que, em geral, cada escola é quem define qual idioma vai adotar na escola. Entretanto, os professores não participam desse processo conforme demonstram os resultados da entrevista. Esta afirmação vai ao encontro do que Spolsky (2009) diz sobre as escolhas da língua a ser ensinada: “Política Linguística é feita de escolhas” (SPOLSKY, 2009, p. 01), sejam escolhas relacionadas à língua a se ensinar ou a ser aprendida, sejam elas quais forem, devemos fazê-la de forma consciente e nos responsabilizar por nossas escolhas.

Notamos nas respostas dos professores que há um conflito de interesses e de poder entre os que estão à frente ao processo educacional e os que estão à frente do poder decisório. Ora a participação não acontece, ora fica a cargo da escola, para decidir e optar por qual idioma deverá ser ministrado na escola. Como podemos evidenciar nos trechos abaixo:

E2/P1: “Só ouvindo, na verdade assistindo, porque a escolha foi feita pelo diretor”;

E3/P2: “Não participei da escolha, acho que quem determina a língua estrangeira é a Secretaria de Educação”.

Nesse sentido, percebemos que está sob o poder do estado definir a condução do processo educativo, uma vez que, de acordo com os professores, os mesmos não participam de forma efetiva nas tomadas de decisões no que diz respeito à construção do currículo. Nesse caso, em relação a deliberar qual LE é mais produtiva para o desenvolvimento das competências comunicativas dos alunos, deve-se considerar sua realidade local, que é viver em um estado que possui uma relação com uma área fronteiriça.

Frente a essa assertiva observa-se que é pertinente o que diz Correa (2014, 28), “é preciso considerar que as instituições nem sempre se instauram de maneira

a atender os interesses coletivos, mas que se faz necessário ser desejável e democrática".

É importante ressaltar que não há, por de algumas das instituições escolares pesquisadas, autonomia²⁹ para escolher a LE que de fato lhe interessa, ou seja, ser capaz de buscar significado para sua própria vida, desejando melhorias em seu meio cultural e político em seu cotidiano, bem como a que melhor atenda as suas necessidades sociais, linguísticas e geopolíticas, sendo muitas vezes cerceadas de seus direitos em relação ao uso da língua nas suas mais diversas formas e uso. Isto porque, essa condição perpassa o fato de não se efetivar em práticas democráticas que levem em consideração a diversidade linguística do país, bem como que não legitimam os direitos dos falantes em escolher qual a segunda língua é mais produtiva para atender suas demandas em todos os campos do conhecimento e interação social e verbal.

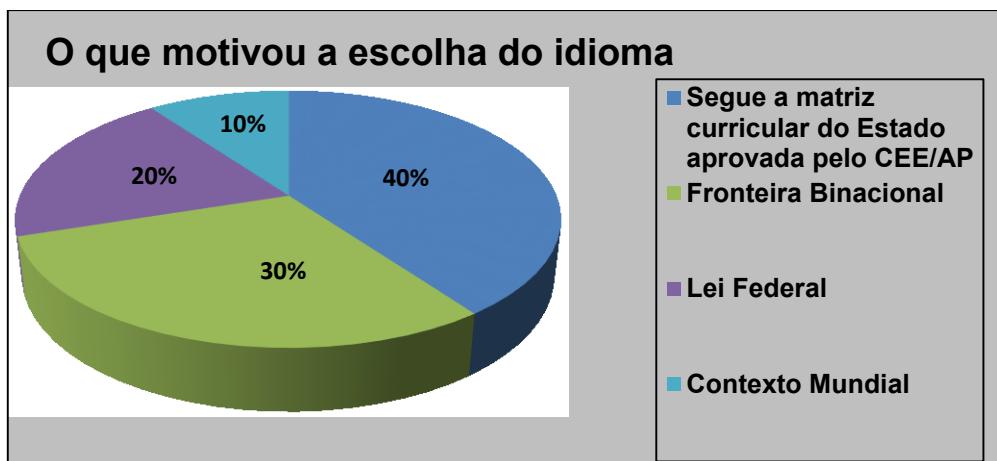
Em relação a essa questão, pode-se dizer, então, que a escolha de qual língua ensinar remete ao fato de que é necessário que essa escolha seja feita pelo gestor da escola e não pelos professores, alunos e responsáveis. Contudo, notamos que, apesar, dos professores acreditarem que esta escolha seja arbitrária, os diretores são gestores que seguem as legislações e diretrizes vigentes, direcionados pelas instâncias maiores de poder. No entanto, deve-se, oportunizar o direito de escolha a esses atores de qual LE ensinar.

Assim, concebemos que a Política Linguística seja a condutora de um processo de democratização do estudo de LE em que se leve em conta a realidade mundial, nacional e local, o que implica dizer que a escolha de uma LE requer autonomia e vontade política. Autonomia para decidir, escolher e optar por qual língua ser ofertada em sua escola. Vontade política para assumir sua responsabilidade frente às tomadas de decisões e escolhas feitas, como ainda, ser participativo e atuante.

Em outro momento, buscamos saber dos entrevistados o que motivou a escolha do idioma ministrado na escola.

²⁹ Segundo Leffa (2003, p. 33-39), autonomia na área da educação isso significa o seguinte: ou nos submetemos ao que os outros querem nos ensinar ou escolhemos o que queremos aprender. Para fazer essa opção temos que querer.

Gráfico 03: Motivo da escolha do idioma



Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

Apesar de os participantes terem dito, anteriormente, que não tiveram participação na escolha do idioma oferecido em suas escolas, eles acreditam que alguns fatores motivaram a escolha das línguas. Visto que, estes fatores estão ligados à cultura e à economia local, como questões parentais entre os amapaenses e os guianenses, ao turismo, à educação, entre outros.

Com relação ao Gráfico 03, 40% dos participantes disseram que o motivo para a escolha do idioma de suas escolas foi seguir a Matriz Curricular do Estado, 30% desses participantes apontaram a Fronteira Binacional, 20% dos professores disseram que a causa dessa escolha foi a Lei Federal, e 10% dos participantes disseram que foi o contexto mundial. Notamos, no Gráfico 03, que as respostas obtidas por intermédio das entrevistas feitas com os participantes revelam que a motivação pela escolha do idioma oferecido pelas escolas onde atuam é decorrente de vários motivos. Devido a isso, são ofertadas mais de uma LE, com destaque para o Espanhol, o Francês e o Inglês. Dentre essas línguas, o Inglês é reconhecido, muitas vezes, como uma língua mundial, embora predomine os dois primeiros idiomas citados. Sobre esta afirmativa da língua inglesa, ressaltamos que a maioria das ferramentas educacionais virtuais de hoje, utilizadas em sala de aula, estão na língua inglesa, bem como os jogos, os filmes, as tecnologias de informação. Como explicitado nos excertos:

E2/P3: “Aqui na escola são duas, o inglês e o espanhol e foi feita esta escolha de maneira bem burocrática assim, obedecendo ao que tá na matriz do estado.”

E3/P2: “A importância da língua inglesa no contexto mundial”.

E1/P1: “Na escola ofertamos somente o Francês. Como em muitas escolas do Estado do Amapá, a proximidade com a Guiana Francesa e a presença constante de Guianenses no estado e vice versa”.

Frente a esse fato, é importante elucidar que, de acordo com os entrevistados, as escolas ofertam várias línguas, sendo que a escolha para um dos entrevistados foi feita a partir da matriz curricular da Secretaria de Educação. Já para outro participante, essa escolha foi motivada por razões socioeconômicas e por razões geográficas, tendo em vista o fato de o Amapá fazer fronteira com a Guiana Francesa. Salientamos que, mesmo havendo diversos motivos para a escolha dos idiomas ofertados nas escolas, acreditamos que no mundo globalizado, em que as fronteiras geográficas foram diminuídas, a necessidade de estarmos integrados, informados e atualizados, assim como, sabermos mais de um idioma, para que possamos competir de igual para igual no mercado de trabalho. Destaca-se que um dos entrevistados frisou que a Língua Inglesa deveria ser contemplada por considerar a sua importância no contexto mundial.

Essa condição nos remete a dialogar com o que diz Fiorin (2009, p. 164): “a política está intrínseca à língua, e a discussão das políticas linguísticas no Brasil, que a política linguística pode se constituir como um instrumento para o alcance de objetivos políticos, econômicos, ou de outras ordens”.

Enfim, “a língua é atravessada pela política, pelo poder, pelos poderes e essa dimensão confere aos ‘usuários’ da língua prestígio, intolerância, identificação, pertença” (FIORIN, 2009, p.164).

Diante do exposto, vale ressaltar que, no cerne dessa discussão fica evidenciado que a Política Linguística é uma questão bastante emblemática e que não conseguiu responder na prática a sua finalidade principal, que é legitimar o direito de todos os alunos a aprendizagem de uma segunda língua estrangeira, sendo essa de livre escolha, vinculada a sua cultura, ao seu desenvolvimento sócio cognitivo, bem como as suas demandas, enquanto cidadão, de desenvolver competências comunicativas que colaborem para o seu entendimento sobre uma dada cultura e as possibilidades de interação entre o seu mundo e o do outro.

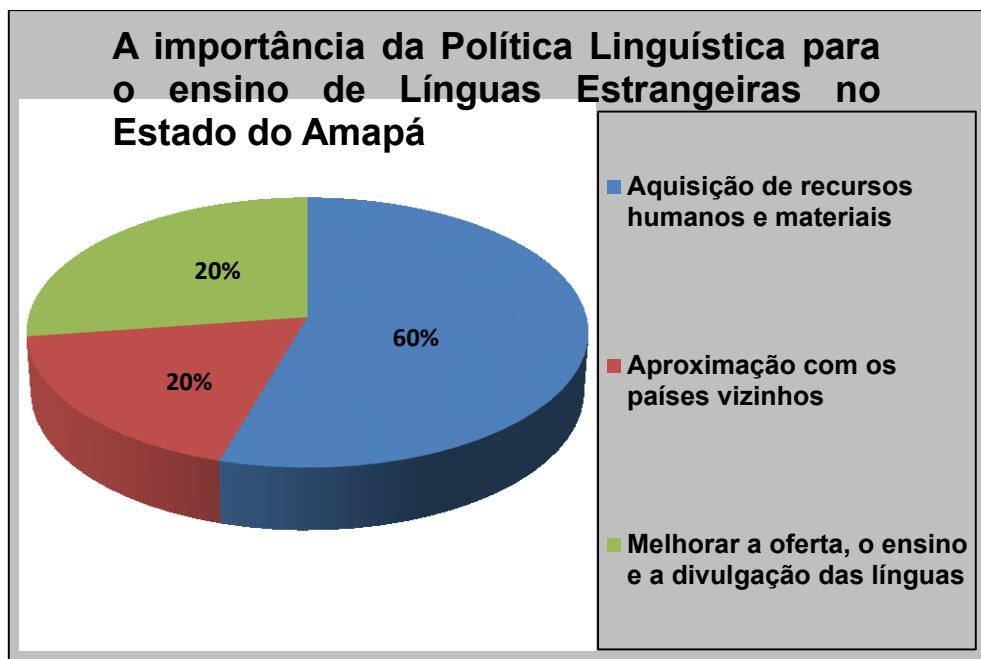
Não se pode, assim, tomar a Política Linguística como um instrumento de poder, de alienação; a língua é o bem maior que uma sociedade tem, pois por intermédio dela é possível ativar várias outras competências e mediar às relações pessoais, interpessoais. Não se trata, portanto, de cristalizar a função que até então tem sido difundida, de que as exigências econômicas e o controle do Estado são fatores determinantes para que esta se realize. Além de que, é preciso legitimar o que está prescrito no âmbito da Política Linguística, com destaque para os PCN-LE, que destaca o acesso mais igualitário ao mundo dos negócios e ao mundo da tecnologia, tornando o ensino de LE um instrumento indispensável ao mundo do trabalho.

Os PCN-LE (1998, p. 22) afirmam que a opção pela LE ofertada nas escolas deve-se levar em consideração pelo menos três fatores: os fatores históricos; os fatores relativos às comunidades locais e os fatores relativos à tradição.

A nosso ver, as Políticas Linguísticas vivenciadas no estado do Amapá devem levar em consideração os diferentes contextos que coexistem neste cenário de grande diversidade linguística. Essa condição é uma das premissas para que não se tenha firmada uma Política Linguística.

Entre as questões levantadas no bojo das entrevistas, buscamos saber, ainda, qual a importância da Política Linguística para o ensino de LE no estado do Amapá.

Gráfico 04: A importância da Política Linguística para o ensino de LE



Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

Em relação à importância da Política Linguística para o ensino de LE no estado do Amapá, os professores, em um total de 60%, disseram que essa favorece a aquisição de recursos humanos e materiais; 20% disseram ser a aproximação com os países vizinhos e 20% disseram ser a melhora da oferta ensino e divulgação das línguas.

As respostas coletadas, por meio de entrevistas demonstram que os professores consideram importante a existência de uma Política Linguística para que ocorra uma efetivação maior na interação entre os sujeitos sociais, bem como o fato de que o conhecimento de uma LE beneficia não só os alunos, como também a sociedade em geral, tendo em vista que melhora as relações interpessoais, sociais, históricas e políticas à medida que possibilita uma maior interação entre os membros da sociedade. Por outro lado, não se pode deixar de destacar a ressalva feita pelos professores ao afirmarem que não é suficiente criar Políticas Linguísticas se essas não assegurarem as condições necessárias para que elas se efetivem, como salas de aulas com número reduzido de alunos, espaço apropriado para as aulas de idioma, salas de laboratório de línguas. O que podemos perceber nos excertos abaixo:

E3/P1: “Quais políticas? As que apenas instituem o ensino, mas não viabilizam nenhum recurso para a aquisição de materiais que possam diversificar o ensino da língua estrangeira e deixando a cargo do professor o ônus de arcar com material para assim dinamizar a aula e torná-la mais interessante? Infelizmente, a realidade do ensino da língua estrangeira no Amapá é dramática. A própria Universidade Estadual que oferece o curso de Letras com habilitação nas línguas inglesa, francesa e espanhola, não oferece material didático, os professores das áreas são escassos, não possui um laboratório de línguas apropriado para o aperfeiçoamento do aprendizado da língua, ou seja, o próprio ensino superior em língua estrangeira já é extremamente deficiente, quiçá o ensino na rede pública estadual, que abrange diversas escolas e centenas de alunos, a meu ver as políticas linguísticas do ensino das línguas serviram apenas com o escopo de instituir o ensino, mas não deu mecanismos para que ela se desenvolvesse de forma eficaz”;

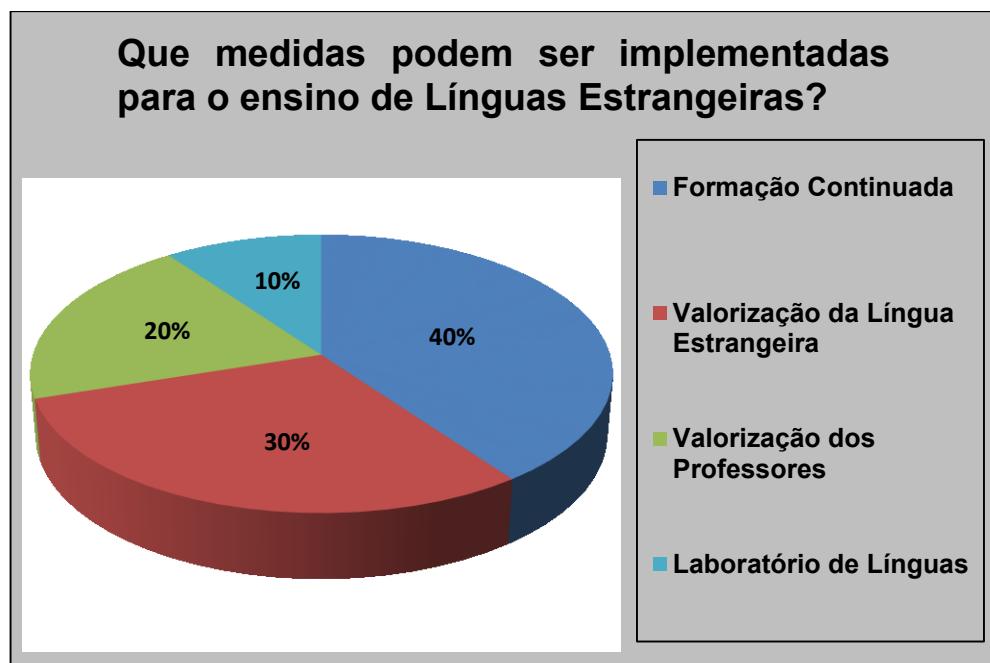
E2/P1: “As políticas linguísticas devem ser discutidas para melhorar a oferta, ensino e divulgação das línguas estrangeiras, além de oportunizar uma aproximação com os países vizinhos”.

Dessa forma, é pertinente o que diz Farezena, (2012, p.162 *apud* NICOLAIDES, 2013, p. 81), “as políticas linguísticas (e não apenas essas), caracterizadas como contínuas, contraditórias, caóticas, incompletas, descoordenadas (...”).

Com base nesse pressuposto e nas respostas dos entrevistados, percebe-se que existe uma Política Linguística constituída no estado do Amapá, mas que, ainda não oportuniza aos seus participantes o direito de escolha do idioma ofertado nas escolas. Esta escolha por uma LE ainda se dá de forma não firmada em parâmetros institucionais e coletivos, o que, de certa forma, inibe a participação dos professores em caráter mais efetivo na condução desse processo. Pressupondo-se que a organização do currículo ainda é feita para atender a uma demanda do conteúdo, e não, necessariamente, para colaborar com o desenvolvimento sócio cognitivo do aluno e da sociedade.

A seguir, no Gráfico 05, apresentamos em números percentuais as respostas dos entrevistados sobre quais as medidas necessárias para se implementar no ensino de LE que podem melhorar o ensino de LE no estado do Amapá.

Gráfico 05: Medidas que podem ser implementadas para o ensino de LE



Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

Buscamos saber dos entrevistados quais as medidas que podem ser implementadas para o ensino de LE. As respostas apontaram que, para 40%, a formação continuada é um dos aportes da Política Linguística; contudo, 30%, dos participantes acreditam que uma das medidas que podem ser implementadas é a valorização da LE; mas, para 20% dos participantes, é por meio das Políticas Linguísticas que se pode promover a valorização dos professores, dando voz e respeitando suas ideias e escolhas; e, para 10% dos participantes, é a construção de Laboratórios de Línguas que podem influenciar no ensino de línguas positivamente.

Conforme dissemos anteriormente, o ensino da LE é um processo que requer uma série de condições, entre as quais estão: a existência de laboratórios; professores com pleno domínio da LE; formação continuada desses professores; salas adequadas; poucos alunos em sala; atividades que mobilizem a aprendizagem de competências em relação ao uso dessa língua e, acima de tudo, valorização tanto do professor quanto da disciplina. A prerrogativa para o desenvolvimento de uma Política Linguística efetiva e eficaz perpassa pelas seguintes condições:

E1/P2: “Valorização do professor. Ambientes adequados ao ensino da língua, diminuição da quantidade de aluno em sala de aula, etc”.

E3/P1: “A primeira é a valorização da língua estrangeira tal qual a língua portuguesa”.

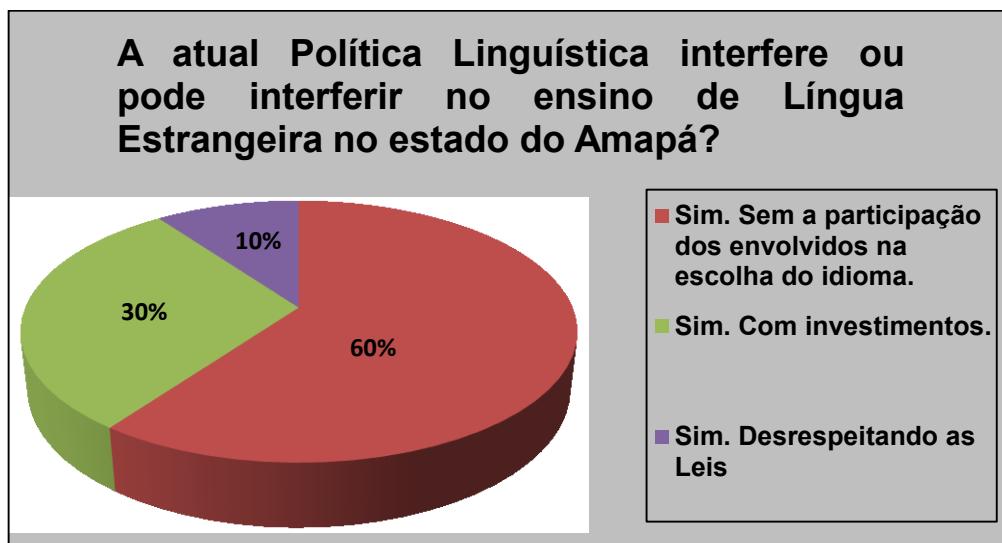
E2/P1: “Formação continuada, poucos professores você pode dizer que são fluentes”.

Fica subtendido, dessa forma, nas respostas dos professores que ainda falta muito para se concretizar um ensino de LE, pois, de acordo com os entrevistados, é necessário implementar programas de valorização do professor, atividades de intercâmbio, recurso didáticos e midiáticos, material didático específico da área, bem como cursos de aperfeiçoamento para docentes da área. Sendo assim, percebemos que ações como as apresentadas pelos entrevistados são necessárias para que de fato o ensino de LE aconteça de forma plena em conformidade com uma série de exigências.

Desse modo, percebemos que o desenvolvimento do ensino de Língua Estrangeira abarca, nesse caso, muitas exigências, que vão desde um ambiente propício a um material didático, que conte com um ensino global e prático da LE. Implica dizer que pensar numa Política Linguística voltada para atender as peculiaridades de cada LE requer planejamento, ações concretas, efetivas e pensadas em longo prazo para sua completude. Todas essas questões têm que ser levadas em consideração, para que assim, não se tenha um ensino baseado apenas na didatização da língua.

Outra questão levantada nas entrevistas realizadas com os professores foi a seguinte: A atual Política Linguística interfere ou pode interferir no ensino de LE no estado do Amapá? Vejamos o que os professores responderam:

Gráfico 06: Política Linguística interfere ou pode interferir no ensino de LE



Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

Entre as questões levantadas, tornou-se necessário verificar se a atual Política Linguística interfere ou pode interferir no ensino de LE no estado do Amapá. Os entrevistados em um universo de 60%, responderam: “Sim, sem a participação dos envolvidos na escolha do idioma”; 30% responderam: “Sim. Com investimentos”; e 10% responderam: “Sim. Desrespeitando as Leis”.

Analizando os dados coletados, percebemos que os professores são unâimes em afirmar que a atual Política Linguística interfere no ensino de LE no estado do Amapá. Contudo, essa afirmação diverge quanto aos fatores que interferem no ensino.

Para uns professores, a interferência limita a oferta e a escolha dos idiomas a serem oferecidos nas escolas. Para outros, essas interferências desrespeitam as leis vigentes, com imposições por esta ou aquela língua. Outra interferência, diz respeito à falta de investimentos educacionais, pois esta falta de investimento atrapalha o desenvolvimento e o crescimento da qualidade do ensino ministrado nas escolas. Há ainda, a interferência no que tange a não participação dos envolvidos no processo educacional, pelo menos dos que estão à frente do processo, no caso, os professores, os alunos, os pais. Como podemos verificar nos trechos a seguir:

E2/P1: “Interferem hoje limitando a oferta e a escolha, desrespeitando as leis. Os gestores não se informam sobre as leis e ofertam as línguas como querem”.

E2/P2: “Tiver uma política que busque a valorização das disciplinas, aí já não falo nem só da língua inglesa, a partir do momento que haja uma política que vá valorizar o professor de modo geral, valorizar o trabalho dele em sala de aula, tudo vai ser bem vindo pra qualidade da educação, é questão da valorização que está precária”.

E2/P5: “Se houvesse investimento por parte do estado, da Secretaria de Educação, em capacitar melhor os professores, se tivesse material próprio nas salas, por exemplo, data show, internet”.

E2/P6: “Participação da família, motivação do aluno e do professor”.

E3/P1: “Acho que as políticas linguísticas influenciam na escolha das línguas estrangeiras ministradas nas escolas estaduais, uma vez que se dá importância ao ensino do francês pela proximidade com a Guiana francesa”.

Essas questões nos remetem a entender que é preciso repensar o que se entende por Política Linguística. Assim destacamos o que nos diz Nicolaides *et al* (2013, p. 103), “é preciso ter em mente que o conceito de Políticas Linguísticas, enquanto “campo de decisões das relação da sociedade com as línguas”, não se restringe às decisões do estado, mas sim engloba decisão de cidadãos”.

Essa proposição nos coloca a frente de um entendimento de que a Política Linguística atua como um divisor de águas entre o ensino e a função social, histórica, cultural e política da escola. Dessa forma, percebe-se na fala dos professores uma insatisfação por parte dos mesmos em relação à condução que vem sendo dada ao ensino de LE no estado do Amapá, uma vez que algumas escolas trabalham o Inglês, outras o Francês, e outras o Espanhol. Isso implica em dizer que o estado do Amapá parece estar galgando, ainda que incipiente à construção de uma Política Linguística de LE voltada para o mundo globalizado, mesmo que, nos dizeres dos participantes, isto tenha gerado muitos debates e discussões, pois necessitam atender as expectativas locais e nacionais, a fim de melhorar o ensino de LE oferecido aos alunos, haja vista ter que ampliar as perspectivas no mercado de trabalho de seu alunado.

Outra questão a destacar foi: “Fatores que influenciam no ensino de Línguas Estrangeiras no estado do Amapá”.

Gráfico 07: Fatores que influenciam no ensino de LE



Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

Em relação a essa proposição é pertinente informar que 40% dos entrevistados disseram que o fator que influencia o ensino de LE no estado do Amapá é a “Fronteira com a Guiana Francesa”; outro fator que influencia no ensino de línguas com cerca de 30% é a “Falta de laboratórios de línguas nas escolas”; 20% apontaram a “Falta de um centro de línguas”; e 10% disseram ser a “Posição geográfica”.

Como descrito neste último excerto, o estado do Amapá possui uma peculiaridade que poucos Estados do Brasil possuem: uma diversidade linguística riquíssima, devido o Estado ser fronteiriço. Perante esta afirmativa os professores relataram que um fator que influencia ou que deveria influenciar no ensino de LE seria a fronteira com a Guiana Francesa.

Convém mencionar que, além dessa peculiaridade, existem questões que envolvem o comércio local, o turismo e os intercâmbios estudantis, devido à posição geográfica em que está situado o estado do Amapá. Outro aspecto citado pelos professores é a falta de laboratórios de línguas nas escolas, que dificulta o ensino e a aprendizagem de LE nas escolas.

Chamou-nos a atenção quanto aos fatores que influenciam o ensino de LE a questão do ENEM, mesmo que não tenha tido tanta expressividade. Para os professores, esse fator levou à extinção do ensino de Língua Francesa em algumas escolas do Estado. Para melhor ilustrar esse aspecto, consideramos os trechos a seguir:

E2/P6: “O que influencia praticamente é o ENEM nas escolas públicas”. “o fato da fronteira com a Guiana”.

E2/P4: “a questão da fronteira”; “questão geográfica”.

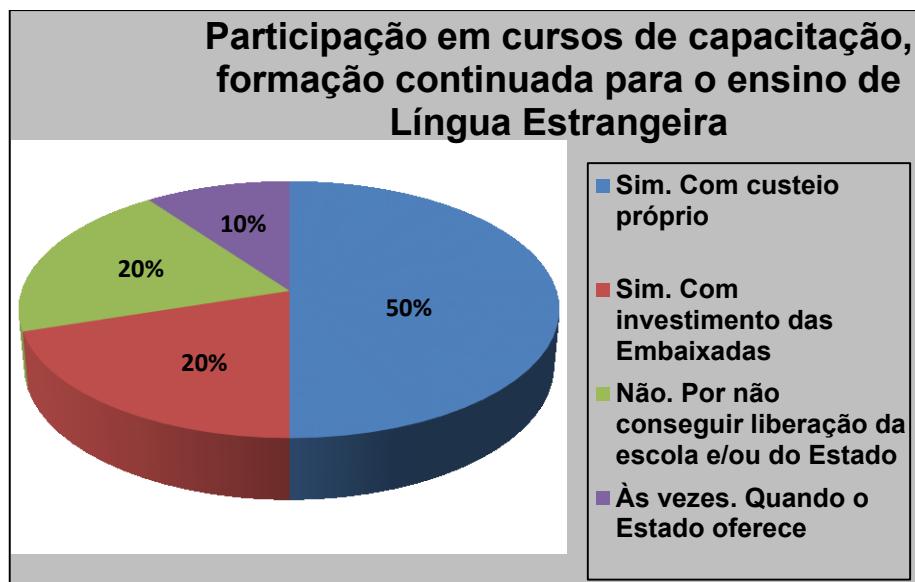
E2/P5: “Fator negativo que eu vejo, creio que a escola precisa de um espaço específico pra esse ensino e que as turmas também não sejam tão cheias, pra ter um atendimento de qualidade, que os alunos tenham vontade de estudar, falta de laboratório de línguas estrangeiras”.

Diante do exposto, vimos que “a língua é atravessada pela política, pelo poder, pelos poderes” (FIORIN 2009, p.164). Esse aspecto nos leva a pensar que a Política Linguística sempre está presente nas tomadas de decisões referentes ao ensino de LE no estado do Amapá, isso deixa de lado os outros participantes que fazem parte deste processo.

No Gráfico 08, analisamos os dados coletados no que se refere à formação continuada dos professores de LE no estado do Amapá. Concordamos com Leffa (2001, p. 334) quando diz que “a formação de um professor de LE envolve o domínio de diferentes áreas de conhecimento, incluindo o domínio da língua que ensina”.

Vejamos as respostas dos entrevistados no gráfico a seguir:

Gráfico 08: Participação em cursos de capacitação



Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

No que se refere à “participação em cursos de capacitação, formação continuada para o ensino de LE”, 50% dos entrevistados responderam: “Sim. Com custeio próprio”; 20% responderam: “Sim. Com investimento das Embaixadas”; 20% responderam: “Não. Por não conseguirem liberação da escola e/ou do Estado”; e 10% responderam: “Às vezes; Quando o Estado oferece.” É interessante mencionar a pequena discrepância entre as respostas dos professores. Alguns mencionam ter formação continuada ofertada pelo governo do Estado, enquanto, outros dizem ter, mas, por meio de recursos próprios. E outros mencionam ter graças aos investimentos das Embaixadas da Espanha e dos Estados Unidos.

Salienta-se que essas embaixadas ofertam, segundo os professores, formação continuada uma vez por ano. Já os professores de Língua Francesa alegam que essa formação é constante, haja vista terem em Macapá a Associação dos Professores de Língua Francesa (APROFAP), que ministra cursos, encontros, oficinas, seminários e, possuem ainda, o Centro de Cultura e Língua Francesa Danielle Mitterrand, que ensina a Língua Francesa gratuitamente, e o Centro de Cultura Franco Amapaense, que ministra aulas, cursos, oficinas, encontros, entre outros, aos professores de Língua Francesa do Estado e à população de modo geral. Considerando esses aspectos, apresentamos os trechos a seguir:

E2/P4: “Eu participo às vezes de alguns seminários que tenho a oportunidade, esporadicamente, de ano em ano, viajo para os Estados Unidos, então, através de amigos no estrangeiro, pelas redes sociais, mantenho contato e pratico a língua, tenho o canal de TV a cabo em casa americano. Se depender do estado não vai não”.

E2/P5: “Assim, normalmente, às vezes o próprio estado oferece ou eu busco participar”.

E2/P6: “Sim, todo ano a gente participa, proporcionado pela Secretaria de Educação e eles tem uma parceria com a embaixada da Espanha, todo ano eles fazem um curso de capacitação, de atualização da língua espanhola”.

E2/P5: “o que eu fiz foi um curso de francês do Danielle Mitterrand, mas por conta própria”.

Os trechos transcritos anteriormente apresentam informações sobre como os professores veem sua formação e a falta de investimento nesta área de conhecimento. Nesse sentido, completamos a argumentação a partir do que Rajagopalan (2011) salienta sobre formação continuada e Política Linguística. Segundo esse autor, é preciso considerar a formação de professores, levando em consideração a relação nítida entre Política Linguística e o ensino de línguas, em uma dinâmica que envolve não apenas a abordagem de ensino, a metodologia a ser adotada, mas também a função da Política Linguística adotada no país³⁰.

Tomando como base essa premissa, vale ressaltar que uma condição importante para o desenvolvimento da Política Linguística diz respeito à formação dos professores, ou melhor, à oferta de cursos, à formação continuada para que esses professores possam manter-se atualizados e melhorar suas práticas pedagógicas. Também não se pode perder de vista a necessidade de dar oportunidade aos professores de saber do que tratam as Políticas Linguísticas bem como do seu papel nesse processo, tendo em vista o que NICOLAIDES (2013, p. 219) afirma sobre a importância da formação continuada do professor, “no ensino de idiomas devemos compreender o lugar privilegiado que as metodologias têm na formação do professor, assim como a importância do professor ter proficiência no idioma que ensina”.

Com vista no que preconiza a autora, vale ressaltar que no bojo dessa dinâmica para se ter uma Política Linguística faz-se necessário que o professor de LE tenha acesso aos conhecimentos que o ensino da LE requer no que tange às

³⁰ Entrevista com Kanavillil Rajagopalan: ponderações sobre linguística aplicada, Política Linguística e ensino aprendizagem. <http://www.alab.org.br/pt/destaque/155-entrevista-com-kanavillil-rajagopalan-ponderacao-sobre-linguistica-aplicada-politica-linguistica-e-ensino-aprendizagem>.

competências comunicativas e linguísticas. Acreditamos que a Política Linguística vigente no estado do Amapá busca alinhar seus princípios norteadores a Política Linguística atual do Brasil, contudo, diferencia-se ao não optar, somente por uma língua estrangeira, e, sim por três línguas. Estas línguas ofertadas nas escolas do estado possuem status e importância variados, haja vista este estado fazer fronteira com a Guiana Francesa oferta o idioma Francês, mas oportuniza ao mesmo tempo, outras línguas de valor internacional, Espanhol, devido o MERCOSUL e o Inglês, como língua universal.

Quanto à formação continuada, no estado do Amapá, desde 1995, tem sido voltada para formação de professores de Francês. Os professores dessa área passaram a compor o quadro docente das escolas públicas desse Estado. Quanto às outras línguas oferecidas, esta formação acontece esporadicamente. Na língua espanhola, essa formação é ofertada pelo sindicato, pela Embaixada da Espanha, uma vez ao ano. Na língua inglesa, os professores, fazem por conta própria ou quando a Embaixada dos Estados Unidos da América – USA oferta cursos de aperfeiçoamento.

3.1.2 Do Coordenador

Para discussão em torno da Política Linguística de ensino de LE no estado do Amapá, consideramos importante saber a posição dos coordenadores pedagógicos em relação a esse assunto. Para tanto, elaboramos as seguintes perguntas: a) Que idiomas sua escola oferta aos alunos? b) De que forma foi realizada esta escolha? C) E quem participou desta escolha? D) E de que modo isto ocorreu?

Quadro 01: Escolhas e decisões

	<p>PERGUNTAS: Que idiomas sua escola oferta aos alunos? De que forma foi realizada esta escolha? Quem participou desta escolha? E de que modo isto ocorreu?</p>
E1; C1: Francês, em reunião com a comunidade.	<p>E2; C2: Temos a Língua Inglesa como obrigatória e a Língua Espanhola como facultativa. Quem decidiu pela escola desses idiomas, esse ano foi a própria comunidade escolar, sendo feito uma votação, em assembleia e registrado em ata e no Projeto Pedagógico da escola. Participaram dessas escolhas os alunos, a coordenação, o diretor, os pais e os professores.</p> <p>E3; C3: São oferecidas três, Francês, Inglês e Espanhol. A língua inglesa foi escolhida pelos alunos, o Espanhol pelos pais e o Francês pela escola. Foi feito reunião com os pais e os alunos. Através de eleição e questionários.</p>

Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

Como explicitado no Quadro 01, os coordenadores foram unâimes em dizer que os idiomas ofertados em suas escolas foram escolhidos pela comunidade escolar, por meio de assembleia e escolha de todos os envolvidos diretamente no processo educacional, a saber, os pais, os alunos, os gestores e coordenadores escolares. Quanto aos idiomas, cada escola fez sua opção por motivos já citados anteriormente (fronteira, língua mundial, força da lei, etc). Estas opções feitas pelas escolas basearam-se a partir de seu contexto fronteiriço e da importância de estar em sintonia com o que está em vigência no Brasil e no mundo para o ensino de LE e para o mercado de trabalho.

É interessante lembrar que a escolha da LE é realizada em reuniões com a comunidade escolar, que adota a Língua Espanhola por entender que a aprovação no ENEM tem que ser uma das prioridades. Essa condição deixa as escolas, muitas vezes, sem saber que rumo tomar. Isso acontece pelo simples fato de que não se comprehende a Política Linguística como um empreendimento de caráter intervencionista à medida que ela influencia no destino, bem como no rumo de uma determinada língua (CORREA, 2014).

Tal fato deixa explícito que não é suficiente à reunião para se escolher a língua a ser adotada, mas pensar que o ensino de LE não diz respeito apenas a ensinar um componente curricular, mas sim, um conhecimento que contribuirá com a

vida pessoal e profissional do aluno, levando-o a ser um cidadão do mundo globalizado. Conforme afirma Pagel (2002, p. 32) esse cenário influencia de tal forma que “o domínio de uma LE torna-se uma necessidade incontestável de uma formação do cidadão do mundo plurilíngue e em breve sem fronteiras”.

A autora citada acima pressupõe superar distâncias geográficas a partir do crescimento das tecnologias, da evolução do ensino de línguas no mundo. Esta formação do mundo globalizado de fato, desvela-se a partir de uma realidade mais conectada, com a integração espacial/geográfica. Sendo esta realidade onde as relações sociais de todas as espécies possam ter um alcance maior geograficamente. A questão do fim das fronteiras surgiu a partir da expansão tecnológica, que possibilita intercâmbio entre culturas diferentes, contratos comerciais e diplomáticos com a finalidade de por fim ao controle fronteiriço entre as pessoas. Entretanto, nos dias de hoje, percebemos que as fronteiras geográficas físicas estão tomando rumos opostos ao da fronteira tecnológica, os países estão estreitando estas fronteiras, encurtando este avanço fronteiriço.

Nessa perspectiva, evidenciamos um embate entre a escolha do idioma e o respeito à legislação vigente recomenda. Esse embate entre Política Nacional e Política Estadual é explicitado em Correa (2014, p. 76), em que “o ensino de Espanhol tornou-se uma questão da ordem de geopolítica para o Brasil”. Esta importância dada ao ensino de Espanhol está vinculada a interesses por parte das lideranças, para alinhar-se aos vizinhos do continente sul-americanos.

Com base nessa assertiva, comprehende-se o embate existente em relação a que língua deve ser adotada pelas escolas do Amapá, pois se tem o privilégio do estado do Amapá fazer fronteira com a Guiana Francesa. Contudo, romper essa barreira não tem sido nada fácil, uma vez que a tendência é seguir o que determina à política nacional de educação, que determina na sua Política Linguística a opção pelo Espanhol. Tais afirmações podem ser percebidas no excerto abaixo:

E1/C1: “Deve-se levar em consideração os fatores geopolíticos para a escolha da língua estrangeira, pois estamos numa região fronteiriça, que aumentará o fluxo de estrangeiros após a inauguração da ponte binacional”.

As respostas dos entrevistados, nesse caso, dão conta que o estado do Amapá tem, de forma assistemática, tentado implantar o ensino da Língua Francesa

como Língua Estrangeira oficial. Contudo, tem esbarrado no que estabelece a política nacional que coloca o Espanhol como LE a ser adotada pelo ENEM.

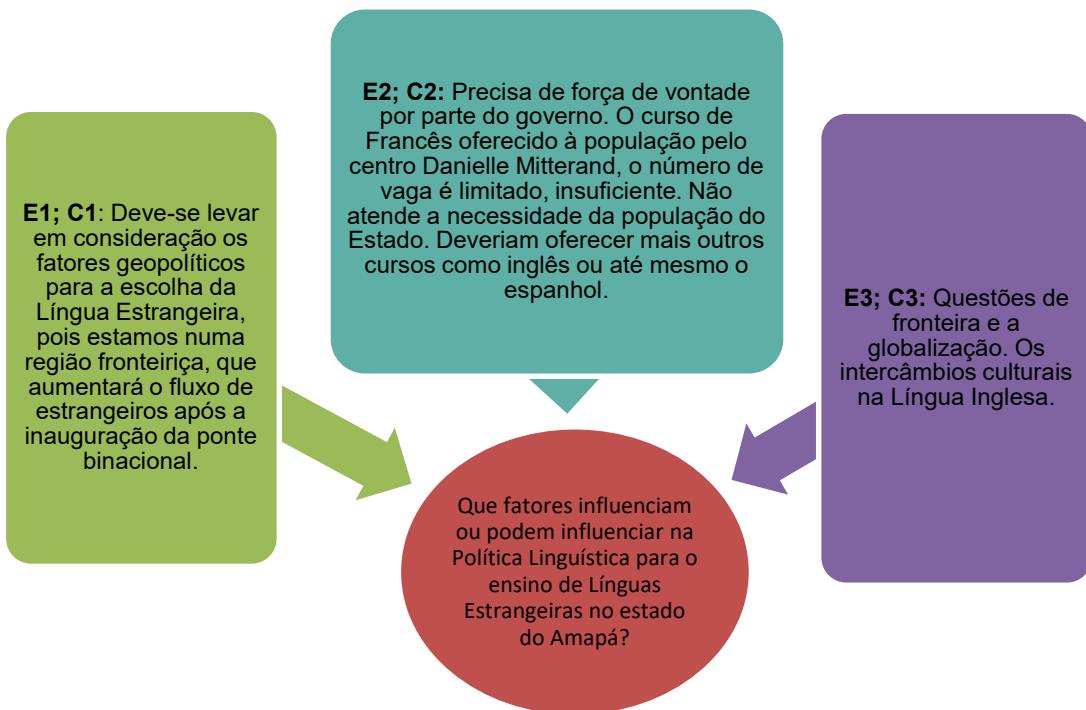
Entretanto, no ano de 2016, o Governo Federal aprovou a Medida Provisória n.º 746/2016, para a reestruturação do Ensino Médio. Um exemplo interessante com relação à escolha do idioma a ser ofertado nas escolas é a reforma do Ensino Médio para o ensino de LE. Em que a LE obrigatória para todo o território brasileiro passa a ser o Inglês a partir do sexto ano do Ensino Fundamental e nos currículos do Ensino Médio, facultando neste, o oferecimento de outros idiomas, preferencialmente o Espanhol. A escolha antes do idioma, até então, era de responsabilidade da ‘comunidade escolar’³¹.

Desse modo, necessitamos garantir a continuidade e a sustentabilidade do ensino de línguas, seja qual for à língua. Os PCN-LE (BRASIL, 1998, p. 20) destacam que “não há como propiciar avanços na aprendizagem de uma língua, propondo ao aluno a aprendizagem de espanhol na quinta série, de francês na sexta e sétima, e de inglês na oitava série”.

Dentre as questões levantadas, perguntamos aos coordenadores: “Que fatores influenciam ou podem influenciar na Política Linguística para o ensino de LE no estado do Amapá?.

³¹ Informações obtidas no site: www.mec.gov.br

Quadro 02: Fatores que influenciam ou podem influenciar nas Políticas Linguísticas



Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

Com base nas respostas dos entrevistados podemos observar que existem fatores que influenciam na Política Linguística do Estado do Amapá de forma positiva, como as questões fronteiriças entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa, o que oportunizará a abertura da ponte binacional e o desenvolvimento do turismo, havendo, assim, um maior fluxo de turistas no Estado. Outro fator é a globalização, que impulsiona o ensino de línguas para novos rumos, novos idiomas a serem ensinados. O intercâmbio da Língua Inglesa, oferecido aos alunos das escolas que ensinam essa língua, também é um fator que influencia positivamente. Na realidade, o intercâmbio proporciona aos alunos um melhor empenho no aprendizado da língua e a troca de experiências.

Nesse contexto, notamos ainda que tais fatores influenciam positivamente para o crescimento tanto econômico quanto educacional, haja vista tais fatores contribuírem para uma melhor qualidade de vida da comunidade amapaense.

Entretanto, existem fatores que mesmo, esporádicos, influenciam negativamente na Política Linguística do Estado do Amapá, pois, segundo os entrevistados, fatores como a força de vontade do governo e questões de ordem

educacional (falta de oferta de mais cursos gratuitos de idiomas ‘Inglês e Espanhol’ e a limitação de vagas no curso de idioma gratuito oferecido pelo único centro de línguas do Estado do Amapá, neste caso, Francês) não contribui para o desenvolvimento e crescimento no ensino de LE oferecido no Estado.

Com base nos fatores citados anteriormente pelos entrevistados, Day (2015, p. 561) enfatiza que “conhecer línguas, amplia a possibilidade de construir novos conhecimentos por meio do contato, da interação, das ciências, trazendo a tona fundamentos políticos, sociais, econômicos, culturais e jurídicos emanados pelo poder público para esse ensino”.

Conforme as afirmações de Day (2015), o conhecimento da língua é primordial para desenvolvermos uma Política Linguística que vise o cidadão do mundo globalizado. Isso implica dizer que é importante os aspectos que estão entorno do ensino de línguas. Esses aspectos tanto podem influenciar positivamente quanto negativamente, como explicitado pelos participantes da pesquisa ao elencarem os fatores que influenciaram no ensino de LE no Estado do Amapá. Esses fatores influenciam na política, na economia e na possibilidade de novos conhecimentos e experiências educacionais.

Assim sendo, conhecer outra(s) língua(s) é conhecer outra(s) cultura(s) para poder compará-las à própria, e estar aberto a outras interpretações de mundo. Esse fato vem sendo vivenciado pelos alunos das escolas do Estado do Amapá, uma vez que eles têm a oportunidade de conhecer outros idiomas, outras culturas, mesmo que, descontinuamente, tenha a inserção a várias línguas ensinadas nas escolas.

3.1.3 Do Gestor

Com o objetivo de entender como ocorrem as decisões e as escolhas da LE das escolas do Estado do Amapá, e como o gestor comprehende os sentidos e funcionamento do ensino da LE, tendo como base as Políticas Linguísticas, solicitamos aos diretores que comentassem sobre as Políticas Linguísticas para o ensino de Língua Estrangeira Estado do Amapá:

Tabela 06: Política Linguística para o ensino de LE

PERGUNTA: Comente sobre a Política Linguística para o ensino de Língua Estrangeira no Estado do Amapá.		
ESCOLA	GESTOR	RESPOSTA
E1	D1	<i>São voltadas para a língua francesa por conta dos acordos entre o Brasil e a França. Essa política fronteiriça nos proporciona trocas comerciais e estudantis, assim como o desenvolvimento do turismo no Amapá, especificamente, o ecoturismo.</i>
E2	D1	<i>O ensino de língua estrangeira inicialmente, na escola foi seguindo o que a matriz curricular do estado orientava, no caso, a oferta do inglês. Esse ano houve uma eleição pela escolha de uma 2ª língua, no caso, a escolhida foi a espanhola.</i>
E3	D1	<i>As políticas são voltadas para a comunidade escolar e a escola. A comunidade é incentivada a fazer a escolha da língua a ser ensinada e aprendida pelos alunos.</i>

Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

Segundo os gestores, a Política Linguística para o ensino de LE no Amapá pode ser percebida na escolha democrática de uma segunda língua, e também nas questões que envolvem o turismo, as trocas comerciais e, ainda, no envolvimento da comunidade escolar de modo geral. Estas questões explicitadas pelos gestores nos fazem questionar como o homem intervém na língua e como se apropria desta em benefício próprio. O que nos remete a afirmação de Rajagopalan (2013c) sobre a influência da política sobre as tomadas de decisões: “a questão política esteve presente o tempo todo ao longo da história, influenciando diretamente a tomada de decisões no que tange às políticas educacionais” (RAJAGOPALAN, 2013c, p. 145).

Sendo assim, a intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua. “De igual modo, o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou impor à maioria a língua de uma minoria” (CALVET, 2007, p. 11).

Essa é uma condição que tem perdurado ao longo do tempo, tendo em vista que, ainda hoje, a escolha tem sido de “cima para baixo”, ou seja, a escolha é decidida pelas autoridades governamentais, os que estão à frente do poder estatal, o que consequentemente, têm colaborado para que existam ainda muitos conflitos nesse campo, pois, nem sempre tem se levado em conta as particularidades

linguísticas dos falantes, bem como da comunidade a qual esses pertencem. Sendo assim, é imperativo dizer que a Política Linguística ainda está sob a égide do Estado. Entretanto, este fato não faz parte da realidade amapaense, pois nesse estado as decisões são feitas com a participação da comunidade escolar.

Essa ocorrência pode ser ilustrada por meio do pensamento de Lo Bianco (2010, p.155 *apud* NICOLAIDES, 2013, p. 221) ao discutir projetos de política e planejamento linguístico: “entende que há uma divisão de poder entre os especialistas do conhecimento da área, as autoridades que tomam as decisões e usuários da língua, os professores e a sociedade que seguem as decisões”.

Diante dessa assertiva, podemos dizer que a decisão de qual língua adotar, ainda é feita apenas em termos sistêmicos. Percebemos que, assim como os professores, os coordenadores também não têm participação efetiva na construção das Políticas Públicas de Educação, o que, consequentemente, fragiliza o desenvolvimento de uma Política Linguística, à medida que se exclui do processo os agentes escolares. “Fomos criados numa tradição de que o professor, na sala de aula, não deve se envolver com política. No entanto, como vimos, somos todos – professores, alunos e a própria escola – afetada por escolhas políticas” (LEFFA, 2001, p. 350).

Cooper (1987, p. 312-334) ressalta a importância de conhecermos quem são esses atores políticos e sociais e de que forma eles influenciam no campo educacional, já que a educação é um dos principais vetores de intervenções políticas no domínio linguístico.

Outra pergunta feita aos diretores (gestores) foi sobre a formação continuada dos professores.

Tabela 7: Formação Continuada

PERGUNTA: A escola proporciona aos professores de Línguas Estrangeiras cursos, formação continuada, capacitação, entre outros? Justifique.		
ESCOLA	GESTOR	RESPOSTA
E1	D1	<i>A escola mesmo não proporciona formação continuada, mas libera seus professores, caso estes se inscrevam em algum curso.</i>
E2	D2	<i>A escola em si não tem proporcionado, mas eles têm participado por conta do centro Danielle Mitterrand e da APROFAP. Lá participam de oficinas, encontros, seminários. Os professores são liberados para participarem de todos os eventos em que eles queiram participar e estejam inscritos.</i>
E3	D3	<i>A escola não, mas a secretaria de educação sim, através de cursos, de palestras, de encontros.</i>

Fonte: Dados coletados nas entrevistas com os participantes da pesquisa

Segundo os diretores, a escola não proporciona nenhum tipo de formação continuada aos seus professores, entretanto, esclarecem que os professores são liberados para participarem de quaisquer cursos que possam contribuir com sua formação. Salientam que essa formação é proporcionada pela SEED/AP.

Nesse contexto, Leffa (2001, p. 333-355), afirma que “A formação de um professor de línguas estrangeiras envolve aspectos acadêmicos e políticos, como ainda, aspectos linguísticos da natureza humana”.

Neste sentido, a formação do professor de línguas estrangeiras exige desse profissional o domínio da língua e da ação pedagógica. Envolve, ainda, questões de ordem política e linguística, além do comprometimento de todos os que estão ligados diretamente com o ensino de línguas.

Quanto a esse comprometimento, os gestores escolares dizem ter conhecimento da importância dos professores participarem da formação continuada, para que possam estar bem qualificados e bem preparados para as mudanças que ocorrem no Ensino de Línguas.

Percebemos que, em raras ocasiões, nos dizeres dos gestores, eles dificultam a participação dos professores. A nosso ver, existem conflitos de interesses entre os professores e os gestores. Conflitos estes de ordem política, pessoal, social, profissional e até partidária. Entretanto, o que percebemos, nas falas

dos professores, é o oposto das falas dos gestores. Contudo, os gestores alegam que liberam seus professores para participarem de cursos de formação quando são solicitadas.

Quanto a questões de ordem Política Linguística, notamos que a política há muito tempo vem direcionando as tomadas de decisões no que tange as questões políticas educacionais. Ditando normas e leis a respeito de que línguas o estado deve adotar ou não. Contudo, notamos que no estado do Amapá, mesmo que siga as diretrizes das instâncias maiores, ajusta suas legislações, de modo a atender as necessidades dos alunos amapaenses, tanto na ordem internacional, nacional quanto local.

Em relação à oferta de idiomas no contexto fronteiriço do estado do Amapá, salientamos que estes idiomas vêm sendo oferecidos de forma diversificada, atendendo as demandas fronteiriças em parte. No estado são ministradas aulas de espanhol, de inglês, de francês e de línguas indígenas nas escolas. Estas línguas são escolhidas em grande parte pela comunidade escolar, levando em consideração aspectos de ordem fronteiriça, legislações federais e estaduais, contexto local, nacional e internacional. Demonstrando assim, a importância da Política Linguística planejada e articulada, para o ensino de Línguas Estrangeiras no estado do Amapá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a Política Linguística para o ensino de LE no Estado do Amapá: um estudo em um contexto fronteiriço. Para cumprir com esse objetivo, elaboramos perguntas que orientaram o desenvolvimento da pesquisa de forma a condensar os principais resultados revelados após a análise dos dados, bem como os resultados obtidos a partir desse processo investigativo.

Nessa pesquisa, verificamos de que forma a Política Linguística é vivenciada nas escolas do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio da cidade de Macapá, no Estado do Amapá. Para tanto, selecionamos três escolas da Rede Estadual de Ensino. Para a seleção das escolas, foram estabelecidos dois critérios, a saber: 1º) as escolas públicas de ensino deveriam estar localizadas em Macapá; 2º) os professores deveriam estar ministrando aulas de LE nos idiomas: Espanhol, Inglês e Francês, no período de 2015-2016.

Essa pesquisa pretendeu dialogar com os professores de LE, gestores e coordenadores escolares, à luz do paradigma qualitativo e das discussões sobre Política Linguística e ensino de LE.

Quanto ao objetivo geral desta pesquisa: analisar de que forma a Política Linguística é vivenciada nas escolas do estado do Amapá, percebemos que, o ensino de línguas no estado vem tomando novos formatos com relação ao tratamento educacional nessa área, proporcionando aos alunos um ensino de modo diferenciado em cada etapa de ensino (Fundamental II e Médio), com ações voltadas a interesses tanto fronteiriços quanto nacional e internacional, haja vista oportunizar não somente um idioma, mas os que podem levar os alunos aos níveis de integração dos interesses citados anteriormente.

Com relação aos objetivos específicos e as perguntas de pesquisa, percebemos que eles foram contemplados durante o decorre das análises feitas a partir da coleta das informações obtidas das entrevistas com os participantes da pesquisa. Ressaltamos que estes objetivos e as perguntas serão abordados no decorrer desta reflexão investigativa.

Nosso arcabouço teórico contribuiu para focalizarmos a Política Linguística e o ensino de LE em consonância com a legislação vigente. Outro aspecto relevante ressaltado foram os critérios de escolha adotados para o ensino de LE nas escolas

públicas do estado do Amapá, bem como os aspectos que influenciam no processo de escolha em relação a qual (s) Língua (s) Estrangeira (s) deve (m) ser ensinada (s) e por que da escolha por essa ou aquela língua. Assim como, a participação na escolha pelo(s) idioma (s) nas escolas.

Quanto à Política Linguística, evidenciamos que, ao tomarmos uma decisão e fazermos uma opção por qualquer que seja a língua a ser ensinada/aprendida, é necessário que esta se adeque aos contextos, de forma a dar sentido à vida cotidiana de seus atores sociais. Outro aspecto importante é que as intervenções/ações na (s) língua (s) são, acima de tudo, sociais e políticas, mas, mesmo assim, não escapam de influências ideológicas, econômicas e de relações de interesse e de poder.

Diante desse contexto, identificamos que a Política Linguística oficial existente demonstra ter uma estruturação, uma organização e uma ação efetiva e concreta no que se refere ao ensino de LE no Estado do Amapá. A Política Linguística no Amapá possibilita a oferta, nas escolas, dos seguintes idiomas: Espanhol, Francês e Inglês, atendendo tanto o contexto local e regional quanto o internacional. Sendo que estes idiomas são, segundo os participantes, escolhidos pela comunidade escolar.

Mesmo assim, ainda é necessário aprimorar no sistema educacional uma Política Linguística para o ensino de LE. Essa política deve investir na formação continuada e na valorização dos professores, para que, desse modo, seja oferecido um ensino de qualidade e em consonância com os interesses de todos os envolvidos no ensino de LE.

No que diz respeito ao ensino de LE, o conhecimento de qualquer LE é indispensável para sermos, de fato, cidadãos do mundo globalizado, uma vez que esse conhecimento nos insere em uma nova cultura, amplia nossos horizontes e melhora nossa vida. É necessário, ainda, que entendamos que as estruturas sociais, históricas, políticas e culturais dão suporte a (s) língua (s).

No que tange às propostas dos documentos oficiais da educação básica (a LDB nº 9.394/96, a Lei nº 11.161/05, as Resoluções do Conselho Estadual de Educação do Estado do Amapá nº 077/99-CEE/AP e 049/16-CEE/AP, os PCN e as OCEM-LE), a respeito da Política Linguística para o ensino de LE, percebemos os impactos dessas políticas nas instâncias pesquisadas. Contudo, os documentos oficiais, mesmo que por vezes ambíguos, contém aspectos positivos que podem ser

ressaltados sob o ponto de vista teórico, tais como: atenção para a língua em uso, sem se fixar no estudo da gramática como um conjunto de regras; relevância da reflexão sobre a língua; clareza quanto à variedade de usos da língua e variação linguística.

Ressaltamos que, mesmo que o Ministério da Educação (MEC) proponha um conjunto de orientações para o ensino de língua e ofereça uma possibilidade de se definir em linhas gerais de ação, não se pode afirmar que elas darão conta de efetivar um ensino que atenda às demandas nacionais e regionais.

Quanto aos PCN-LE (1998) percebemos que este documento dá ênfase ao ensino da língua inglesa como sendo o idioma a ser ensinado nas escolas, por ser uma língua falada em todo o mundo, o que vai contra o que prevê a LDB nº 9.394/96, para o ensino de LE, sem especificar qual. Outro documento observado foi a Lei nº 11.161/05, que torna o ensino de Espanhol obrigatório a partir do Ensino Médio, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas, e de caráter facultativo para o Ensino Fundamental, devendo ser ofertado em horário regular e nos Centros de Ensino de Línguas.

Assim, a expansão do ensino de Espanhol faz parte de uma ação Política de Integração dos países que fazem parte do MERCOSUL e representa um avanço para a queda de uma barreira política e histórica entre os países da América do Sul. Por outro lado, limita a possibilidade de se ter contato com outras línguas, com destaque aqui para o Francês e o Inglês, a primeira por ser a Língua de Fronteira, e a segunda por ser uma língua falada no mundo todo.

Nesta pesquisa, identificamos também que os documentos oficiais realçam que se deve levar em consideração a realidade local/regional onde se dá o ensino de LE. Isto justifica a escolha da LE para nossas escolas e nosso contexto.

Convém mencionar que esta realidade citada sobre os PCN (1998) e a LDB nº 9394/96, já não é mais assim, pois de acordo com o novo Plano Nacional de Educação (doravante PNE) tanto os PCN quanto a LDB sofreram modificações no que se refere ao ensino de LE no Brasil. Assim, fica determinado, segundo as novas diretrizes nacionais, no Art. 26, § 4º e § 5º da LDB, que nos currículos de ensino Fundamental e Médio, devem incluir, obrigatoriamente, a oferta da língua inglesa, podendo ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente, o Espanhol.

Nesse sentido, percebemos uma Política Linguística como a de Marquês de Pombal, que impôs o uso da Língua Portuguesa aos índios, sendo que agora, a imposição é do uso da língua inglesa para todas as escolas brasileiras, ou o inverso, na Era Vargas, que proibia o uso de línguas estrangeiras por questões nacionalistas, sendo que agora é de ordem mundial. Desse modo, com esta nova diretriz educacional, o estado do Amapá, que já vivencia um contexto complexo, por possuir comunidades falantes das línguas: indígena e francesa, e que estas línguas influenciam no comércio local e internacional, terão que optar por adequar-se a nova realidade nacional ou continuar seguindo suas diretrizes como vem sendo feito pelo estado, ofertando três idiomas para que seus alunos tenham oportunidade de integração com o mundo globalizado.

Assim, cabe a nós, atores deste processo Político-Linguístico, conduzir ações concretas para o ensino e a aprendizagem de línguas, tais como, levar em consideração os contextos locais, globais e regionais, como ainda as disputas e os embates em torno das escolhas e das tomadas de decisão, para que consigamos fazer com que nossos alunos possam dominar a língua que estão aprendendo, seja ela qual for.

Todavia, ainda é preciso desenvolver uma política para o ensino de LE que abranja as necessidades regionais do Brasil e de toda sua diversidade, adotando como ponto para a elaboração de uma planificação linguística os critérios mínimos propostos por Cooper (1987, p. 41): quem adota o quê, quando, onde, por que, como, para que efeitos? Assim, ao fazermos uma escolha, tomamos decisões de qual língua será ensinada e aprendida na escola, ou seja, agimos como atores sociais que participam deste processo. Em qual momento histórico esses atores se encontram? Que decisões e escolhas farão, de modo que atinjam seus interesses e objetivos? Por que a escolha desta e não daquela outra língua? De que forma essa escolha, essa decisão influencia e contribui para a vida destes atores? O que justifica a tomada de decisão por esta ou aquela língua. Essas são entre outras, questões, que devemos fazer ao escolhermos que língua ensinar em nossas escolas.

Só buscando respostas para essas questões é que talvez possam atingir os propósitos do ensino de línguas vislumbrado por Rajagopalan (2003, p. 70): “formar indivíduos capazes de interagir com pessoas de outras culturas e modo de pensar e agir”, para que se tornem cidadãos do mundo.

É importante compreender que o ensino de LE é dinâmico e reflexivo. Portanto, precisamos integrar a este ensino mudanças que operem nos aspectos culturais, tecnológicos, sociais e econômicos do mundo globalizado junto às salas de aula, permitindo, assim, que os alunos transitem com segurança frente às variedades de línguas ofertadas, para que assim possam desenvolver competência comunicativa na língua ensinada/aprendida.

Entre outros aspectos evidenciados nesta pesquisa, a participação na escolha pelo idioma ofertado nas escolas pesquisadas foi um aspecto que chamou nossa atenção, devido os docentes enfatizarem que não participaram da escolha pelo LE da escola. Entretanto, verificamos que houve sim uma escolha, mas por outros professores de LE que trabalharam anteriormente na escola. Outro aspecto evidenciado foi o que motivou a escolha desse idioma.

Quanto ao que motivou a escolha pelas línguas ofertadas nas escolas públicas pesquisadas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio no estado do Amapá, os participantes da pesquisa afirmaram que foi por questões relacionadas à fronteira franco-brasileira, como a liberação da ponte binacional entre o Município de Oiapoque e Saint-Georges/FR, a legislação tanto federal quanto estadual, citando questões como o que está na matriz curricular do estado e o que é cobrado na prova do ENEM, como ainda, o contexto mundial, referente ao ensino da língua inglesa.

Assim sendo, os critérios de escolha adotados para o ensino de LE nas escolas públicas do Estado do Amapá foram bem diversificados. Esses critérios, em geral, estão em consonância com a política vigente, que observa os cenários local, nacional e internacional. Contudo, notamos um percentual expressivo nas respostas dos entrevistados com relação a esse aspecto: o fato de seguirem a matriz curricular do Estado, sendo esta feita por pessoas que não vivenciam diretamente o cotidiano do ensino de LE.

Outro critério adotado refere-se à questão fronteiriça e a importância desta para o desenvolvimento econômico e educacional do Estado do Amapá. Entretanto, há dois critérios, não menos importantes, que são o ensino das Línguas Inglesa e Espanhola, devido à globalização, o MERCOSUL e, atualmente, a reforma do Ensino Médio.

Com relação aos aspectos que influenciam no processo de escolha em relação a qual (s) Língua (s) Estrangeira (s) deve (m) ser ensinada (s) e por que da escolha por essa ou aquela língua, foram apresentados os aspectos geopolíticos,

criação de centros de línguas, falta de laboratórios de línguas, entre outros. Esses aspectos, segundo os participantes, influenciam ou podem influenciar, positivamente e negativamente na escolha da LE a ser ensinada e aprendida nas escolas do Estado. As escolhas são diversas. De acordo com os participantes da pesquisa, cada escola estabelece, segundo seus critérios e seus interesses, o idioma a ser ensinado e aprendido na escola. Algumas usam como critério de escolha a fronteira binacional, outras se baseiam na prova do ENEM, e em outras a escolha é feita por influência global.

Outro aspecto evidenciado nesta pesquisa, segundo os participantes da pesquisa referem-se à formação continuada dos professores que atuam no ensino de LE, para que estes sejam preparados, capacitados e habilitados para desempenhar sua função pedagógica. Esses profissionais não possuem propostas concretas e constantes por parte dos governantes em formação continuada. Apesar de que, em alguns momentos, foi citado o investimento em capacitação, não por parte dos gestores, mas sim, por parte das embaixadas espanhola e americana.

Outro aspecto assinalado pelos participantes é sobre a valorização tanto do professor quanto do ensino de línguas, que, segundo os professores entrevistados, fica a desejar tanto por parte dos governantes quanto por parte da escola. Contudo, na fala dos gestores escolares, isso vem ocorrendo, não por parte das escolas, pois estas não possuem recurso financeiro para estes investimentos, mas relatam que há esta valorização por partes dos governantes, com a oferta, mesmo que esporadicamente, de cursos de formação oferecidos por estes governantes.

No que concerne ao investimento, explicitamos a falta de materiais didático-pedagógicos para que os professores ministrem suas aulas de LE com mais eficácia e qualidade. Os investimentos deveriam ser em cursos de formação continuada; centros de línguas; laboratórios de línguas; *internet* de velocidade boa e adequada; entre outros. Esta falta de investimento, segundo os docentes, de recurso material influencia, negativamente, no ensino oferecido nas escolas.

Um fato percebido nesta investigação foi de que os participantes, em alguns momentos, divergem, por exemplo, nas respostas referentes à escolha e à participação na escolha da língua ensinada nas escolas. Os professores afirmam que não escolheram e nem participaram da escolha do idioma ensinado na sua escola, entretanto, os coordenadores escolares relatam que isso ocorre, por meio de assembleia, com a participação de todos os membros da comunidade escolar.

Outra divergência é com relação à liberação dos professores para participarem de cursos de formação continuada. Os professores afirmam que não possuem apoio e nem liberação por parte da escola e da SEED/AP. Contudo, os diretores relatam que a escola libera os professores para participarem de cursos de formação haja vista que a escola não proporciona tais cursos.

Nesta pesquisa evidenciamos ainda, aspectos que convergiram, a saber, a questão sobre os fatores que influenciam ou podem influenciar no ensino de LE. Neste aspecto, tanto os docentes quanto os coordenadores escolares acreditam que o ensino das LE no estado do Amapá sofre influencia de ordem: fronteiriça, geopolítica e global.

Quanto aos centros de línguas, mencionados várias vezes pelos entrevistados, convém informar que estes estão garantidos na Lei nº 11.161/05. Essa lei estabelece, em seu Art. 3º, que os sistemas públicos de ensino é que deverão implantar os Centros de Ensino de Língua Estrangeira. Este preceito indica a responsabilidade dos Estados em darem continuidade ao ensino de línguas por meio da criação dos centros. Com relação a este fato, o Estado do Amapá possui um único centro de línguas público, entretanto, ele oferta somente o ensino de Língua Francesa para todo o Estado, o que não comporta a demanda. Fato este mencionado, anteriormente, nas entrevistas com os professores como algo que ajudaria o Ensino de Línguas se existissem outros centros, que ensinassem outros idiomas como o Inglês e o Espanhol.

Cabe salientar que os laboratórios de línguas, citados pelos participantes desta pesquisa, existem, mas funcionam precariamente apenas nas universidades (uma estadual e uma federal). Conforme afirmam os professores, seria de suma importância à existência desses laboratórios nas escolas, pois auxiliaria, e muito, o ensino de línguas ministrado nelas.

De forma geral, é interessante lembrar que o Estado do Amapá, mesmo que de forma modesta, vem tentando implementar, segundo as informações obtidas neste estudo, a formação de cidadãos para um mundo globalizado, a partir da oferta de vários idiomas em suas escolas. Entretanto, essa postura necessita de um investimento na criação de centros de línguas e de laboratórios de línguas, para os idiomas Inglês, Francês e Espanhol, que possam atender às demandas aqui encontradas e instauradas pelo próprio Estado. Esses centros, por suas especificidades, atenderiam os alunos no contra turno, dando continuidade ao

ensino de LE ministrado nas escolas, eliminando, desta forma, questões levantadas pelos entrevistados quanto à falta de tempo para desenvolverem as habilidades e competências que um aprendiz de língua deve ter.

Enfim, é preciso admitir que nossa pesquisa, a partir dos dados coletados e analisados, apontou para um número maior de perguntas que de respostas. De qualquer forma, as reflexões levantadas sugerem que precisamos buscar Políticas Linguísticas que venham a ser implementadas no sistema educacional amapaense, de forma a proporcionar o enriquecimento dos componentes curriculares no ensino de LE.

Contudo, esta investigação teve algumas limitações como, por exemplo, a falta das informações na perspectiva dos gestores da SEED/AP, haja vista serem estes os executores e implementadores do ensino de LE nas escolas. Sendo assim, não foi possível comparar os dados entre os demais participantes.

Outra limitação diz respeito ao tempo de coleta dos dados, pois, no período destinado à coleta, as escolas, estavam em greve, o que fez com que ela fosse prolongada. Quando as escolas retornaram suas atividades, tivemos que agendar para outro momento devido à conclusão do calendário.

Outra limitação percebida diz respeito ao próprio tema. Os entrevistados tiveram dificuldade em responder as perguntas por não saberem distinguir os termos Política e politicagem, ou por acharem que suas respostas não estavam de acordo com o tema e, em razão disso, pedirem para apagar suas primeiras respostas.

Como em qualquer pesquisa, o assunto não se esgotou e, por isso mesmo, abrem-se novas perspectivas para futuras investigações na área em estudo.

Almejamos que os resultados de nossa pesquisa contribuam para o desenvolvimento de ações que visualizem o ensino de LE, nas escolas estudadas, como um dos elementos que integram o crescimento pessoal e profissional dos envolvidos neste processo.

Acreditamos que a visão de outros participantes sobre o ensino de LE ofertado nas escolas pesquisadas, nos daria uma visão do contexto educacional de modo geral, visto que, conseguiríamos ter coletado dados importantes e inerentes à pesquisa, sendo estes os alunos, os pais e os demais membros da comunidade escolar, ampliando assim, as discussões a respeito da Política Linguística vigente no Estado do Amapá.

Salientamos que nossa pesquisa deixou de contemplar aspectos interessantes que ampliariam as discussões nesta área de estudo tais como: o contexto linguístico indígena; o contexto linguístico nas áreas quilombolas; e o contexto fronteiriço no município de Oiapoque. A partir desses estudos poderíamos verificar de forma mais ampla a Política Linguística, para o ensino de LE no estado do Amapá.

A partir do realinhamento no papel dos envolvidos no cenário do ensino de LE no mundo, faz-se necessário discutirmos e avançarmos em ações mais concretas e eficazes, tais como: assegurar um ensino de qualidade para o ensino de línguas, oportunizando a todos escolher pela língua a ser ensinada na escola, oportunizar oferta de mais centros de línguas estrangeiras, de modo que os participantes da pesquisa nesse processo possam não só se identificar e reconhecer seus papéis dentro deste contexto de ensino de línguas, mas também atuar como participantes ativos e não passivos na escolha e na tomada de decisões quanto ao que melhor se adequar a sua realidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas.** Campinas: Pontes, p. 11-24, 1993.
- ALVES-MAZZOTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
- BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental/MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Estrangeira.** Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília 05 de out 1988.
- _____. **LEI Nº 9.394**, de 20 dez 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.
- _____. **LEI Nº 11.161**, de 05 de ago de 2005. Estabelece a obrigatoriedade da língua espanhola no ensino Médio. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2004-2006/2005/Lei/11161.htm>>. Acesso em: 28 mai 2015.
- _____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio:** Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.
- BIRMAN, Joel. A direção da pesquisa psicanalítica. In: BIRMAN, Joel. **Psicanalítica, ciência e cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, p. 13-53, 1994.
- BOURDIEU, P. **Que fala significa dizer.** Economia trocas lin-calibre. Paris: Fayard, 1982.
- BRITO, A. X.; LEONARDOS, A. C. A Identidade das Pesquisa Qualitativas: construção de um quadro analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.113. p. 7-38, jul. 2001.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística:** uma introdução crítica. Tradução Marcos Marcolino. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- _____. **As políticas linguísticas.** Tradução: Isabel de Oliveira Duarte; Jonas Tenfen; Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.
- CELANI, M. A. A. Questões de ética na pesquisa em Linguística Aplicada. In: **Linguagem e Ensino.** Pelotas, v. 8, n. 1, 2005.
- CHAGAS, R. Valnir. **Didática especial de línguas modernas.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

- COOPER, Robert Leon. **Language planning and social change**. Cambridge: Cambridge University press, 216 p., 1989.
- CORREA, Djane Antonucci. Política linguística e ensino de língua. **Calidoscópio**, Unisinos, vol. 7, n. 1, p. 72-78, jan/abr, Doi: 10.4013/cld. 2009.71, 2009.
- _____. (Org.). **Política linguística e ensino de línguas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.
- DAY, Kelly Cristina Nascimento. Ensino de Língua Estrangeira no Brasil: entre a escolha obrigatória e a obrigatoriedade voluntária. Universidade Federal Fluminense. **Revista Escrita**, n. 15, p. 01-13, 2012. ISSN 1679-6888.
- _____. O ensino de línguas estrangeiras no Brasil: questões de ordem político-linguísticas. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 560-567, jan/mar, 2015.
- DECROP, Alain. Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers. **Recherchet Applications en Marketing**, v. 19, n. 2, p. 126-127, 2004.
- DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____ (Orgs.). **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DUBOIS, Jean (Org.). **Dicionário de Linguística**. Tradução: Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.
- ERICKSON, Frederick. Qualitative Methods in researchon Teaching. In: Wittrock, M. C. (Org.). **Hand book of onTeaching**, 3^a Ed. New York: Macmillan, p. 119-161, 1986.
- _____. Money tree, lasagna bush, salt and pepper: social construction of topical cohesion in a conversation a mong italian americans. In: TANNEN, D. **Analyzing discourse**: text and talk. Washington, DC: Georgetown University Press, 1982.
- FIGUEIREDO, Eurídice; GLENADEL Paula. **França Brasil**: Elementos para uma relação. Universidade Federal Fluminense. Letras Santa Maria. 2006.
- FIORIN, José Luiz. Língua, discurso e política. **Alea**, v. 11, n. 1, p. 148-165, 2009.
- FREIRE, José Ribamar B. **Rio Babel**: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: Atlântida, 2004.
- GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIONI Denise Fajardo. **IEPÉ**: Povos indígenas no Amapá e no Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o pensam?. IEPÉ, 2003.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo,

Disponível em: <http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy.pdf> Acesso em: 03 out. 2015, 1995.

HUGHES, John. **A Filosofia da Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

JOHNSON, David Cassels. **Language policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

LACOSTE, Yves. Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês In: LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAN Kanavillil (Orgs.). **A Geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola, 2005.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução: Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFFA, Vilson. J. Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras. In: LEFFA, Vilson J. (Org.). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. Pelotas, v. 1, p. 333-355, 2001.

_____. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. **Contexturas**, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.

_____. Quando menos é mais: a autonomia na aprendizagem de línguas. In: Christine Nicolaides; Isabella Mozzillo; Lia Pachalski; Maristela Machado; Vera Fernandes (Org.). **O desenvolvimento da autonomia no ambiente de aprendizagem de línguas estrangeiras**. Pelotas: UFPEL, p. 33-49, 2003.

LO BIANCO, J. Language Policy and Planning. Em N. H. McKay, **Sociolinguistic and Language Education**. Bristol, buffalo, Toronto: Multilingual Matters, p. 143-174, 2010.

MAHER, Terezinha Machado. Ecos de resistência: Políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In Christine Nicolaides et al. (Orgs.). **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, ALAB, p. 117-134, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et GOMES, S. F. D. R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MOITA LOPES, Luis Paes da. Pesquisa interpretativa em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. **DELTA**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 329-383, 1994.

NICOLAIDES, Christine et al. (Orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

ORLANDI, Eni P. (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes O. A LDB e a legislação vigente sobre o ensino e a formação de professor de língua inglesa. In: STEVENS, C.M. T e CUNHA, M.J. **Caminhos e Colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil.** Brasília: UnB, p.53- 84, 2003.

_____. Autonomy in second language acquisition. SHARE: **an Electronic Magazine** by Omar Villarreal and Marina Kirac, Washington, v. 6, n. 146, May 2005a.

PAGEL, Sandra Denise. O ensino da língua estrangeira e o contexto brasileiro. In: COSTA, M. J. D.; ZIPSER, M. E.; ZANATTA, M. E., MENDES, A. (Orgs.). **Línguas: ensino e ações.** Florianópolis: UFSC/NUSPPLE, 2002.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Crioulo sim, crioulo não: uma agenda de problemas. In: A. Castilho, M. A. Torres Morais, S. Cyrino; R. Lopes (Orgs.). **Português Brasileiro: descrição, história e aquisição.** Campinas: Pontes, 2007.

PEDREIRO, Silvana. Ensino de Línguas Estrangeiras – métodos e seus princípios. **Revista Online: Especialize,** IPOG, jan/2013.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá:** Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000). Macapá: SETEC, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica:** linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Editora Parábola, 2003.

_____. A política de ensino de línguas no Brasil: um breve apanhado de sua história e algumas reflexões prospectivas. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Linguística Aplicada na modernidade recente** – Festschrift para Antonieta Celani, p. 143-163, 2013b.

_____. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, Christine et al. (Orgs.). **Política e políticas linguísticas.** Campinas, SP: Pontes Editoras, 2013.

_____. Política de ensino de línguas no Brasil: história e reflexões prospectivas. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). **Linguística aplicada na modernidade recente:** festschrift para Antonieta Celani. 1. Ed. São Paulo: Parábola, p. 143-161, 2013c.

_____. O professor de línguas e a suma importância do seu entrosamento na política linguística do seu país. In: CORREA, Djane Antonucci (Org.). **Política linguística e ensino de língua.** Campinas, SP: Pontes Editoras, 2014.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Território do Amapá.** Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1949.

SCHNEIDER, Marizoli Regueira. Produção Escrita: Caminho para aprendizagens significativas a partir da construção e reconstrução do conhecimento matemático. **Dissertação de Mestrado em Ciências e Matemática.** Porto Alegre: PUCRS, 2006.

SILVA, Elias Ribeiro da. **A Pesquisa em política linguística no Brasil:** Contribuições dos Estudos sobre as crenças e Ensino/Aprendizagem de Línguas. Universidade Federal de Alfenas UNIF AL – MG, 2014.

SILVA, Flavia Matias. Dos PCN LE as OCEM: **O ensino de língua inglesa e as políticas educativas brasileiras.** Universidade Federal Fluminense, 2015.

SILVA, Gutemberg de V.; RÜCKERT, Aldomar A. **A fronteira Brasil-França.** *Confins* [Online], 7 | 2009, posto online no dia 31 Outubro 2009, consultado o 28 Fevereiro 2017. URL : <http://confins.revues.org/6040> ; DOI : 10.4000/confins.60.

SILVA et al. **Revista de Letras Norte@mentos.** Estudos Linguísticos, Sinop, v. 4, n. 8, p. 75-81, jul./dez. 2011. Entrevista com Kanavillil Rajagopalan: ponderações sobre linguística aplicada, Política Linguística e ensino aprendizagem. <http://www.alab.org.br/pt/destaque/155-entrevista-com-kanavillil-rajagopalan> ponderacoessobre-linguistica-aplicada-politica-linguistica-e-ensino-aprendizagem.

SOUZA, Maria M. M. F. Avaliação das políticas linguísticas implantadas no Brasil e os programas de mobilidade acadêmica em contexto de internacionalização. **Revista Ciências Humanas.** Universidade de Taubaté (UNITAU) Brasil, 2014.

SOUZA, Socorro Claudia Tavares de; SOARES Maria Elias. Um estudo sobre as políticas linguísticas no Brasil. **Revista de Letras.** Universidade Federal da Paraíba e do Ceará, v. 1, 2014.

SPOLSKY, Bernard. **Language Management.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TOLLEFSON, James W. **Planejamento da linguagem, planejamento da desigualdade:** Política Linguística na comunidade. Londres: Longman, 1991.

ZAVALA, Julio Aníbal. O ensino do espanhol como língua estrangeira. **Revista Boca da Tribo.** Cuiabá, 2010.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA EQUIPE GESTORA

Código:

Sexo: () Feminino () Masculino

Tempo de atuação nesta função:

() 01 a 05 Anos	() 06 a 10 Anos	() 11 a 15 Anos
() 16 a 20 Anos	() mais de 21 Anos	

Há quanto tempo você trabalha nesta escola:

() 01 a 05 Anos	() 06 a 10 Anos	() 11 a 15 Anos
() 16 a 20 Anos	() mais de 21 Anos	

Qual a sua formação acadêmica:

- () Graduação.....
- () Especialização
- () Mestrado.....
- () Doutorado.....
- () Curso de formação.....

Outra formação:.....

Função: () Diretor escolar () Coordenador escolar

Posicionamentos

- 1 – Comente sobre a Política Linguística para o ensino de Línguas Estrangeiras no Estado do Amapá.
- 2 – Que idiomas sua escola oferta aos alunos? De que forma foi realizada esta escolha? Quem participou desta escolha? E de que modo isto ocorreu? Que critérios foram utilizados para a escolha desse idioma?
- 3 - Em sua opinião, como a escolha dessa Língua Estrangeira pode influenciar na comunidade linguística do Estado do Amapá?
- 4 - Qual a carga horária destinada às aulas de Língua Estrangeira? Quem as define?
- 5 - A escola proporciona aos professores de Línguas Estrangeiras encontros, cursos de formação continuada e capacitação aos professores? De que maneira?
- 6 – Na sua opinião, que fatores influenciam ou podem influenciar na Política Linguística para o ensino de Línguas Estrangeiras no Estado do Amapá?
- 7 - Em sua opinião, qual a importância das políticas para o ensino de Línguas Estrangeiras?
- 8 - Para você, qual o perfil dos docentes de Língua Estrangeiras?
- 9 – A escola faz uso de tecnologias para o ensino de Línguas Estrangeiras? De que forma?
- 10 – De que forma a equipe gestora monitora/acompanha o ensino de Línguas Estrangeiras em sua escola?

Muito obrigada por sua ajuda e colaboração!

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSOR (A)

Código:

Sexo: () Feminino () Masculino

Tempo de atuação como professor de Língua Estrangeira:

() 01 a 05 Anos () 06 a 10 Anos () 11 a 15 Anos
 () 16 a 20 Anos () mais de 21 Anos

Há quanto tempo você trabalha nesta escola:

() 01 a 05 Anos () 06 a 10 Anos () 11 a 15 Anos
 () 16 a 20 Anos () mais de 21 Anos

Qual a sua formação acadêmica para o ensino de Língua Estrangeira:

() Graduação.....
 () Especialização
 () Mestrado.....
 () Doutorado.....
 () Curso de formação.....

Outra
formação:.....

Posicionamentos

- 1 Comente sobre as políticas desenvolvidas no Estado do Amapá voltadas para o ensino de Língua Estrangeira.
- 2 Para você, que fatores influenciam no ensino de Línguas Estrangeiras no Estado do Amapá?
- 3 De que maneira você participou da escolha pela Língua (s) Estrangeira (s) ofertada em sua escola?
- 4 Em sua opinião, que competências linguísticas espera-se da língua ensinada em sua escola?
- 5 O que motivou a escolha do idioma ministrado na escola?
- 6 Em sua opinião, como a escolha dessa Língua Estrangeira pode influenciar na comunidade linguística do Estado do Amapá?
- 7 Que materiais didáticos-pedagógicos você utiliza em suas aulas de Língua Estrangeira? E quem fornece estes materiais?
- 8 Quantas aulas de Língua Estrangeira você ministra por semana em cada turma? Você acredita ser suficiente para o ensino desse idioma? Por quê?
- 9 Quantos alunos você tem em sua sala de aula? E qual seria o número ideal e por quê?
- 10 Você participa de curso de capacitação, formação continuada para o ensino de Língua Estrangeira? De que modo?

Muito obrigada por sua ajuda e colaboração!

APÊNDICE C
RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS - PROFESSORES

PERGUNTA: De que maneira você participou da escolha pela Língua(s) Estrangeira(s) ofertada em sua escola?		
ESCOLA	PROFESSOR	RESPOSTA
E2	P1	Não houve escolha
E1	P2	Nenhuma
E1	P1	Não participei da escolha
E3	P1	Não tive nenhuma participação. Quando somos aprovados no concurso somos diretamente lotados nas escolas que ofertam a língua estrangeira que ministraramos.
E3	P2	Não participei da escolha, acho que quem determina a língua estrangeira é a Secretaria de Educação.
E2	P2	Quando cheguei aqui já era a língua inglesa, então, já vim só mesmo para somar com a escola, já tinha essa escolha de língua inglesa na escola.
E2	P3	Só ouvindo, melhor assistindo na verdade, por que a escolha foi feita pelo diretor.
E2	P4	Quando eu cheguei, já estava feita a escolha, a escolha pelo inglês e pelo espanhol, não tive nenhuma participação de que línguas seriam ofertadas.
E2	P5	Não, eu não participei quem participou da escolha foram os alunos, eles fizeram a escolha por esses idiomas, língua espanhola, mas o inglês já entrou na matriz desde o início.
E2	P6	Não respondeu
E2	P7	Aqui na escola, eu ainda não estava quando eles fizeram a opção, eu cheguei depois. Quando cheguei, já havia as duas opções, inglês e espanhol.

PERGUNTA: Para você, o que motivou a escolha do idioma ministrado em sua escola?		
ESCOLA	PROFESSOR	RESPOSTA
E2	P1	A escola oferta duas línguas respeitando o que está na matriz curricular, onde consta que no terceiro ano os alunos devem ter as duas línguas.
E1	P2	Principalmente as questões socioeconômicas, fronteira binacional.
E1	P1	Como em muitas escolas do Estado do Amapá, a proximidade com a Guiana Francesa e a presença constante de Guianenses no estado e vice versa.
E3	P1	Acredito que a escolha ocorreu através da reunião do Conselho Escolar e consulta a comunidade próxima a escola, bem como o direcionamento da Secretaria de Educação para que fosse ofertada a Língua Espanhola em razão da determinação do MEC que regulamentou o ensino dessa língua nas escolas públicas e particulares

		como disciplina obrigatória.
E3	P2	A importância da língua inglesa no contexto mundial.
E2	P2	Não respondeu
E2	P3	Aqui na escola são duas, o inglês e o espanhol e foi feita esta escolha de maneira bem burocrática assim, obedecendo o que ta na matriz do estado, por que a matriz curricular do estado, ela coloca que no 3º ano o aluno tem 4 aulas de LE por semana e aí 2 delas tem que ser o espanhol, aí então o diretor entendeu que seria 2 de inglês e 2 de espanhol no 3º ano, o aluno vê as duas e no 1º e 2º ano ele só vê inglês.
E2	P4	Espanhol e inglês, seguindo o que determina lá no plano de estado da educação.
E2	P5	Nesse ano, passou a ser ensinada além do inglês o espanhol também, só pra turmas de 3º ano e no 1º e 2º anos é inglês.
E2	P6	Não respondeu
E2	P7	São ensinadas 2 línguas, o inglês e o espanhol, o decreto do então presidente Lula de 2010 para a língua espanhola.

PERGUNTA: Em sua opinião, qual a importância da Política Linguística para o ensino de Línguas Estrangeiras no Estado do Amapá?

ESCOLA	PROFESSOR	RESPOSTA
E2	P1	As políticas linguísticas devem ser discutidas para melhorar a oferta, ensino e divulgação das línguas estrangeiras, além de oportunizar uma aproximação com os países vizinhos.
E1	P2	Muito importantes, no entanto, incipientes.
E1	P1	São de extrema importância, haja vista a inegável ligação existente entre essas duas comunidades, brasileira e francesa. Todavia, o poder público não dispõe de políticas públicas para a manutenção da língua francesa nas escolas estaduais. Prioriza-se o espanhol e o inglês devido à preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.
E3	P1	Quais políticas? As que apenas instituem o ensino, mas não viabilizam nenhum recurso para a aquisição de materiais que possam diversificar o ensino da língua estrangeira e deixando a cargo do professor o ônus de arcar com material para assim dinamizar a aula e torná-la mais interessante? Infelizmente a realidade do ensino da língua estrangeira no Amapá é dramática. A própria Universidade Estadual que oferece o curso de Letras com habilitação nas línguas inglesa, francesa e espanhola, não oferece material didático, os professores das áreas são escassos, não possui um laboratório de línguas apropriado para o aperfeiçoamento do aprendizado da

		<p>língua, ou seja, o próprio ensino superior em língua estrangeira já é extremamente deficiente, quiçá o ensino na rede pública estadual, que abrange diversas escolas e centenas de alunos, a meu ver, as políticas linguísticas do ensino das línguas serviram apenas com o escopo de instituir o ensino, mas não deu mecanismos para que ela se desenvolvesse de forma eficaz.</p>
E3	P2	Elas influenciam na escolha das línguas estrangeiras no Estado.
E2	P4	Se olharmos pela parte geográfica, o francês ele deveria ser o mais forte em função do turismo.
E2	P2	Olha o fato da fronteira com a Guiana infelizmente, a gente não tem tanta preferência pelo inglês né, então, isso daí é fato, tanto que o próprio governo tem o Danielle Mitterrand que oferece língua francesa gratuita para os alunos e a gente não vê o mesmo pro inglês, então, a gente acaba enfrentando algumas dificuldades.
E2	P5	Para o estado haja vista a questão da fronteira seria o francês, mas a escola ficou com o inglês e o espanhol, uma questão mesmo, eu não sei por que, mas acredito que para o estado em específico, pela questão geográfica e tal com a Guiana, eu acredito que seria importante o francês.

PERGUNTA: Quais são as medidas que, em sua opinião, podem ser implementadas para o ensino de Línguas Estrangeiras?		
ESCOLA	PROFESSOR	RESPOSTA
E2	P1	Faltou
E1	P2	Valorização do professor. Ambientes adequados ao ensino da língua, diminuição da quantidade de aluno em sala de aula, etc.
E1	P1	Confecção e distribuição de material didático a ser distribuído aos alunos e desenvolvimento programações culturais contribuiriam bastante.
E3	P1	A primeira é a valorização da língua estrangeira tal qual a língua portuguesa. Que houvesse certificação para os alunos que desenvolvessem a habilidade na língua estrangeira, maior incentivo ao intercambio com demais países, recursos didáticos e midiáticos para as escolas com o fim de haver um aprendizado mais dinâmico e cursos de aperfeiçoamento para os docentes da área.
E3	P2	Mostrar a importância da língua para o futuro dos alunos, com projetos.
E2	P2	Acho que a principal é a valorização por parte mesmo da secretaria de educação, por parte da escola, que na maioria assim como os pais, os alunos, as vezes não a valorizam, o inglês sempre fica pra depois, eles sempre dá prioridade pra professor de matemática, física. Eu acho que deveria haver pelo menos, sim igualar essa

		importância e realmente dá uma importância maior. Hoje em dia os professores de inglês da rede pública não tem uma formação continuada, poucos professores você pode dizer que são fluentes na língua inglesa, eles sabem só teoria, então é complicado.
E2	P3	Não respondeu
E2	P4	A redução da quantidade de alunos, o apoio de material, de equipamentos, uma internet de velocidade boa.
E2	P5	Eu acredito que diminuição de alunos por turma, material didático específico, laboratório, acho que seriam formas de motivar mais os alunos pra o aprendizado da língua.
E2	P6	Entre aquelas, o laboratório de línguas, a redução de alunos por turma, uso da internet nas aulas e também, eu acho que deveria ter trabalhos com os pais para participarem da vida escolar de seus filhos.
E2	P7	A principal medida é colocar o espanhol desde o 1º ano e também um material didático mais lúdico, mas da realidade do aluno.

PERGUNTA: Na sua opinião, de que maneira, a atual Políticas Linguística interfere ou pode interferir no ensino de Língua Estrangeira no Estado do Amapá?

ESCOLA	PROFESSOR	RESPOSTA
E2	P1	Interferem hoje limitando a oferta e a escolha, desrespeitando as leis. Os gestores não se informam sobre as leis e ofertam as línguas como querem. No Amapá a língua espanhola é marginalizada, há um entendimento de que no ensino fundamental deve-se ofertar o francês devido a questão fronteiriça e inglês no médio porque é uma língua "mundial". Se as políticas linguísticas fossem realmente discutidas, essa situação poderia mudar.
E1	P2	Penso que deveria haver mais políticas nesse sentido.
E1	P1	A valorização das línguas estrangeiras trazidas pelo ENEM faz com que o Francês seja, na maioria das vezes, ignorado na rede estadual.
E3	P1	Não posso opinar, pois não tenho ciência do inteiro teor da políticas linguísticas .
E3	P2	Acho que as políticas linguísticas influenciam na escolha das línguas estrangeiras ministradas nas escolas estaduais, uma vez que se dá importância ao ensino do francês pela proximidade com a Guiana francesa.
E2	P2	Olha a partir do momento que você tiver uma política que busque a valorização das disciplinas, aí já não falo nem só da língua inglesa, a partir do momento que haja uma política que vá valorizar o professor de modo geral, valorizar o trabalho dele em sala de aula, tudo vai ser bem vindo pra qualidade da educação, é questão da valorização que está precária.
E2	P3	Não respondeu

E2	P4	A política é necessária, o problema maior é a politicagem, não tem consciência ou não querem que as pessoas tomem conhecimento e sem não tem o exigir.
E2	P5	Olha, acho que interferem positivamente se houvesse investimento por parte do estado, da secretaria de educação, em capacitar melhor os professores, se tivesse material próprio nas salas, por exemplo, data show, internet, ouvir músicas.
E2	P6	Bom, eu acho que primeiramente nas políticas públicas, ver o que pode ser melhorado, que é, quem são esses atores. Participação da família, motivação do aluno e do professor. Questão econômica.
E2	P7	Com a não obrigatoriedade da língua espanhola, a política vem pra não deixar o aluno crítico.

PERGUNTA: Que fatores influenciam no ensino de línguas estrangeiras no estado do Amapá?		
ESCOLA	PROFESSOR	RESPOSTA
E2	P2	Olha o fato da fronteira com a Guiana, infelizmente, a gente não tem tanta preferência pelo inglês, então, isso daí é fato, tanto que o próprio governo tem o Danielle Mitterrand que oferece língua francesa gratuita para os alunos e a gente não vê o mesmo pro inglês, então, a gente acaba enfrentando algumas dificuldades.
E2	P3	Não respondeu
E2	P4	Não respondeu
E2	P5	Se olharmos pela parte geográfica, o francês ele deveria ser o mais forte, em função do turismo.
E2	P5	Olha não existe um fator específico, tudo na língua é obrigatório pela legislação, mas assim, para o estado, haja vista a questão da fronteira, seria o francês, mas a escola ficou com o inglês, uma questão mesmo, eu não sei por que, mas acredito. Mas pela questão geográfica e tal, com Caiena, eu acho que seria o francês.
E2	P6	Acho que algo que influencia é a questão do turismo, ele é um potencial, vejo também que as famílias estão mais preocupadas que p filho aprenda uma língua estrangeira, mesmo que seja qualquer uma, essa busca tem sido constante. Fator negativo que eu vejo, creio que a escola precisa de um espaço específico pra esse ensino e que as turmas também não sejam tão cheias, pra ter um atendimento de qualidade, que os alunos tenham vontade de estudar, falta de laboratório de línguas estrangeiras. Seria ideal ter o inglês e o espanhol desde o 1º ano e até o francês.
E2	P7	O que influencia praticamente é o ENEM nas escolas públicas, claro que tem aquelas pessoas com condições econômicas melhores que fazem cursinhos, cursos livres. Por que o espanhol é uma língua considerada mais fácil

		que o inglês.
--	--	---------------

PERGUNTA: Você participa de cursos de capacitação, formação continuada para o ensino de língua estrangeira? De que modo?

ESCOLA	PROFESSOR	RESPOSTA
E2	P2	Sem o apoio principalmente de escola e governo, sim. O que eu já fiz pelo governo federal, pelo programa da Capes e da embaixada americana. Eu já pude participar de uma certificação internacional, que passei 2 meses nos Estados Unidos, foi uma seleção nacional, então, me inscrevi, consegui a vaga, tive dificuldade de ter a liberação por parte do estado pra eu ir. Aqui na escola até que tive apoio da diretora na época, ela me liberou, me deu uma carta de recomendação, mas por parte do governo, da secretaria quase não consigo a liberação, e olha que era tudo pago pela embaixada americana, então assim, a maior parte de minha formação continuada é por conta própria, eu procuro sempre ta fazendo algum tipo de curso, de capacitação, até fora do estado.
E2	P3	Não respondeu
E2	P4	Eu participo às vezes de alguns seminários que tenho a oportunidade, esporadicamente, de ano em ano, viajo para os Estados Unidos, então, através de amigos no estrangeiro, pelas redes sociais, mantenho contato e pratico a língua, tenho o canal de TV a cabo em casa americano. Se depender do estado não vai não.
E2	P5	Não, a escola não promove nesse sentido, o estado em si não investe em língua estrangeira, por exemplo, no inglês nunca houve, pelo menos eu nunca fui convidada, o que eu fiz foi um curso de francês do Danielle Mitterrand, mas por conta própria.
E2	P6	Assim, normalmente, as vezes o próprio estado oferece ou eu busco participar, por que a gente não deve ficar esperando, então assim, desde que me formei eu procurei ir fazer logo especialização e toda vez que vem o curso, que é uma formação continuada, eu faço questão de participar.
E2	P7	Sim, todo ano a gente participa, proporcionado pela secretaria de educação e eles tem uma parceria com a embaixada da Espanha, todo ano eles fazem um curso de capacitação, de atualização da língua espanhola.

APÊNDICE D
RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS - COORDENADOR ESCOLAR

PERGUNTA: Comente sobre as políticas linguísticas para o ensino de língua estrangeira no Estado do Amapá.

ESCOLA	COORDENADOR	RESPOSTA
E1	C1	O que percebi no último ano é a tentativa de substituição da língua francesa (que atendemos na escola) pelo espanhol.
E3	C1	Tenho conhecimento apenas da escola Danielle Miterrand que oferece o francês.
E2	C1	Não respondeu

PERGUNTA: Que idiomas sua escola oferta aos alunos? De que forma foi realizado esta escolha? Quem participou desta escolha? E de que modo isto ocorreu?

ESCOLA	COORDENADOR	RESPOSTA
E1	C1	Francês, em reunião com a comunidade.
E3	C1	São oferecidas 2 inglês e espanhol. A língua inglesa foi escolhida pelos alunos como 1ª opção e a espanhol como a 2ª opção. Foi feito reunião com os pais e os alunos que optaram p/ o inglês. Através de eleição e questionários.
E2	C1	Temos a língua inglesa como obrigatória e a língua espanhola como facultativa. Quem decidiu pela escola desses idiomas, esse ano foi à própria comunidade escolar, sendo feito uma votação, em assembleia e registrado em ata e no Projeto Pedagógico da escola. Participaram dessas escolhas os alunos, a coordenação, o diretor, os pais e os professores.

PERGUNTA: Na sua opinião, que fatores influenciam ou podem influenciar nas políticas linguísticas para o ensino de línguas estrangeiras no Estado do Amapá?

ESCOLA	COORDENADOR	RESPOSTA
E1	C1	Deve-se levar em consideração os fatores geopolíticos para a escolha da língua estrangeira, pois estamos numa região fronteiriça, que aumentará o fluxo de estrangeiros após a inauguração da ponte binacional.
E3	C1	Precisa de força de vontade por parte do governo. O curso de Francês oferecido à população, o número de vaga é limitado, insuficiente. Não atende a necessidade da população do estado. Deveriam oferecer mais outros cursos como inglês ou até mesmo o espanhol.
E2	C1	Questões de fronteira e a globalização. Os intercâmbios culturais na língua inglesa.

PERGUNTA: A escola proporciona aos professores de línguas estrangeiras cursos, formação continuada, capacitação, entre outros? Justifique.		
ESCOLA	COORDENADOR	RESPOSTA
E1	C1	Sempre que temos informação de cursos ofertados comunicamos aos professores
E3	C1	Faltou
E2	C1	Não. A escola mesmo não proporciona. Somente os professores de língua espanhola, as vezes, tem cursos e encontros promovido pela embaixada da Espanha.

APÊNDICE E
RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS GESTOR ESCOLAR

PERGUNTA: Comente sobre as políticas linguísticas para o ensino de língua estrangeira no Estado do Amapá?

ESCOLA	GESTOR	RESPOSTA
E2	D1	O ensino de língua estrangeira inicialmente, na escola foi seguindo o que a matriz curricular do estado orientava, no caso, a oferta do inglês. Esse ano houve uma eleição pela escolha de uma 2ª língua, no caso, a escolhida foi à espanhola.
E1	D1	São voltadas para a língua francesa por conta dos acordos entre o Brasil e a França. Essa política fronteiriça nos proporciona trocas comerciais e estudantis, assim como o desenvolvimento do turismo no Amapá, especificamente, o ecoturismo.
E3	D1	As políticas são voltadas para a comunidade escolar e a escola. A comunidade é incentivada a fazer a escolha da língua a ser ensinada e aprendida pelos alunos.

PERGUNTA: Que idiomas sua escola oferta aos alunos? De que forma foi realizado esta escolha? Quem participou desta escolha? E de que modo isto ocorreu?

ESCOLA	GESTOR	RESPOSTA
E1	D1	Temos o inglês e o espanhol. A decisão foi tomada de forma dialogada entre a escola e a secretaria de educação. Seguindo os parâmetros de um parecer da Lei 11.161. Sendo utilizado os critérios da própria secretaria, como a questão do ENEM, por optar pelo espanhol por acharem mais fácil.
E2	D2	Somente o francês. É destinado para o ensino fundamental e médio EJA. A escola segue as determinações feitas pela secretaria de educação.
E3	D3	O inglês, no entanto, foi para a escolha a língua espanhola. A comunidade quem escolheu por meio de uma assembleia. Usando critérios, segundo eles, a lei 11.161. Houve um pequeno embate justamente, por conta da nossa ponte em Oiapoque. Todo ano há a escolha pela oferta da segunda língua da escola. Não havendo alteração quanto à língua inglesa por ser considerada a língua principal da escola.

PERGUNTA: Na sua opinião, que fatores influenciam ou podem influenciar nas políticas linguísticas para o ensino de línguas estrangeiras no Estado do Amapá?

ESCOLA	GESTOR	RESPOSTA
E1	D1	Acredito que nenhum. Na realidade de hoje, temos que saber pelo menos uma língua estrangeira se quisermos estarmos integrados ao todo.
E2	D2	Questão fronteiriça. Seguimos as políticas orientadas pela Secretaria de Educação.
E3	D3	Se levarmos em conta a nossa economia e o turismo deveríamos escolher o francês. Já a escolha pelo espanhol

		não traz influência alguma para o nosso estado, pois não fazemos fronteira com nenhum estado que fala espanhol e nem inglês.
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PERGUNTA: A escola proporciona aos professores de línguas estrangeiras cursos, formação continuada, capacitação, entre outros? Justifique.

ESCOLA	GESTOR	RESPOSTA
E1	D1	A escola mesmo não proporciona formação continuada, mas libera seus professores, casos estes se inscrevam em algum curso.
E2	D2	A escola em si não tem proporcionado, mas eles têm participado por conta do centro Danielle Mitterrand e da APROFAP. Lá participam de oficinas, encontros, seminários. Os professores são liberados para participarem de todos os eventos em que eles queiram participar e estejam inscritos.
E3	D3	A escola não, mas a secretaria de educação sim, através de cursos, de palestras, de encontros.

ANEXO 1
PROPOSTA DA PESQUISA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Letras e Linguística
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos



Uberlândia, / / .

De: Prof.
 Unidade
 Instituição

Prezado (a) senhor (a),

Irei desenvolver o projeto de pesquisa “Política linguística e ensino de línguas estrangeiras no Estado do Amapá: um estudo em um contexto fronteiriço”. O responsável pelo desenvolvimento desse projeto é **“KATIUSCIA MONTORIL DOS SANTOS”**.

Os objetivos são “analisar de que forma a Política Linguística é vivenciada nas escolas do estado do Amapá, como ainda, Analisar se o ensino de LE nas escolas públicas do estado do Amapá está em consonância com a Política Linguística vigente no Brasil; identificar quais são as línguas ensinadas nas escolas públicas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio nas Escolas Públicas do estado do Amapá, e o que motivou a escolha pelas línguas ofertadas nas escolas; verificar quais os critérios de escolha que foram adotados para o ensino de LE nas Escolas Públicas do estado do Amapá, bem como os aspectos que influenciam no processo de escolha em relação a qual(s) Língua(s) Estrangeira(s) deve(m) ser ensinada(s)”.

Para desenvolver esse projeto, nós utilizaremos como metodologia a entrevista semiestruturada, tanto para os professores quanto para os gestores escolares (diretores e coordenadores escolares), sendo que as entrevistas serão gravadas e assim que analisarmos os dados da gravação as mesmas serão desgravadas. Nós

pretendemos buscar alguns dados da nossa pesquisa na sua Instituição e, para isso, precisamos de sua autorização para obter esses dados.

No final da pesquisa nós iremos publicar em revistas de interesse acadêmico e garantimos o sigilo de sua Instituição. Os participantes da pesquisa não terão nenhum prejuízo com a pesquisa e com os resultados obtidos pela mesma, assim como não terá nenhum ganho financeiro de nossa parte.

O projeto será analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia (CEP/UFU) e nós nos comprometemos em atender à Resolução 466/12/Conselho Nacional de Saúde.

Caso o (a) senhor (a) queira, poderá nos solicitar uma cópia do Parecer emitido pelo CEP/UFU, após a análise do projeto pelo mesmo.

A sua autorização será muito útil para a nossa pesquisa e nos será de grande valia.

Aguardamos a sua manifestação.

Atenciosamente,

KATIUSCIA MONTORIL DOS SANTOS
ILLEL/UFU

Para: Sr(a)

Cargo:

Instituição:

Endereço:

Fone: